

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

GEZIEL ALVES PEREIRA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÁS
EM TEMPOS DE DITADURA (1964 – 1979)**

GOIÂNIA

2015

GEZIEL ALVES PEREIRA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÁS
EM TEMPOS DE DITADURA (1964 – 1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação Stricto Sensu, em História Cultural (Mestrado) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) para obtenção do título de Mestre. Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro.

GOIÂNIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

P436m Pereira, Geziel Alves.
Movimento Estudantil em Goiás em Tempos de Ditadura
(1964 -1979) [manuscrito] / Geziel Alves Pereira. – Goiânia,
2015.
156 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
História, 2015.
“Orientador: Prof. Dr. Maria do Espirito Santo Rosa
Cavalcante Ribeiro”.

Bibliografia.

1. Movimentos estudantis. 2. Universidades e faculdades.
3. Ditadura. I. Título.

CDU 32(043)



**PUC
GOIÁS**

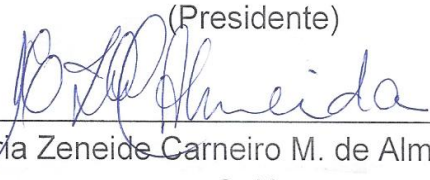
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
26 (VINTE E DOIS) DE JUNHO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE) E
Aprovado PELA BANCA EXAMINADORA.



Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante /PUC Goiás
(Presidente)



Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida / (Membro) PUC
Goiás



Prof. Dr. José Alcides Ribeiro / (Membro) USP

Profa. Dra. Maurides Batista de Macedo Filha / (Suplente) UFG

A Valdenir, Virginia e Mariane.

Aos sobreviventes dos tempos da
Ditadura: Maria Zeneide Carneiro
Magalhães de Almeida, Álvaro Fernandes
de Oliveira, Laurenice Noletto Alves e
Euler Ivo Vieira.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar força interior para superar as dificuldades e paciência na realização desta pesquisa.

A minha esposa Valdenir, por estar sempre ao meu lado, pelo seu companheirismo, paciência, apoio, alegria e amor. Obrigado por ter feito do meu sonho; o nosso sonho!

As minhas filhas Virginia e Mariane, as quais amo muito. Obrigado por entender o momento, e pelo carinho.

A minha mãe, pelo exemplo de superação.

A toda minha família, pelo incentivo.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro, por todo apoio, ajuda e incentivo nos momentos mais críticos. Sua participação foi fundamental para a realização deste trabalho.

Aos amigos que comigo constituíram um sonho e que veem com alívio este final de etapa, e que, por mais que não queiram demonstrar, estão felizes! O meu reconhecimento, pois amaram o suficiente para aplaudir, chorar, tolerar e encorajar a nossa vitória!

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado, com o Título de Movimento Estudantil em Goiás em Tempos de Ditadura (1964 – 1979), foi desenvolvida com objetivo de reconstruir e fazer reflexões acerca do tema; o qual foi pesquisado e analisado, a partir de documentos, arquivos da Pontifícia Universidade Católica (PUC/GO), Universidade Federal de Goiás (UFG), periódicos, jornais, revistas da época e bibliografias sobre o assunto. Utilizou-se, também, depoimentos (entrevistas) com ex-militantes. A pesquisa demonstrou que a participação veemente dos estudantes no período de Ditadura, no contexto em que foram utilizados, mediadas de controle político, aplicadas pelos militares da época, revela uma crise no período estudado, o que levou os estudantes à rua para contestarem seus direitos, em defesa da Universidade e liberdade de expressão. Os estudantes buscaram estratégias para suas ações, utilizando passeatas, recursos culturais, produção de peças teatrais, músicas em protesto contra as forças políticas da época, conscientizando a sociedade brasileira de que o Brasil é dos brasileiros, e não, dos militares. O Movimento Estudantil Universitário Goiano traz abordagens que permitem relembrar a participação dos estudantes universitários goianos no processo político de consolidação das Instituições Democráticas no Brasil.

Palavras chaves: Movimento Estudantil, Universidade, política e Ditadura.

ABSTRACT

This dissertation with the title of the student movement in Goiás in times of dictatorship (1964-1979), was developed in order to rebuild and make reflections on the subject; which has been researched and analyzed, from documents, the archives of the Pontifical Catholic University (PUC/GO), Universidade Federal de Goiás (UFG), periodicals, newspapers, magazines and bibliographies on the subject. Also used depositions (interviews) with ex-militants. The research demonstrated that the vehement student participation, in the period of dictatorship in the context in which they were used, mediated political control, applied by the military of the time; reveals a crisis during the period studied, which led students to the street to express their rights, on behalf of the University and freedom of expression. Students sought strategies for their actions, using rallies, cultural resources, production of plays, songs in protests against the political forces of the time, making the Brazilian company that Brazil is of Brazilians, and not; from the military. The University student movement Ganesan brings approaches that allow the participation of University students in the political process of Goiás, consolidation of democratic institutions in Brazil.

Key words: University student movement, politics and dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CPC – Centro Popular de Cultura
CEU – Casa do Estudante Universitário
DA – Diretório Acadêmico
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DSIs – Divisões de Segurança e Informação
EsNI – Escola Nacional de Informação
EUA – Estados Unidos da América
FMP – Frente de Mobilização Popular
INPS – Instituto Brasileiro de Previdência Social
IPMS – Inquéritos Policiais Militares
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido dos Trabalhadores do Brasil
PC do B – Partido Comunista Brasileiro
POLOP – Política Operária
SNI – Serviço Nacional de Informação
UDN – União Democrática Nacional
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFG – Universidade Federal de Goiás

UCG – Universidade Católica de Goiás

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UGES – União Goiana dos Estudantes Secundaristas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

VAR – Vanguarda Revolucionária

VAR – PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - ATUAÇÃO DA UNE EM GOIÁS.....	15
1.1 A Juventude Universitária Goiana e a Construção de uma Identidade Política de Esquerda	36
1.2 A Intervenção Militar em Goiás no período de Repressão de (1964 – 1979)	45
1.3 A Articulação do Movimento Estudantil em Goiás contra o Estado de Repressão	60
1.4 As Vozes que não se calam.....	73
1.5 A Igreja Católica e os Estudantes na defesa dos Direitos Humanos em Goiás.....	77
CAPÍTULO 2 - A BUSCA DA LIBERDADE EM GOIÁS.....	85
2.1 Sangue e Lágrimas - Desaparecidos Políticos.....	85
2.2 A Redemocratização em Goiás.....	119
2.3 Contribuição do Movimento para o fim da Ditadura em Goiânia	128
2.4 Anistia Política em Goiás.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, **Movimento Estudantil em Goiás em Tempos de Ditadura de (1964 – 1979)** é um estudo descritivo dos fatos, experiências de vida de homens e mulheres que militaram no Movimento Estudantil, em Goiás. Estruturou-se em dois capítulos:

No primeiro será abordada a Atuação da UNE, em Goiás. Analisamos os desdobramentos e transformações ocorridas no período de 1964 – 1979. Uma retrospectiva nacional da UNE e de sua influência nos movimentos estudantis goianos, bem como; a criação da Universidade Federal de Goiás e os fatores que levaram os jovens goianos a protestar contra a Ditadura

No segundo capítulo, a Busca da Liberdade em Goiás. Elegemos os estudantes militantes do Movimento Estudantil Goiano e suas trajetórias de movimentação, a fim de problematizar suas ações em momentos significativos da história de Goiás; homens e mulheres protagonizaram e contribuíram com abnegação para superar o terror imposto pelos usurpadores do poder, em uma época de Ditadura. E, compreender as motivações da juventude goiana e seus comportamentos políticos, em um período de muita instabilidade política, violência e repressão em Goiás e no Brasil, foi o nosso objetivo.

Tomando a cidade de Goiânia como lugar, foram analisadas as formas de organização, mobilização e as lutas dos jovens goianos no enfrentamento à Ditadura, em busca do retorno do estado de direito. A Obra da Autora Gohn (2002) “Teorias dos Movimentos Sociais” ajudou nessa compreensão sobre como os estudantes se articulavam, enquanto movimento social e político.

Quanto ao estudo retrospectivo, analisamos fatos passados do Movimento Estudantil em Goiás, experiências de vidas, influências políticas de esquerda, no qual homens e mulheres se encontravam inseridos durante o regime militar.

A obra de Salles (2008), “Ditadura Militar em Goiás, Depoimentos para a História” e os documentos catalogados pela VAE/UCG e as mais de 30 entrevistas; entre eles, recortes de vários Jornais como a Folha de Goiaz, relatórios do DOPS, artigos e as revistas da Arquidiocese de Goiânia entre os anos de 1960-1990, um importante acervo de documentos que contribuiu muito na efetivação deste trabalho,

na consolidação e entendimento de como os órgãos de repressão atuaram contra os movimentos sociais e estudantis, em Goiás.

Reconhecer as lutas desse Movimento é contribuir para a reconstrução da história, possibilitando outras reinterpretações, a partir da História Cultural. A obra de Borges (2006) “O Golpe em Goiás” foi importante para entendermos como os militares agiram em nosso Estado.

Para compreendermos, detalhadamente, o Movimento Estudantil Goiano é importante conhecer a história da UNE nacional. Movimento de estudantes que, ao longo do tempo, organizou protestos e desafiou governos, quando necessário e os apoiou, quando conveniente. Para Poerner (1995, p.51): “O movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil”. Por esta perspectiva, analisamos as formas de organização, mobilização, lutas, debates e enfrentamentos dos/as estudantes sobre as questões educacionais e as formas autoritárias de governar o país e, particularmente, o estado de Goiás.

Foracchi (1972, p.11) enfatiza: “a juventude representa a categoria social sobre a qual reflete de modo particular, a crise do sistema”. A consciência jovem diante de conflitos incumbe-se de criar uma ordem não institucional.

Segundo Pesavento (2004), no campo da história cultural o mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões, e temos que buscar sempre alcançar a veracidade da dinâmica social com as mudanças e inclusão de novos grupos políticos, novas questões e interesses.

A leitura das obras de Peter Burke (2008) “O que é História Cultural”, Ricœur (2007), “A Memória, a História, o esquecimento” e Halbwachs (2004) “A Memória Coletiva” contribuiu com os conceitos de história cultural e memória para a construção deste trabalho.

Para a Associação Brasileira de História Oral:

A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio histórico que deve ser considerado. Portanto, apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, como já foi abordado anteriormente, as questões sociais neles presentes. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, 2005, p. 94)

A memória narrada revitaliza a memória histórica da resistência do movimento estudantil nos enfrentamentos contra a Ditadura. Para Chartier (2002, p. 17) “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Para Silva (2012, p. 17) “Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como pessoas, podemos ser posicionados em seu interior”.

Um Movimento com tendências específicas, que permitiram experiências para a formação de diversas lideranças e visavam mudar a ordem vigente, com articulação coletiva, influenciou o cenário da política em Goiás e nacional.

A política neoliberal adotada pelos militares trouxe vários prejuízos ao setor educacional; o acordo MEC – USAID, entre militares e americanos, veio para desmobilizar os movimentos estudantis em todo o Brasil. Nessa perspectiva, analisamos a articulação da juventude universitária goiana na defesa da universidade contra a Ditadura.

Compreender o sentido e a motivação que levaram os estudantes goianos a participarem de diferentes atividades, no decorrer da trajetória formativa e do projeto de vida permeados pela influência da universidade, organizações sociais e de esquerda, foi o nosso objetivo.

Neste sentido, procuramos entender a contestação dos jovens goianos realizando ações para sensibilizar a sociedade, para defender a Democracia e o país. A obra da autora Foracchi (1972) “A Juventude na Sociedade Moderna” contribuiu para entendermos o comportamento dos jovens goianos e suas inquietações, em uma época de incertezas.

As mobilizações dos estudantes, organizações sociais e de esquerda foram determinantes para transpor a barreira do silêncio, imposta pelos interesses americanos e dos militares. A leitura da obra de Rodeghero (2011) “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foi fundamental para entender os movimentos sociais e a luta para trazer de volta os exilados.

A violenta repressão contra os movimentos sociais, estudantil e de esquerda em Goiás foi desproporcional e sistemática, evidenciando uma das faces mais escuras dos propósitos do regime militar: de manter o controle absoluto sobre a sociedade brasileira.

Houve uma repressão institucional nunca antes vivida na sociedade goiana e brasileira; neste sentido, os testemunhos aqui são um resgate da memória histórica de homens e mulheres, que viveram um período de crimes.

A prisão e a tortura são momentos que jamais poderemos esquecer! A tortura é uma experiência radical do tempo e do espaço, que implica na destruição do corpo e da memória. Um imprevisível medo da morte, o horror se monta sobre o destino que o torturador possui sobre o torturado. Crimes praticados contra a humanidade, em que várias pessoas morreram para vivermos a Democracia de hoje.

CAPÍTULO 1

ATUAÇÃO DA UNE EM GOIÁS

Antes da criação da UNE, os estudantes desenvolveram várias tentativas para criar a entidade, mesmo sem êxito até 1937, porém já atuavam em momentos significativos na história sem ficarem alheios aos problemas nacionais, pois, acumulavam experiências em grupos setorizados.

Para Gohn:

Eles representam a cristalização das motivações de descontentamentos, esperanças e desejos despertados pelos movimentos genéricos. [...] Movimentos reformistas e revolucionários são listados como típicos dessa categoria. Eles têm uma trajetória evolutiva em que o autor identifica alguns estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. [...] A agitação é considerada de vital importância, particularmente nos estágios do movimento. Ela contribui para o desenvolvimento de novos desejos nas pessoas. Para que a agitação seja bem-sucedida ela deve despertar e ganhar a atenção das pessoas, seduzi-las em seus sentimentos e impulsos, dando-lhes direção por meio de ideias, sugestões, críticas e promessas (GOHN, 2002, p. 32 – 33).

Segundo Gohn (2002), a falta de políticas públicas propiciou reivindicações das ações coletivas e sua leitura traz uma visão ampla dos movimentos sociais no Brasil, na construção histórica da Democracia.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) nasceu na Casa do Estudante do Brasil, em 11 de agosto de 1937, onde realizou sua primeira sessão ordinária dirigida pela presidente Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, fundadora da casa e, nesse momento, alcançou expressividade junto à sociedade. De acordo com Paula (2009, p.133) “A UNE é, portanto, uma entidade de caráter democrático e independente, mas no momento de sua criação contou com o aval, ou mesmo a simpatia de Getúlio Vargas”.

A criação da UNE foi simultaneamente uma conquista dos estudantes e uma iniciativa do estado, que naquele momento representou a unificação dos estudantes, entretanto não representou de imediato uma rebelião da juventude brasileira.

Para Mendes Júnior:

Pela primeira vez articulava-se uma entidade de caráter nacional e, o que é mais importante, com objetivos claramente políticos. Daí para frente, em todos os grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estar presentes pela voz da UNE e, em inúmeras oportunidades formaram uma vanguarda nas grandes lutas do período (MENDES JUNIOR, 1981, p. 10).

Em sua obra, Mendes Junior discute as relações entre os estudantes, política, educação, reforma universitária, problemas nacionais, ditadura e a vinculação dos estudantes nos movimentos sociais.

De acordo com Alves:

Uma das principais escolas de formação de políticos por vocação ou jardineiros políticos, como escreveu Rubem Alves, é a União Nacional dos estudantes – UNE. Mais que uma simples entidade representativa de estudantes das mais diferentes vocações, ela ajudou a formar novas lideranças, fazendo com que os estudantes universitários promovessem debates políticos e sociais, se conscientizassem e aprendessem a defender as principais bandeiras de lutas de seu país. A UNE carrega, em sua história, as lutas do povo brasileiro pela transformação de seus sonhos e esperanças em conquistas e realidade (ALVES, 2013, p. 195).

As preocupações do movimento estudantil eram com problemas nacionais, tais como, o analfabetismo, a falta de liberdade de expressão e os preconceitos raciais e religiosos de qualquer natureza. Os estudantes universitários tiveram papel destacado na consolidação do sentimento nacionalista.

Para Foracchi:

Gerações anteriores às contemporâneas expressaram o mesmo reconhecimento de estarem assistindo à formação de uma ordem social, de um novo estilo de vida, compartilhando ansiedades, incertezas, temores e esperanças de intensidade quase idêntica à que hoje se sofre. Toda geração, no fundo, define-se a si própria como geração de “transição”, dividida entre um mundo que acaba e outro que começa (FORACCHI, 1972, p. 98 - 99).

A criação da UNE deu-se em um momento em que o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo e tinha caráter nacionalista, com uma vocação política voltada para as massas e com a incorporação de antigas reivindicações, demonstrando sensibilidade aos movimentos sociais. Conforme Mendes Junior (1981, p. 36) “A UNE nascia, assim, sob o signo da luta pela democracia”.

O projeto do governo de Getúlio Vargas não contemplava todas as classes sociais e os estudantes buscavam uma relação de coparticipação com o Estado Novo, em um sentimento nacionalista. Conforme (DUARTE, 2012, p. 40) “O movimento estudantil se constituiu como uma das poucas manifestações políticas permitidas pela Ditadura Vargas”.

A história do ME goiano situa-se nas perspectivas das diretrizes nacionais da UNE, que desencadearam em âmbito nacional o interesse pelos assuntos

econômicos, sociais e políticos, e assim, cada vez mais os direcionava para atuar com vistas à transformação das estruturas políticas e econômicas do país.

E de acordo com Bourdieu:

Os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de divisão), a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos (BOURDIEU, 1989, p. 165).

Goiás, por situar-se no Brasil Central, próximo à Capital Federal, foi um estado importante na luta e resistência contra a Ditadura que impunha duras restrições à liberdade pela força e violação da Constituição Brasileira.

Os grupos estudantis tinham uma efemeridade bastante acentuada e desapareciam com a mesma velocidade que surgiam. Antes da criação da UNE em 1937, não tinham condições que lhes garantissem uma vinculação com a vida política do país e constituíam um contingente mobilizável pelas diversas forças sociais no jogo político brasileiro. Para Furrachi:

Os mesmos acontecimentos e fatos que compõem o acervo de experiências de uma geração, essa identidade de vivências que, no limite, é estratificada de modo semelhante, conduzem a uma mesma localização social, formam o estilo de conhecimento e de atuação, característicos de uma geração (FURRACHI, 1972, p.21).

O jovem brasileiro superou as tensões, conflitos, crises e transformou-se em uma nova ordem não institucional, porque as normas universitárias não permitiam as dimensões libertadoras e criativas.

Assim, ressalta Ianni:

É a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica desenvolvida pelo jovem em condições determinadas: exprime a apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar. No interior da família, onde se organiza e se condensa práxis dos primeiros anos de vida da pessoa, exprimem-se às evidências iniciais de contradições insuportáveis (IANNI, 1963, p. 230).

O ME, anterior à criação da UNE, é representado por esporádicas manifestações da juventude universitária que estava limitada às condições que se faziam presentes na época, nas classes média e operária.

Suas mobilizações eram frágeis e dependiam do sistema político-econômico da época, os estudantes naquele momento já tinham interesse pela política e se preocupavam com problemas nacionais. De acordo com Paula (2009, p.129) “Esta entidade possui uma atuação importante na política brasileira, de seus quadros saíram vários políticos de expressão nacional”.

Após a criação da UNE, a instituição começou a organizar congressos anuais e buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. Teve como primeiro presidente oficial da entidade, o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939. Para (IANNI, 1963 p. 240) “O jovem que não se rebela não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade...”.

O acesso aos canais de comunicação e de participação política na metade do século XX trouxe a necessidade de um projeto estruturado político e socioeconômico que legitimasse a atuação da UNE. Segundo Foracchi (1972, p. 38) “É que, nessas condições, a contestação radical deixa de ser apenas uma atitude para organizar-se como experiência de vida”.

Os estudantes apoderaram-se politicamente junto às universidades e sentiram-se na obrigação de encontrar soluções para os problemas nacionais.

Para Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. [...] Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações (GOHN, 2002, p. 251/2).

Para a autora todos os movimentos sociais são movimentos políticos e desenvolvem forças sociais na sociedade; o movimento estudantil e a UNE foram algumas dessas forças.

A UNE estabeleceu, também, relações internacionais com a Confederação Internacional dos Estudantes e a União dos Estudantes da América. Desta maneira, manteve-se no cenário político internacional.

Os primeiros anos da UNE foram acompanhados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e, recém-organizados, os estudantes tiveram que tomar uma posição política e pressionaram o Presidente Getúlio Vargas a se posicionar. Assim, o Brasil entrou oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão, em 1942, e teve uma participação decisiva na mesma.

Após a Guerra, os estudantes pressionaram o presidente Getúlio Vargas, pois eram contra a sua forma autoritária de governar. Segundo Paula (2009, p. 137) “A repressão política interna fez despertar a necessidade de se combater, não apenas o autoritarismo dos países do eixo, mas também o próprio governo Vargas, ao ponto de que no final da guerra tivesse colocado um aparente paradoxo”.

No mesmo ano, o Presidente Vargas concedeu o prédio Clube Germânia para sediar a União Nacional dos Estudantes. E pelo Decreto-Lei nº. 4080, o Presidente oficializou a UNE como entidade representativa de todos os estudantes universitários brasileiros, no ano de 1942.

Após a Segunda Guerra Mundial, a UNE saiu fortalecida politicamente, posicionou-se frente aos principais assuntos nacionais e fortaleceu o movimento social brasileiro.

Em 1945, a UNE declarou que era contra o Estado Novo e passou a atuar de forma radical realizando várias manifestações nacionais contra a forma autoritária com que Getúlio Vargas governava o país. De acordo com Paula (2009, p.57) “A explicação para a radicalidade dos estudantes advém de sua própria condição de “classe média”, os seus limites são os da sua classe; a atuação política, para ser consequente, tem de extrapolar essa condição”.

E para melhor compreender a articulação do movimento estudantil goiano é preciso considerar o estudante como indivíduo que enfrenta os problemas decorrentes de pertencer a uma determinada classe social. Segundo Paula (2009, p. 64) “Entende-se que a rebeldia estudantil não é inata ao jovem, mas que é introjetada em sua consciência a partir do contato com a realidade exterior...”. É, portanto, uma construção histórica e social.

Neste mesmo período, os estudantes dividiram-se em duas correntes ideológicas políticas diferentes, alguns se aproximaram de setores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros aderiram à União Democrática Nacional (UDN), os quais conduziram à presidência, José Américo Coutinho.

Segundo Paula:

A explicação para esse fenômeno, que leva a certa dependência do ME em relação aos partidos políticos, é dada a partir do momento em que se percebe que a solução dos problemas da universidade depende do equacionamento dos problemas nacionais. Daí porque o ME somente tem vitalidade quando faz a ligação entre os problemas de ensino e as grandes questões da política nacional. Esta visão, contudo, é mais latente nas lideranças, sobretudo da esquerda (PAULA, 2009, p.65).

Após a atuação política dos estudantes contra o Estado Novo, exigindo eleições diretas para Presidente, a UNE sofreu suas primeiras perseguições pelo governo provisório de José Linhares, e em seguida, pelo Presidente eleito Eurico Dutra.

A UNE ficou sob controle dos socialistas entre 1947 a 1950 e destacou-se pela defesa do patrimônio territorial e econômico brasileiro e apoiou a campanha “O Petróleo é Nosso”, luta essa, que prosseguiu até 1953, quando foi criada a Petrobrás.

No início da década de 1950, os estudantes viveram uma grande disputa interna entre socialistas e udenistas, para ver quem controlava a presidência da instituição. Os debates políticos eram intensos, para conquistar o voto dos estudantes, a fim de eleger o presidente da principal entidade estudantil do país.

Entre 1950 a 1955, a UNE viveu sob o domínio direitista, registrando um retrocesso na participação política, em virtude do comodismo instalado na presidência da instituição. Neste período, os estudantes ficaram ausentes das manifestações de massas, mas não do debate político.

Para Rémond, política é:

A mais constante pela referência ao poder: assim a política é atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder (RÉMOND, 1996, p. 444).

Nesse período, a UNE e outras instituições brasileiras formaram a Frente de Mobilização Popular (FMP) que defendia mudanças sociais profundas; dentre elas, a reforma universitária no contexto das reformas de base propostas pelo governo, naquela época.

De acordo com Poerner:

A universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de líderes políticos. [...] o movimento estudantil brasileiro é a forma mais organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. A luta dos estudantes adquiriu progressivamente o caráter organizado de emancipação (POERNER, 1995, p. 39-59).

O Poder Jovem de Artur José Poerner (1995) aborda a história do ativismo estudantil através da UNE, na luta contra a Ditadura, e pontua os objetivos dos movimentos estudantis dando legitimidade às manifestações e à universidade como centro de politização da juventude.

Desse modo, a UNE está inserida na esfera política de disputa de diferentes designações ideológicas. A participação dos estudantes era ideológica, política, eficaz e poderosa em defesa dos interesses nacionais, culturais, políticos. Identifica-se com uma organização partidária.

Segundo Albuquerque:

O sucesso da organização ao estabelecimento de um projeto político é o mesmo que define a Reforma Universitária em função da solução dos grandes problemas nacionais. Outros definem com mais frequência a Reforma Universitária em função da melhoria da qualidade do ensino. Os estudantes orientados para a eficácia do movimento estudantil hesitam entre as duas concepções de reforma (ALBUQUERQUE, 1977, p.102).

Albuquerque diz que as soluções dos problemas nacionais estavam ligadas à reforma política e universitária, os movimentos estudantis reivindicavam melhorias no ensino e apontavam a solução para os problemas nacionais, defendiam a Democracia e sempre estavam atrelados a um partido político.

A UNE promoveu movimentos sociais, políticos e de cooperação com outras entidades organizadas de forma coletiva no país, também era contra os abusos cometidos com a população, inflação, universidade e não aceitavam a violação dos direitos; defendia a Constituição Brasileira, o ensino público de qualidade gratuito e a Democracia.

De acordo com Gohn:

No Brasil, os estudos acadêmicos estavam naquele momento num grande processo de renovação, com dezenas de novos pesquisadores participantes dos recém-estruturados ou inaugurados cursos de pós-graduação em ciências sociais, ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaços para o debate. A reestruturação e a expansão dos programas de pós-graduação no país possibilitou a criação de tais espaços (GOHN, 2002, p. 215).

A história da UNE, em Goiás, confunde-se com a história da UNE, no Brasil, na segunda metade do século XX, especificamente a partir de 1959, período conturbado da história política brasileira, momento de maior expressão que definiu os rumos da linha nacionalista de atuação da instituição estudantil.

Goiás, a partir de 1959, atravessou um processo de transição de um modelo econômico com bases agrárias, para um modelo capitalista urbano.

A construção de Brasília acelerou o êxodo rural em Goiás, os goianos foram atraídos pelo progresso econômico e vários segmentos sociais no estado foram mobilizados pelas mudanças da nossa capital.

Surgiram várias associações no campo, como as ligas camponesas, sindicatos rurais, movimentos em defesa da reforma agrária; e, nas cidades, as classes médias formadas por estudantes e intelectuais se uniam para promover as reformas estruturais para o crescimento de Goiás.

A UNE, como qualquer organização social, demandava por recursos e pessoas engajadas capazes de realizar ações. Com o tempo, o movimento estudantil goiano desenvolveu-se e adquiriu características próprias com ideologia política elaborada, objetivo comum e, também, com o poder de mobilizar a sociedade.

A mobilização estudantil, no nosso Estado, começou a partir de questões políticas, educacionais, econômicas e sociais; o aumento abusivo de tarifas de transportes e taxas escolares.

As ações do ME goiano só ganharam reconhecimento nacional quando reivindicaram para Goiânia a Universidade Federal de Goiás (UFG). Essa conquista deixou os goianos na mesma condição de competitividade do restante do país.

Em Goiânia, foram fundadas duas universidades, sendo que a primeira em 1959, a Universidade Católica de Goiás (UCG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1960; foi a realização de um sonho para muitos estudantes secundaristas em Goiás.

Destaca Mendes Junior:

O surgimento destas escolas de nível superior em nossa terra repercutiu, como não podia deixar de ser, na questão da participação política dos estudantes. Em primeiro lugar, por se transformarem em centros de debates e politização, pois não se conhece processo educativo desacompanhado de um mínimo de atividade crítica (MENDES JUNIOR, 1981, p. 18).

O Movimento Estudantil Goiano tornou-se expressivo e reconhecido nacionalmente a partir de 1959; antes era pouco estruturado e as faculdades eram isoladas. De acordo com o professor Bianor Ferreira de Lima; “As principais bandeiras de lutas e reivindicações eram: a Reforma Agrária, a nacionalização dos bancos, a estatização das atividades essenciais da vida pública” (Bianor Ferreira de Lima, Setembro de 1992. Banco de dados do ME VAE/UCG). Para os estudantes goianos, ser militante do movimento estudantil era ser empoderado politicamente para defender a sociedade, frente às demandas sociais da época.

O militante do ME tinha que tomar posição política contra a corrupção, repressão policial, falta de escolas, de segurança e outros. Deveriam ser críticos, em uma sociedade apática que acreditava que o estudante era um intelectual, capaz de conduzir a política no país e defender a sociedade brasileira.

A criação da Universidade Federal em Goiás teve resistência por parte da Igreja Católica, pois, esta, tinha o interesse de estabelecer aqui a Universidade Cristã, e a possibilidade de a universidade pública federal vir para Goiânia contrariava os planos da Cúria Metropolitana.

Dois movimentos surgiram, um em favor da criação da Universidade Federal, e outro, contrário à criação da universidade, porque supunham que iria prejudicar a Igreja Católica.

O Movimento Estudantil Goiano reagiu à investida da Igreja Católica, por meio de manifestação pública com o apoio dos alunos das faculdades que já existiam em Goiânia; essa reação foi uma articulação entre a UNE e a União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES).

Na época, Foracchi afirma:

A universidade, na medida em que o comportamento radical se organizou, sob a forma de movimento social e que o movimento estudantil representa uma das suas polarizações frequentes, foi transformada num alvo de crítica ao sistema porque, de certo modo, a instituição universitária reproduz as características da sociedade global (FORACCHI, 1972, p. 43).

A pressão dos estudantes goianos contra a Igreja Católica e a Universidade Católica de Goiás (UCG) resultaram na criação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1961.

Esse movimento legitimou a importância da organização estudantil em Goiás no cenário nacional, mas não foi a única responsável pela criação da UFG, contou também com a mobilização de vários segmentos da sociedade civil.

A criação dessa Universidade foi a mais importante articulação do ME em Goiás. Até 1959, ela representou a luta dos estudantes goianos pelo ensino público gratuito. De acordo com o professor Juarez Costa Barbosa, Goiânia, de agosto de 1992 (Banco de dados do ME goiano VAE/UCG) “Aquela época lutava-se pela criação da Universidade Federal de Goiás, mas, ao mesmo tempo, existiam os interesses da Cúria Metropolitana e da Igreja Católica”.

Esse processo trouxe ao imaginário social contribuições à construção da identidade goiana, os militantes do movimento estudantil chegaram a se auto-definir como quarto poder, capaz de pressionar a presidência do país. Estes aspectos colocaram Goiás no cenário da política nacional. Burke (2008, p. 116): “A preocupação com a identidade é uma característica importante da NHC...”.

A identidade do movimento social estudantil goiano adquire sentido por meio da linguagem dos sistemas políticos e da relação de poder, pelos quais são representadas, construídas e marcadas pela diferença que é o produto da experiência vivida. “Assim a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” conforme Silva (2012, p.10).

A dimensão da atuação do Movimento Estudantil Goiano marcou sua influência no cenário da política nacional em busca do ensino público, que se deu na tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961.

Assim começou uma nova fase na vida dos goianos com a chegada da universidade e, também, deu-se início à ascensão católica no movimento estudantil.

Segundo Poerner:

Em 1961, começa a grande ascensão católica no movimento estudantil – sexta fase da história da UNE – com a eleição para a presidência da entidade, do estudante goiano Aldo Arantes, e o predomínio da AP (Ação Popular), que surgiu por volta de 1960, de uma dissensão entre o grupo estudantil da JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia religiosa (POERNER, 1995, p. 175).

Os jovens goianos, como no restante do país, tinham na universidade, importante formação política, e buscavam, constantemente, solução para os problemas brasileiros, no entanto, viam um estrangulamento da Democracia pelas políticas neoliberais.

A história dos movimentos estudantis goianos confunde-se com a criação das duas universidades, que isoladas uma da outra, nasceram no momento em que as organizações estudantis lutavam pelo ensino público gratuito, pois a gratuidade da educação era uma das bandeiras da ideologia nacionalista.

Esse movimento, em 1960, estava ligado às bandeiras nacionalistas. As lutas eram por reforma agrária, nacionalização dos bancos, estatização das atividades essenciais à vida pública como saúde, transporte e ensino gratuito, com o slogan “O Brasil para os brasileiros”.

A atuação do movimento, em Goiás, seguia a linha da atuação da UNE que se desenvolvia em nível nacional, com a mobilização política em vários setores sociais em defesa do nacionalismo.

O ME buscou conscientizar, politicamente, a população, como forma de ascensão social e defendia a juventude, os partidos políticos, igrejas, lideranças, capitalismo, socialismo, revolução cubana, chinesa e muitos outros movimentos sociais e políticos que o mundo atravessava e a renovação da política brasileira.

A rebeldia dos estudantes, nos primeiros anos da década de 1960, em Goiás, representou um condicionante, no momento em que o país atravessava incertezas políticas, ascensão social e grupos políticos organizados. Para Stuart Hall (2012, p.25): “As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem”.

A universidade goiana transformou-se em um grande meio de mobilidade política e social das classes médias goianas, na preparação política e profissional

dos estudantes levando os jovens à consciência crítica, sendo capaz de questionar e rebelar-se contra a própria universidade, pedindo mudanças no currículo.

Os estudantes percebiam uma universidade literária, pouco realista, longe da realidade. E muitos jovens, ao chegarem à universidade, sentiam-se frustrados ao perceberem que a universidade mostrava-se incapaz de reafirmar os valores que a sociedade depositava. Para Foracchi (1972, p.61) “O desempenho da função de formação profissional, convertido em tarefa predominante da universidade, nem sempre se realiza em condições satisfatórias”.

A fase de ascensão católica na UNE, iniciou-se em 1961 e com a eleição do goiano Aldo Arantes à presidência da instituição. A Igreja Católica começou sua inserção na política, no mundo e no Brasil, assim, perceberam que estavam abandonando as causas sociais e por isso estavam perdendo prestígio e poder, ficando ao lado das classes dominantes.

E de acordo com Luiz Antonio Cunha (1989) que cita Bruneau:

(...) para uns, padres e bispos passaram a perceber que o comprometimento com as classes dominantes estava fazendo-os perder influência, ao passo que o Partido Comunista (o antagonista maior) ganhava a confiança das massas. Dessa constatação, teria surgido uma nova estratégia, a de tomar dos comunistas a bandeira de libertação dos oprimidos para, então, com poderes estes de legado, exercer influência religiosa. Teria sido com base nessa estratégia que surgiu no nordeste, a agrária, pela promoção da educação de base e da sindicalização dos trabalhadores rurais, pela cooperativização e outros (BRUNEAU apud CUNHA, 1989, p.68).

Após a eleição de Aldo Arantes, em 1961, o país atravessou uma efervescência política muito grande, tendo ele atuado na linha de frente na Campanha da Legalidade, iniciada pelo governador Leonel Brizola do Rio Grande Sul, que contava com o apoio do governador de Goiás, Mauro Borges.

E conforme Mendes Junior:

Jânio, sete meses depois de empossado, renunciaria a seu cargo (25 de agosto de 1961), abrindo caminho para uma crise que colocaria o País à beira da guerra civil. Jango, vice-presidente, era considerado “suspeito” por parcela das Forças Armadas e pelos setores ligados aos interesses multinacionais, que se mobilizaram no sentido de impedir sua posse (MENDES JUNIOR, 1981, p. 60).

O movimento da Legalidade fez os Generais recuarem e Jango tomou posse como presidente. A UNE saiu fortalecida com o movimento e ganhou destaque para

propor a reforma universitária, que vinha defendendo há algum tempo e, em Goiás, não foi diferente, tinha um goiano como presidente da instituição, que também contava com o apoio do Governador Mauro Borges. E desta maneira participou diretamente da campanha da legalidade.

Segundo Arantes:

O papel da Cadeia da Legalidade, naqueles dias de crise, foi absolutamente crucial. Brizola portou-se como um bravo, foi o timoneiro que não deixou o barco à deriva, o líder que comandou a “virada”. Mas quem sensibilizou a juventude de todo o Brasil, quem conclamou a estudantada a apoiar a “Legalidade”, a participar da luta e resistir ao golpe, quem do alto de seus 22 anos, fez ecoar pelos mais longínquos recantos o protesto dos jovens, a repulsa ao golpe e a palavra de ordem da UNE de “greve até que a Constituição seja respeitada”, foi Aldo Arantes (ARANTES, 2013, p. 21).

Aldo Arantes fundou a Ação Popular (AP) uma importante organização revolucionária que atuou na luta contra a Ditadura em 1964, e que tinha o apoio da sociedade conservadora deste país.

De acordo com Mendes Junior:

Tratava-se de uma dissidência de esquerda da antiga Juventude Universitária Católica (JUC), que sofrera um processo de radicalização política, deslocando-se para posições mais revolucionárias e entrando em conflito com o clero (então) conservador e burocrata (MENDES JUNIOR, 1981, p. 61).

Durante seu mandato na presidência da UNE, Aldo Arantes criou o Centro Popular de Cultura (CPC) que atuou como órgão contestador da política vigente na época, entre 1960 e 1970, um período muito rico da cultura brasileira.

Segundo Mendes Junior:

[...] A UNE mergulhou “de cabeça” nesse clima; sua atividade passou a ser de um engajamento político total e completo: levou o Centro Popular de Cultura às favelas, sindicatos, associações de bairros, numa ação de conscientização popular de proporções enormes. (MENDES JUNIOR, 1981, p. 70).

Os movimentos artísticos do CPC e a UNE/Volante despertaram o interesse de vários artistas, músicos e intelectuais para com a causa, ou seja, no intuito de construir um Brasil novo, através de um novo modelo político de desenvolvimento econômico.

O Brasil viveu momentos de avanços significativos na área política e na cultura com o CPC da UNE, que além de estudantes, atraíram vários poetas, cineastas e teatrólogos e estabeleciam uma linguagem adequada à conscientização do público sobre os problemas que o país estava atravessando e apontava que o Brasil precisava de um novo modelo político e econômico. Para Foracchi (1972, p. 22) “A continuidade das gerações é fundamental para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura”.

A produção cultural goiana refletiu nos embates políticos do CPC e procuravam estimular a confiança do povo, de que os problemas brasileiros tinham solução e denunciavam os mandos e desmandos políticos para com o povo goiano.

Os artistas espelharam-se nas insatisfações do povo brasileiro e descontentamentos dos universitários com o ensino. A música de protesto nada modificou na melodia, mas as letras da música popular brasileira mudaram e influenciaram a forma de pensar da população e impulsionaram vários ritmos como o samba, o folclore, a música rural, a urbana que mudaram as letras das canções e alteraram a forma de se apresentar nos palcos.

O CPC conseguiu associar cultura e política e o alvo era levar a cultura além das grandes cidades e mobilizar o povo, que o Brasil tinha saída, para isso, tinha que romper com a política atual e apontava a esquerda como solução para o país.

Alguns vinham da Bossa Nova, como Carlos Lyra, Vinícius de Moraes, Nara Leão, Sérgio de Ricardo e, outros de festivais, como Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Geraldo Vandré, Fernando Lona. Em muitos espetáculos teatrais, eram denunciados a miséria, a exploração do povo por grupos econômicos, a dominação estrangeira, o autoritarismo político e a repressão àqueles que contestavam o regime vigente.

As produções e manifestações culturais sofriam vigilância estatal, porque representavam uma ameaça à segurança nacional na visão dos governantes, tendo em vista que essas manifestações procuravam abrir os olhos da população e reforçavam os movimentos sociais e os partidos de esquerda. Sendo assim, muitas peças teatrais, músicas e livros eram considerados impróprios, imorais e por isso deveriam ser destruídos.

Nesses espaços de cultura criados pelo CPC, discutiam-se temas polêmicos como politização da cultura, cultura como instrumento de conscientização, efeitos da indústria cultural e dos meios de comunicação de massas.

A cultura popular é reconhecida como contraposição à cultura das classes dominantes, denominada e alienada. O objetivo do CPC era conscientizar o povo politicamente e para isso tinha que se aproximar da população. Burke, (2008, p.134) “Política e cultura estão ligados...”

Para Aldo Arantes, o CPC criou um processo de mobilização dentro do movimento estudantil brasileiro e muitos artistas passaram a se interessar pelos problemas nacionais. A UNE volante possibilitou percorrer o Brasil através do CPC, fazendo debate sobre os problemas nacionais.

O golpe veio em 1964 e Aldo Arantes passou a ser perseguido junto com outros líderes estudantis que passaram a viver na clandestinidade, fugindo dos grandes centros urbanos para se refugiar em outros estados no interior do Brasil.

De acordo com Salles:

Tão logo o presidente João Goulart foi afastado do governo, as perseguições políticas se espalharam pelo país inteiro. As primeiras denúncias de tortura vieram à tona no Rio de Janeiro e em Pernambuco, onde o admirado Líder comunista Gregório Bezerra foi preso e entregue ao tenente-coronel Darcy Villocq Viana, que o amarrou e o arrastou (isso mesmo!) pelas ruas de Recife, em cenas mostradas na televisão, “para servir de exemplo” (SALLES, 2008, p. 17).

Aldo Arantes era militante do Partido Comunista Brasileiro (PC do B) e foi considerado subversivo e comunista, foi perseguido e preso junto com outros militantes em São Paulo, em 1975, ocasião em que vários líderes foram assassinados, no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”.

Salles afirma que:

A crueldade dos militares era tamanha que sensibilizou a sociedade e mobilizou as entidades nacionais e internacionais de direitos humanos (Igreja católica progressista, artistas e outros segmentos, que foram decisivos na conquista da Lei da Anistia, em 1979). Ao ser libertado, retornei a Goiás e iniciei uma nova fase de militância política. Agora, com os partidos de esquerda fechados pela ditadura, filiei-me ao MDB e, com outros companheiros, formamos o Bloco Popular (SALLES, 2008, p. 48).

Os militares censuravam os meios de comunicação e manipulavam as notícias. Se não estivessem de acordo com o regime militar, eram proibidas e podiam acarretar em punição, como a perda do alvará de licença para funcionar. O controle dos militares sobre empresas de comunicação era atributo ideológico da Ditadura, quando queria transformar uma mentira em verdade.

O jornal O Popular, em Goiás, O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e o Diário de Notícias e outros mais, apoiaram e foram veículos de comunicação utilizados pelo regime militar na divulgação de suas propagandas ideológicas oficiais.

A televisão Rede Globo era uma aliada dos militares e promovia a ideologia dominante como uma estratégia política da ordem vigente para conter as oposições contra o governo.

Os militares impuseram a censura nos meios de comunicação e perseguiram vários órgãos de notícias, fazendo com que muitos deles se aliassem à Ditadura para não fecharem as portas e, aqueles que não concordaram, buscaram formas e alternativas diferentes de fazer Jornalismo para expor suas opiniões; então nasceu a imprensa Alternativa em Goiás, no final da década 1960.

De acordo com o depoimento da entrevistada Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015:

Não somente em Goiás mas no Brasil inteiro a imprensa toda apoiou o Golpe, as críticas a um governo democrático eram tão fortes e ocupavam todos os espaços, batiam tanto e tão fortemente querendo descaracterizar, desmobilizar uma linha política que estava no governo na época. De um governo popular trabalhista, Jango representava o comunismo, ele nunca foi de partido comunista nem socialista; era de partido trabalhista. A imprensa na época cedeu seus veículos de comunicação para divulgar que tinham provas de que Jango era um comunista; isso demonstrava o comprometimento da imprensa brasileira. Como exemplo, o Jornal Folha de São Paulo cedia seus próprios carros para prender e serem usados pela polícia clandestinamente para efetuar sequestros e tudo. Mas a imprensa foi beneficiada também, quando conseguiu empréstimos a juros baixos, ou até gratuitamente para investir na construção de prédios e ampliação de seus serviços. A imprensa se comporta, hoje, como quarenta anos atrás, ela tem uma linha editorial que é a linha do seu dono. O dono do jornal é geralmente de uma elite como toda e qualquer outra elite econômica ou financeira (Entrevistada Laurenice Noleto Alves, em 6 de fevereiro de 2015).

Na entrevista, Laurenice mostra como as imprensas goiana e nacional são interesseiras, tendenciosas e omissas. Os Jornais e revistas estavam preocupados em apenas vender seus exemplares de maneira irresponsável e se venderam aos militares, faltando com seu compromisso de sempre buscar esclarecer os fatos de forma imparcial.

Voltar ao passado é bom para nos contrapormos ao momento presente e assim percebermos o quanto do pensamento conservador do golpe ainda é vivo no Brasil e que a imprensa quase não mudou.

Para Laurenice, os mesmos jornais continuam disparadamente manipulando as informações e posando de éticos, quando sabemos que são os maiores beneficiários das verbas públicas para a propaganda dos governos da história Republicana do Brasil.

Os jornais que não apoiaram o golpe ficaram conhecidos como imprensa alternativa, sofreram perseguições e censura, e muitos foram fechados. A grande imprensa goiana apoiou o golpe e obteve financiamento a juros baixos e longo prazo para ampliar seus negócios tendo como principal cliente, o Estado.

A imprensa alternativa se opôs à grande imprensa, alienada aos militares na época. Para Laurenice, de acordo com seu depoimento, as imprensas alternativas faziam duras críticas às grandes emissoras, vanguarda intelectual alienada aos militares na época e procuravam noticiar os fatos de maneira mais verídica, além de fazer várias críticas ao regime.

A justificativa militar para manter as ações repressivas aos movimentos sociais e estudantis contrários à Ditadura militar, é que estavam combatendo a subversão e a ameaça comunista, sob a acusação de que esses movimentos conspiravam contra a segurança nacional do país. De acordo com GARCIA (1982, p. 15) “A dramática ameaça de subversão e guerra revolucionária, orientada por comunistas portadores de ‘ideologias exóticas e alienígenas’, era o pretexto anunciado para justificar o caráter autoritário e repressivo do governo”.

Os movimentos estudantis e sociais naquela época tinham seus líderes simpatizantes dos partidos de esquerda que eram considerados como um entrave político ao plano desenvolvimentista dos militares. Segundo Duarte (2003, p. 34) “Essa Doutrina considerou pernicioso qualquer antagonismo e questionamento da sociedade, com o objetivo de punir os dissidentes, portadores de ideologias comunistas contrários aos interesses do país...”.

Em 1964, Carlos Alberto Santa Cruz Serra Dourada era presidente de uma importante organização dos estudantes em Goiânia, a União Goiana dos Estudantes Secundarista (UGES) e pertencia ao PC do B, como quase todos os dirigentes da diretoria. Sonhavam com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna e, ser militante estudantil era resistir à política implantada pela Ditadura.

Os estudantes eram conscientes e críticos politicamente e faziam parte do grupo de intelectuais do país e se diferenciavam de muitos movimentos sociais, com propostas em defesa dos interesses da população brasileira. Acreditavam que

podiam propor o melhor para o país, por conhecer os problemas da sociedade brasileira, por meio da Ciência e da Política.

Muitos estudantes se portavam como detentores da consciência social; para eles, ser consciente era ter atitude para transformar a realidade vivenciada pela militância e, assim, proporcionar as mudanças que o país necessitava. Segundo Paula (2009, p. 45) “A juventude é uma fase da vida, mas, é também, um setor social ou grupo, que possui interesses comuns em dada sociedade e época histórica, relativas as suas solicitações ou demandas por educação e cultura”.

A ação dos estudantes parte da percepção de uma realidade que se contrapõe os anseios e projetos no campo ideológico imaginário, com concepções de mundo que obriga os indivíduos à integração social e cultural.

Nestes termos, a consciência política é explicitada nas lembranças de ex-militantes goianos. Os estudantes constituíam as elites intelectuais, em face da grande maioria dos brasileiros serem analfabetos na época; no imaginário, representavam os interesses da sociedade brasileira, principalmente, os mais desamparados.

Os estudantes usaram de vários meios para denunciar as atrocidades cometidas pelo regime, como pichações, e quando eram impedidos de manifestarem-se pela imprensa oficial, buscavam a imprensa alternativa para denunciar, utilizando cartazes e panfletos.

Os mecanismos de ação dos estudantes alertavam a sociedade das atrocidades cometidas pelos militares e usavam os espaços públicos para fazer reuniões, manifestar-se contra a ordem vigente e procuravam ser justos e inabaláveis ante as determinações do governo.

Carlos Alberto foi um dos líderes do Movimento Estudantil Goiano, sendo perseguido e preso nove vezes e, logo após o bipartidarismo implantado pelos militares, filiou-se ao MDB e passou a exercer dupla militância política, já que o PC do B estava na ilegalidade. O desabafo de um líder estudantil goiano e os efeitos da ditadura na concepção de Salles:

A democracia política restabeleceu-se, mas a ditadura econômica recrudesciu. A exploração do homem pelo homem ficou mais sofisticada. E instalou-se no Brasil a república do lixo e do luxo. A corrupção é endêmica. **E o maior crime da ditadura militar imposta em 64 foi praticado contra a nossa geração. Ela conseguiu anestésias a geração atual, que hoje assiste complacente a todos os assaltos aos valores e à honra da coletividade.** Estudante não faz mais greve. A esquerda está

fora de moda. Eu não mudei meu itinerário e, portanto, sou considerado na contramão da história. Com muita honra. E sabendo que tudo é uma questão de tempo. A geração atual, massacrada ideologicamente, não quer nem ouvir falar de nossa luta. A minha biografia política não tem importância nenhuma e pode ser escrita em apenas uma linha: **fui socialista na juventude, continuei socialista na maturidade e agora, na velhice, sou socialista com redobrada convicção** (SALLES, 2008, p.64 -65).

Em Goiás, os militares perseguiram e usaram de muita violência, com métodos de tortura, ameaças, sequestro e repressão contra os líderes dos movimentos estudantis e, na medida em que os militares legalizavam o estado de repressão em nome da segurança nacional, o cerco contra os estudantes era fechado.

O estudante goiano secundarista, Eudes Pacheco, diante da demissão do diretor do Colégio Alcides Jubé em Goiânia, ficou indignado com a injustiça cometida contra o Diretor e, resolveu fazer um ato público perante os demais alunos e Professores do colégio, no qual fez um discurso de indignação, tecendo críticas aos militares, como transcreve Salles (2008, p.87) “A distância que existe entre o governo do Brasil e o povo é a mira de um fuzil”. Para Ricœur (2007, p. 157) “Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vívidas que fora introduzida a noção de lugar de memória...”

A partir deste protesto, os militares iniciaram a prisão de estudantes, trabalhadores, Professores, e Eudes Pacheco foi preso, torturado e viu a morte de perto, mas ele não se arrepende de nada.

Em depoimentos para a história, Salles diz que:

Se alguém me pergunta se valeu a pena, digo que sim. E, parafraseando Neruda, “confesso que vivi” os horrores de um regime ditatorial. Porém, graças à garra, à perseverança e à luta de milhares de jovens brasileiros, como eu, resistimos a todo tipo de selvageria. **Mostramos que havia resistência e esperança.** No entanto, muitos não entenderam nossa luta. Aliás, a todos da imprensa, que ainda hoje se insurgem contra os anistiados como se fôssemos aproveitadores, viver sem liberdade não é próprio do ser humano e que a nossa luta, portanto, expresse um compromisso que não possa ser desclassificado por ninguém (SALLES, 2008, p. 90).

Em 1966, Lacerda e Juscelino criaram uma frente ampla política, que tinha como objetivo, restaurar a Democracia perdida com o golpe de 1964.

A frente política não se limitava apenas à volta da Democracia no Brasil, mas também, propunha um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país.

Para Foracchi (1972, p. 75) “É indiscutível a atração que a política exerce sobre o jovem, mesmo quando praticada fora das orientações ideológicas existentes”.

A frente colocou, lado a lado, setores da extinta UDN, ligados a Lacerda e setores do extinto PSD ligados a Juscelino, integrantes da ala de Jango, do extinto PTB e até mesmo do PCB.

Os estudantes goianos seguiam as diretrizes da UNE nacional e apoiaram a Frente Ampla, iniciando protestos contra o acordo MEC-USAID, que apoiavam a valorização do Ensino Técnico e Profissional que conduziria o Ensino Universitário às necessidades do Estado militar e ao capital estrangeiro. De acordo com o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

Em todo o Brasil nós resistíamos ao acordo MEC-USAID, que veio pra desmontar as organizações estudantis, principalmente castrar a capacidade crítica dos estudantes do Brasil. Eles começaram acabando com os cursos das áreas de Ciências Sociais, deixando-os só para o Curso Técnico e mesmo assim, cortaram verbas. Eu me lembro de Pichações no Rio de Janeiro e em Goiânia contra o acordo MEC-USAID. Eles escreviam “Mais Educação Menos Canhão”; então nós, no Rio de Janeiro e em Goiânia, pichávamos os muros, “Mais Verbas para a Universidade”. A grande arma foi cortar a verba da educação, tiraram dinheiro da educação pública para investir na privada, que está crescendo muito; a educação naquela época era mais estatal, então retiraram os recursos, foram destruindo o sistema universitário do Brasil, diziam que iam prestigiar a Escola Técnica, mas na verdade, queriam mesmo era acabar com a educação brasileira, sucatear a educação do Brasil. Até hoje, temos aí durante muitos anos, este povo alienado, uma juventude alienada; esta classe média de hoje, pais e família, filhos e netos perderam o senso crítico, e ficam à mercê dessa mídia, da TV Globo. O que a TV Globo fala as pessoas obedecem, não é uma opinião independente, não analisam, não são racionais, é uma burrice completa, não só nas informações como também nas opiniões; as ideologias que eles passam através da novelas, das notícias que não são notícias, são falsificações. **Então o acordo MEC-USAID foi de fato para criar uma mentalidade colonialista submissa aos Estados Unidos**, uma de nossas críticas contra estes filmes enlatados dos Estados Unidos. Hoje os filmes vêm pela internet, hoje o filme vem na sua televisão, mas antes os filmes vinham dentro de uma latinha. Os enlatados tinham muita propaganda Pró-americana. O MEC-USAID foi uma tristeza (Euler Ivo Vieira, entrevista em 11 de fevereiro de 2015).

O acordo MEC-USAID, na opinião de Euler Ivo, tinha o objetivo de desmontar o sistema educacional brasileiro e conseguiu transformar nossa juventude crítica em alienados, que são facilmente manipulados por uma mídia que só tem compromisso com seu “umbigo” e seu bolso, falsificando informações e manipulando pessoas sem senso crítico. Uma herança deixada pelos militares, que sentimos na pele hoje, pessoas incapazes de lutar e egoístas, que não conseguem pensar sozinhas e terem suas próprias opiniões.

As transformações no campo educacional levaram os estudantes a eleger o EUA como inimigo dos movimentos estudantis e sociais e dos grupos políticos contrários aos militares.

As disputas políticas e ideológicas conduziram os estudantes a tomarem posição contra os interesses norte-americanos no país, uma vez que a política neoliberal adotada pelos militares estava vendendo as riquezas do Brasil, do povo brasileiro a preço de banana, de acordo com o interesse internacional.

O movimento estudantil era contrário à política neoliberal dos militares e adeptos ao nacionalismo. Duas correntes contrárias, uma da outra, com ideologias totalmente distintas.

O movimento estudantil expressou aspectos estruturais de construção de um poder simbólico, gerado por aspectos sociais, econômicos e políticos. O militante tem que ser um defensor representante da sociedade e que, na maioria das vezes, estava ligado a um partido de esquerda.

O ano de 1968 foi marcado por dezenas de passeatas e protestos que invariavelmente eram reprimidos pelos militares com muita violência. Alguns grupos ligados à esquerda começaram a organizar o movimento armado e empreender ações contra o estado militar.

Ainda em 1968, pela forte repressão às instituições estudantis, de acordo com Santos (1980, p. 53) “O anonimato das lideranças estudantis passou a ser uma exigência das novas condições de lutas”. A Igreja, como parte da sociedade civil passou a criticar o governo e sua política neoliberal desenvolvimentista implantada, dando início ao conflito político entre os militares e a Igreja Católica.

Os estudantes organizavam vários esquemas para burlar a repressão e se organizavam em reuniões clandestinas para planejar as ações e manifestações contra a ordem vigente, usavam nomes falsos para fugir da polícia, que perseguia, prendia e torturava os estudantes para entregar os colegas. Para Santos (1980, p. 94) “A intensificação da repressão em uma escalada sem limites de prisões, torturas e assassinatos, atinge a nossa diretoria com a prisão de Jean Marc...”

Os estudantes não tinham dinheiro para deslocarem-se de uma região a outra e contavam, somente, com a ajuda deles próprios, que cediam suas casas, e faziam pedágios nas ruas para conseguir dinheiro e, desta maneira, não deixaram de levar suas atividades adiante por falta de finanças. Os problemas de infraestrutura eram

muitos, por estarem na ilegalidade e contavam com a ajuda dos colegas e até mesmo de funcionários governamentais e universitários.

Segundo Santos:

A confiança no movimento, no entanto, não nos levava a considerar que não haviam riscos. Sabíamos que estávamos enfrentando um inimigo potente, e em diversas manifestações e atividades, os diretores da UNE e outras lideranças estudantis eram acompanhadas de grupos de segurança formados por estudantes da região (SANTOS, 1980, p. 70).

Os líderes dos movimentos estudantis perceberam que, sozinhos, não tinham condições de vencer a Ditadura e precisavam aliar-se a outros movimentos sociais.

Para isso, seria necessário reestruturar sua capacidade de organização e mobilização com outros segmentos da sociedade e, fazer ao mesmo tempo, manifestações em várias cidades.

Vários segmentos da sociedade civil que apoiaram, inicialmente, o golpe militar como a imprensa, igreja, alguns parlamentares e empresários começaram opor-se ao governo.

A insatisfação social começou a desencadear inúmeros protestos e manifestações pelo país que serão apresentados a seguir.

O Movimento Estudantil Goiano deixou para a história grandes contribuições para as gerações futuras, pois reivindicava direitos igualmente para toda a sociedade brasileira sem distinção de classe social.

1.1 A Juventude Universitária Goiana e a Construção de uma Identidade Política de Esquerda

A história das relações do envolvimento da juventude universitária na década de 1960 a 1979 com os partidos políticos de ideologia de esquerda, baseiam-se na análise histórica dos partidos de esquerda em Goiás e, suas estratégias, na luta contra a ordem vigente, para estabelecer um novo modelo político de desenvolvimento para o país.

Essa relação, com a Ditadura militar, foi marcada por tensões, resistência e conflitos diretos.

Dois partidos políticos; o PCB e o PC do B sempre estiveram em evidência nos movimentos estudantis goianos. Também tivemos outras políticas de esquerda

que influenciaram os estudantes contra os militares e tinham o objetivo de implantar o Socialismo no Brasil. De acordo com Paula (2009, p. 67) “os partidos políticos procuraram controlar as entidades dos estudantes como forma de transmissão de suas propostas políticas”.

Nesse momento histórico, os estudantes, ligados a UNE em Goiás, viveram a maior fertilidade política de sua história. Aqui se tem o início do diálogo do movimento estudantil e os partidos políticos de esquerda.

Para Gohn:

Os movimentos aglutinam bases de mandatárias, assessores e lideranças, e têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas – legais ou clandestinas – Igrejas, sindicatos, ONGs – nacionais e internacionais -, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses comuns. [...] A forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo (GOHN, 2002, p. 252/3).

Os movimentos sociais para Gohn (2002) correspondem a um conjunto de ações, valores, reivindicações e ideais em uma cultura política que se constrói com a experiência vivenciada por meio de ideologias.

Durante o Estado Novo, a atuação de Getúlio Vargas em defesa do nacionalismo, proporcionou ao PCB popularidade e, rapidamente, transformou-se em força política no país, na elaboração da constituição de 1946.

O PC do B demonstrava motivações da vanguarda revolucionária marxista-leninista, seus partidários viam-se como única força capaz de promover a transformação que a sociedade brasileira precisava e conduzir a revolução popular e o socialismo à vitória. Havia vários critérios para um indivíduo tornar-se um militante do PC do B. Para Gohn (2002, p.216) “A influência teórica europeia inicial se fez predominantemente por meio do paradigma marxista, e isto também se explica pela predominância deste paradigma nos meios acadêmicos, principalmente nas universidades públicas [...]”.

Sua opção por uma revolução comunista e por meios não pacíficos levaram o partido a assimilar uma linha de conduta e disciplina interna semelhante ao de um organismo militar.

Essa característica própria do PC do B serviu para que o partido ampliasse suas influências e mantivesse seus quadros de militantes evitando as divergências entre os mesmos.

Os novos militantes goianos eram estimulados a terem vivência partidária ativa. O marketing interno, partido e a situação política que o Brasil atravessava na época levavam os estudantes a criarem um vínculo emocional com os objetivos de organização política.

Não há nada mais honroso do que o título de membro do Partido. Pertencer às fileiras é integrar-se na organização revolucionária marxista-leninista dos proletários que têm a missão de servir fielmente à classe operária e ao povo trabalhador e lutar por seus interesses vitais, visando alcançar a vitória da revolução popular e o socialismo. O comunista combate no dia-a-dia pelas tarefas políticas táticas de hoje e pelos objetivos revolucionários estratégicos de amanhã. Esta luta, árdua e complexa, só será desenvolvida plenamente, com confiança e clara perspectiva, se o militante se integrar de corpo e alma na vida orgânica do partido e na sua atividade revolucionária. Não se trata de uma integração ocasional, episódica, mas ininterrupta e consequente. Não se realiza por um momento, apenas em certas situações, mas, permanentemente, e em quaisquer circunstâncias, mesmo as mais adversas. Para isto, é absolutamente necessário que o militante compreenda o extraordinário valor das exigências leninistas impostas aos candidatos a membro do Partido. (Jornal Classe Operária, setembro de 1977 p. 3).

O Jornal Classe Operária era comunista e revolucionário, instrumento da organização de classe e partidária dos trabalhadores.

Seu jornalismo distingue-se, justamente, pela consciência dessas imposições de classe, consciência que é um dos pressupostos do jornalismo comunista que se desenvolve em torno da política Partidária e apoiou as ações dos movimentos estudantis que estavam ligados aos partidos de esquerda. Foi um importante instrumento de mobilização contra a Ditadura.

A Esquerda no Brasil criava projetos de desenvolvimento socialista no país antes do Golpe Militar em 1964. Com o tempo, a esquerda dividiu-se, devido a divergências internas a respeito de linhas teóricas a serem seguidas. A forte perseguição e repressão militar, pós golpe, empurravam, cada vez mais, um maior número de facções ligadas à esquerda, para a proposta da revolução armada. Para

Gohn (2002, p.260) “As práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas”.

Os partidos de esquerda, em Goiás, optaram por seguir as tendências nacionais e os dois principais tipos de revolução social. A pacífica defendida pelo PCB e a armada PC do B, VAR, POLOP, entre outras.

Segundo Mendes Junior:

Todas essas organizações atraíram – em maior ou menor grau – os quadros egressos do Movimento Estudantil, que abandonaram seus estudos, empregos, famílias, ingressando numa dura vida clandestina, da qual conseguiram sair presos ou mortos. Eram, deve-se dizer aqui, os melhores, mais corajosos, mais idealistas filhos que esse País teve, e fizeram parte de uma geração marcada para sempre (MENDES JUNIOR, 1981, p. 88-89).

Esses partidos políticos inseriram-se aos poucos nos movimentos estudantis e foi o ponto de controvérsias acirrando o início do conflito entre estudantes e a Ditadura em Goiânia. Os militantes do movimento estudantil foram acusados de subversivos e comunistas.

Para Paula:

O jovem participa do Movimento Estudantil como uma opção pessoal, motivada por fatores sociais, econômicos, políticos, com significativa influência dos partidos políticos que atuam na universidade, dominando a estrutura burocrática das entidades estudantis. As diversas teorias que tentam explicar o significado da atuação dos estudantes não priorizam o fato de que não existe o movimento estudantil organizado sem a vinculação de suas lideranças como os partidos políticos (PAULA, 2009, p. 77).

Os movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro e Goiás não foi diferente do restante do país. O PCB influenciou a luta política e sindical e direcionou muitas políticas da direita; suas propostas eram conhecidas como nacional-reformistas, influenciando os movimentos sociais e estudantis por todo o país.

Com a posse de João Goulart, os comunistas ganhavam espaço e sustentação política para implantar a revolução social, e o movimento estudantil era fundamental para a implantação de uma política que não fosse nem capitalista ou socialista, uma mistura de ambas as políticas (Jornal Classe Operária, setembro de 1977).

No Brasil, existiam três grandes correntes ideológicas de esquerda, que se diferenciavam quanto ao tipo da revolução social que queriam promover no país; o

meio de chegar ao poder e as bases dos seus ideais de revolução eram da antiga URSS, Cuba e China.

Os partidos de esquerda sofreram duros golpes, repressões por parte da Ditadura, mas não desistiram de seus ideais revolucionários e nem abandonaram suas ideologias.

Quando estourou o Golpe militar em 1964, ocorreram várias prisões e cassações dos opositores do governo; entre eles: Sindicalistas, Governadores, Parlamentares e Líderes dos movimentos estudantis e, até mesmo, foram afastados alguns militares de seus cargos, por estarem ligados aos partidos de esquerda.

Em Goiás, cinco organizações da Esquerda destacaram-se na conquista de novos membros: O PCB, o PC do B, a ANL, a VAR-PALMARES e a AP (Ação Popular). Cada uma dessas instituições, à sua maneira, foi divulgando os seus princípios doutrinários e buscava novos membros junto à população e estudantes, principalmente nas Universidades.

As estratégias da esquerda eram similares, e a busca de novos membros era feita praticamente da mesma forma, por todos os partidos políticos ou organizações ligadas à esquerda.

A princípio, aproximavam-se dos líderes dos movimentos sociais, organizações estudantis e representantes de classe como o de funcionários públicos ligados ao alto escalão e, também, penetravam no meio dos artistas, profissionais liberais e nos Cines-Clubes em Goiás, para compreenderem a dimensão política e cultural dos movimentos sociais organizados.

A década de 1970 foi marcada por vários conflitos de gerações e sistemas políticos, de forma global, e as Lideranças estudantis eram convencidas da eficácia desse ou daquele partido de esquerda.

A ligação entre as lideranças estudantis goianas e os partidos de esquerda servia como pretexto aos militares, ao editar várias medidas e atos institucionais para acabar com os movimentos estudantis.

Os militares criaram centros cívicos para monitorar as atividades dos estudantes, logo após o Golpe. Eles viam os estudantes como uma ameaça à ordem e os consideravam subversivos e comunistas.

As ideias revolucionárias disseminaram-se entre as organizações de esquerda. Desde radicalismo na defesa dessas ideias, à radicalização da ação armada contra a Ditadura, em busca de promover a revolução socialista no país.

Diante da perseguição e da violência, a esquerda não conseguiu aglutinar forças e promover ações conjuntas contra os militares. As cidades constituíram-se nos centros de enfrentamento com a Ditadura, e o interior era visto como espaço propício para promover a revolução socialista.

Os militantes dos movimentos estudantis goianos compartilhavam um acervo comum de experiências, situações e oportunidades que conduziram a uma articulação entre os seus diferentes membros, em uma mesma maneira de enxergar a sociedade.

A atuação dos jovens universitários goianos foi midiaticizada pela Universidade e compreendida pelas camadas sociais médias e altas. Esses jovens eram favorecidos por ter acesso às criações culturais e políticas e, desta maneira, nascia novos atores sociais que representavam a continuidade e a renovação cultural ao mesmo tempo.

Os movimentos de rebelião da juventude estudantil explicam o fenômeno da contracultura, inaugurando um novo estilo de vida e pensamento dessa juventude que buscava algo novo.

Em 1960, o Brasil passava por uma efervescência e uma indefinição política muito acentuada. Diante dessa emergência de novos valores e novas experiências, os fenômenos sociais surgem com várias bandeiras de igualdade de direitos civis entre negros e brancos, o feminismo e a influência da música, do rock and roll.

Isso tudo compõe os movimentos sociais da chamada vanguarda, que efervescia a política no Brasil no pós-guerra. Em 1946, iniciou-se uma abertura democrática, mas o sonho acabou em 1964, com o golpe que desrespeitou a Constituição de 1946.

As mudanças se relacionavam com os acontecimentos políticos internacionais e os jovens esquerdistas redirecionaram suas propostas no imaginário ideológico de esquerda, para construir e possibilitar discussões sobre a realidade do Brasil.

Esse imaginário possibilitou a articulação dos jovens goianos com o restante do país e influenciou vários grupos populares no país, no campo e na cidade; essas novas organizações políticas avançaram e incomodaram muitos que viam a possibilidade de mudarem os rumos da política no país.

A Igreja Católica, ao se dar conta de que perdia força e importância frente às classes sociais menos favorecidas, fez opção por mudança política, uma resposta à

popularidade crescente do Partido Comunista, de acordo com o depoimento de Dom Antônio. O arcebispo é categórico:

Em Goiânia, Belo Horizonte, no Rio, em São Paulo, Recife e Salvador, nós fomos uma força muito grande no movimento estudantil e uma força muito positiva, que foi a grande época do marxismo socialista na escola. A nossa formação não era uma força de choque, de confrontação, era uma força de presença, de aproveitamento das teses socializantes do marxismo que levantaram a bandeira do direito à educação e das diretrizes de base. Que era muito comum naquela época, a palavra de D. Helder: porque a bandeira está em mãos erradas, nós não vamos combater a estas mãos erradas que estão com ela e vamos defender a bandeira (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O Banco de dados da VAE/UCG reúne vários documentos e recortes de vários jornais de época tais como: Folha de Goiaz, relatório do DOPS, artigos, Revista da Arquidiocese entre outros, sobre a história do Movimento Estudantil Goiano.

Foram catalogadas pela VAE\UCG um acervo de memória e mais de 30 entrevistas entre 1960-1990. Com base nesses documentos, vamos compreender a relação dos estudantes goianos com a Igreja Católica e suas ações contra o regime militar.

A mudança de mentalidade da Igreja Católica foi, também, uma necessidade de responder a um momento de transformações econômicas que o Brasil estava atravessando, e demonstrou determinações profundas na efervescência do Movimento Estudantil Goiano; como também influenciou os presidentes da UNE.

Os estudantes universitários goianos demonstraram a opção pelo trabalhador, rompendo com as classes dominantes e defendendo as reformas de base, ligadas ao partido de esquerda, que defendiam mudanças políticas e econômicas para o país, que o capitalismo era incapaz de promover.

Com a Ditadura em 1964 são encerradas as manifestações culturais dos estudantes que passaram a atuar com novas ações. As mobilizações estudantis adquiriram dimensões centralizadas nos espaços educacionais, como escolas secundaristas, universidades e clubes estudantis.

Essas mobilizações passaram a acontecer nos grêmios estudantis e nos Cursos de Graduação, com confecções de murais, cartazes, jornais, passeatas e procuravam conscientizar a população em praças e ruas.

A atuação dos grupos políticos de esquerda foi decisiva para a postura radical dos movimentos estudantis, em defesa da Reforma Universitária, para a rebelião contra os militares a partir de 1964. E de acordo com CUNHA (1989, p.71) “Nas escolas superiores onde o movimento estudantil era mais antigo e denso, organizaram-se partidos que lutavam pela hegemonia no meio acadêmico, em particular pelo controle dos diretórios”.

Os estudantes tinham uma formação intelectual e se auto definiam como elite intelectual, o que os tornavam responsáveis pela população mais humilde, pois tinham o hábito da leitura político-partidária de transformação social ligada à esquerda. Segundo o depoimento do Professor Bianor Ferreira de Lima:

Nesta época, os movimentos estudantis já estavam bem organizados, a tal ponto que existiam, nos meios universitários, organizações políticas, com partidos políticos genuinamente acadêmicos, como: Partido Acadêmico Independente – PAI e a Aliança Renovadora Acadêmica – ARA, surgindo, por último, a Liga Universitária com objetivos bem definidos (Professor Bianor Ferreira de Lima, Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Por meio da declaração do Professor Bianor, percebe-se que o movimento estudantil goiano era bem organizado e articulado na época; tanto que resistiu à repressão da Ditadura por vários anos e, mesmo na ilegalidade, não deixou de atuar contra a Ditadura.

Por esta razão, entende-se que a organização estudantil goiana, com suas respectivas ideologias, era fruto das mudanças políticas e incertezas que o país estava atravessando.

Os militantes dos movimentos estudantis ligados à esquerda tinham leituras obrigatórias, precisavam ter consciência e sabedoria para convencer os outros estudantes e, para isso, liam alguns autores como; Marx, Web, Durkheimn, Gransci, Althusser e outros também ligados à esquerda. Conforme o entrevistado Euler Ivo Vieira, militante do PC do B desde os tempos de Ditadura, o qual fez curso de guerrilha na China. Segundo Euler, os partidos comunistas estavam ligados a ex - União Soviética e à China. Segundo Laurenice, de acordo com a entrevista em 06 de fevereiro de 2015;

Foi uma audácia, uma ousadia grande nossa, na época, promovendo e participando de duas feiras, nós íamos um grupo para São Paulo direto nas editoras e adquiríamos os livros de forma clandestina, claro, porque eram proibidos, e ao chegarmos aqui fazíamos feiras dos livros adquiridos. A 1ª

foi na Praça do Bandeirante, depois na Praça Universitária e colocávamos os títulos pelo mesmo preço que nós comprávamos da editora e muitos até a gente ganhava. Pra ser mais um atrativo, era cobrado o mesmo valor da editora e a gente selecionava os que achávamos mais importantes para vender na época. E, outros movimentos importantes na época, foram os festivais de músicas populares universitárias, dos quais nós também fizemos várias edições. Eu e o Vilmar participamos efetivamente de duas edições no ano em que estávamos fazendo faculdade. Tudo isso aconteceu no período entre 1969 – 1972.

Para Euler e Laurenice, essas leituras deixavam os estudantes mais bem preparados para convencer os colegas e as pessoas, pois precisavam ter boa oratória e conhecimento para defender a organização contra a Ditadura, já que não tinham acesso à grande mídia na época.

Os estudantes defendiam a bandeira do nacionalismo independente de sua classe social ou origem e iam ganhando clareza em seus objetivos, à medida que iam fazendo alianças.

O Movimento Estudantil Goiano começava a ganhar identidade e força para propor mudanças na estruturação socioeconômica e batia de frente aos interesses dos poderosos, que temiam que o movimento conduzisse a política para um regime sindical-trabalhista ou socialista.

O antagonismo entre os movimentos sociais fez com que a repressão começasse antes do golpe de 1964. A elite econômica composta por fazendeiros, empresários, políticos e banqueiros objetivava conter a crescente politização do proletariado pelos sindicatos, estudantes, através da UNE e da universidade. Essas organizações eram vistas como uma ameaça comunista.

A deposição do Governador Mauro Borges foi o estopim da radicalização estudantil goiana após 1964. O golpe motivou os estudantes a entrarem em ação e tomarem posição contra os militares.

Apesar da repressão sofrida, os intelectuais de esquerda e os estudantes universitários goianos continuaram na luta contra o regime instalado em 1964. E Anatole Ramos foi um desses líderes de esquerda goiano, atuante contra a Ditadura em Goiás.

De acordo com Cunha:

Anatole Ramos, que foi ex-secretário Geral do D.A. da Faculdade de Filosofia da UFG e trabalhava no INPS, em 1970 escreveu uma peça de teatro denominada “Um Show à Parte” e uma poesia intitulada “Dialética Egoístico Nacionalista”, ambas as produções categorizadas pelos órgãos de repressão como de cunho altamente subversivo e comunista. Como se

sabe, Anatole Ramos, junto com outros autores, pertencia a um grupo de escritores da esquerda. Graças a isso, em 1970, Anatole Ramos “ganhou” como prêmio um inquérito policial encabeçado por agente da polícia federal. [...] dos líderes mais atuantes em 1968 no meio universitário tendo liderado o “TERRORISMO CULTURAL” na faculdade de Filosofia, forçando a renúncia de professores democratas. Signatário do chamado “MANIFESTO DOS PROFESSORES GOIANOS”, de cunho subversivo, publicado pela imprensa goianiense em 04/11/68 (CUNHA, 2001, p. 71-2).

Os grupos e os partidos de esquerda escondiam o material que seria distribuído para a população nas casas dos seus membros, amigos, familiares e simpatizantes, para despistar a polícia; pois, quando presos, eram interrogados e torturados para delatar os outros membros do grupo, e muitos membros não voltavam vivos, porque a ação por parte do estado era a de erradicar as lideranças de esquerda.

Em Goiânia, de acordo com Euler, o Comitê Central do PCB foi dissolvido em 17 de agosto de 1972 e foi duro o golpe sofrido pela ala esquerda. O PCB orientava a sua jovem militância para obter o controle de casas dos estudantes e C.A's de faculdades, com o intuito de mobilizar os estudantes para os ideais socialistas e comunistas.

No ano de 1972, vários líderes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram mortos pela polícia, em Goiás. Um desses líderes foi Jeová de Assis Gomes, que ingressou em 1967 e foi dado pela polícia como indivíduo altamente perigoso no Estado.

As ações de repressão contra facções de esquerda em Goiás foram duras, até a proclamação da Lei de Anistia em 1979, mas a esquerda resistiu às investidas do estado e permaneceu resistente, e, embora com a perda gradual de poder frente à sociedade, continua atuando.

1.2 A Intervenção Militar em Goiás no período de Repressão de (1964 – 1979)

Para compreender melhor os motivos que levaram os militares a intervir em Goiás, serão analisados, nesta segunda parte, os antecedentes do golpe que estava sendo preparado desde 1958, quando foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), com o objetivo de barrar a invasão comunista e eliminar os focos nacionalistas de políticos populistas, intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores, todos taxados de comunistas e subversivos.

A Escola Superior de Guerra foi construída com a supervisão dos EUA, que tinha interesse na economia brasileira e precisava que o modelo econômico brasileiro servisse de molde para a internacionalização da economia e que o Brasil abrisse as portas para a política neoliberal.

Em 25 de agosto de 1961, o então Presidente Jânio Quadros renunciou ao seu cargo. Neste momento, instalou-se uma crise política de angústias e perplexidades. Imediatamente, as forças armadas divulgaram um manifesto contra a posse do Vice-presidente João Goulart, conhecido como Jango, apoiados por um pequeno grupo de radicais das forças armadas que trataram de vetar a posse constitucional do legitimamente eleito e contaram com as bênçãos de setores totalitários. De acordo com Revista ISTO É (2014, p. 68) “Na ausência de Jango, a chefia da nação deveria ser transmitida a João Goulart, mas seu nome foi vetado por ministros militares – e assim ele sofreria seu primeiro golpe antes mesmo de assumir o cargo”.

Diante da perplexidade, o então Governador de Goiás, Mauro Borges, surge em um momento em que a fórmula populista estava esgotada, no âmbito nacional, e toma a decisão de ingressar no movimento ao lado da Democracia e da lei na campanha da legalidade, pela posse de João Goulart na Presidência.

De acordo com Borges:

Sempre defendi a existência de uma democracia política verdadeira, pluripartidária, fiel aos princípios de que ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’. Democracia é transformação econômica e política, sem catástrofes, racionalmente e sob a égide da liberdade. [...] O Brasil, pela sua vocação histórica, pelas suas peculiaridades naturais, pelas tradições e índole de seu povo, deve e precisa criar o seu próprio caminho, no sentido de tornar-se uma grande nação. Não é necessário buscar soluções estranhas aos nossos costumes e à nossa profunda vocação democrática (BORGES, 2006, p.42).

Em sua obra “O Golpe em Goiás”, Borges (2006) mostra sua vocação pela Democracia, a paixão por Goiás, faz duras críticas aos militares e elogia os movimentos estudantis goianos que se colocaram de prontidão para resistir à sua deposição, uma importante obra para referenciar a legitimidade histórica da atuação dos estudantes goianos.

Nos anos que antecederam o golpe, os militares estavam divididos em três grupos: o primeiro, os legalistas, que pensavam conter os movimentos sindicais, mas dentro dos princípios democráticos constitucionais. O segundo, da Escola

Superior de Guerra, que era adepto da doutrina econômica liberal e construiu um projeto na derrubada do Presidente e defendeu a instalação de um novo tipo de estado. E o terceiro, a chamada linha dura, composta por oficiais da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais do controle dos militares sobre os civis.

Quando o golpe de 1964 estourou, começou a primeira escalada de repressão e vários foram os Decretos, Leis e atos terroristas usados para conter a onda de nacionalismo e tiveram início as perseguições, prisões e cassações dos opositores do Governo; entre eles, Sindicalistas, Governadores, Parlamentares, alguns militares e, principalmente, militantes de partidos de esquerda. Os militares deram início à destruição das instituições políticas de esquerda e nacionalista, dando lugar ao poder autoritário e à desobediência da Constituição, voltando velhas estruturas arcaicas, mas encontrou resistência de estudantes e nacionalistas.

No dia 1º de abril de 1964, o Congresso elegeu para Presidente, o chefe do estado maior do exército, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse como Presidente em 15 de Abril de 1964, governando até março de 1967.

Foi o primeiro a fazer uso dos atos institucionais como instrumentos de repressão, para dizer que quem mandava, agora, eram os militares, que se julgavam salvadores da pátria.

Para impor o Estado Militar, fecharam associações civis, proibiram greves, interviram nos Sindicatos, cassaram mandatos de políticos e suspenderam direitos políticos de qualquer cidadão.

Os militares criaram os Atos Institucionais para legitimar suas ações governamentais e iniciaram a intervenção em vários Estados da Federação.

Essa posição tomada pelo governo militar acabou gerando uma união dos diversos setores que apoiaram o golpe e constituíam a sua base de apoio inicial. Destacam-se nesses segmentos muitos Governadores, as lideranças de dois dos maiores partidos políticos conservadores – a UDN e o PSD, militares e Imprensa.

As torturas e os assassinatos políticos foram adotados como método e passaram a governar o país através de Atos Institucionais. O primeiro AI- 1, em 09 de abril de 1964, deveria ser o único, antes mesmo de o general Castello Branco tomar posse.

O AI-1 deixava claro: “A revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. A revolução distingue-se de outros movimentos armados,

pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. Para Borges (2006, p. 25) “o Ato Institucional quebrou as linhas da Constituição para constituir-se no manifesto da linha dura [...] A Constituição de 1946 foi mutilada por um sistema novo, ao ser interpolada como o Ato Institucional”.

Aprovaram no Congresso a Lei Suplicy (1964), que extinguiu a UNE e as uniões estaduais de estudantes. O novo governo assinou um acordo com os Estados Unidos com o objetivo de restaurar a educação pública, chamado MEC-USAID.

De acordo com Paula:

“[...] Por outro lado, os acordos firmados com a USAID, tinham o objetivo de possibilitar esta ingerência dos EUA, no planejamento de nosso Ensino Superior, através de assessoria, como forma de garantir uma influência ainda maior sobre os responsáveis pela educação no Brasil; os acordos previam a concessão de 40 bolsas de estudos nos Estados Unidos para elementos que ocupassem chave na administração do país. [...] A ênfase que é dada, é na função instrumental da educação, colocando-a como instrumento que objetivava proporcionar a aceleração do desenvolvimento econômico, o progresso social e de expansão de oportunidades. Em suma, vincula a educação ao “imperativo” do progresso técnico e científico econômico do país (PAULA, 2009, p. 112).

De acordo com Paula (2009), o acordo MEC-USAID marcou um retrocesso no ensino brasileiro. A privatização do ensino superior e a não politização dos estudantes deixaram o estudante como mero Técnico da política capitalista e, desta maneira, a obra de Paula contribui com a identidade do movimento estudantil goiano.

Para Álvaro Fernandes de Oliveira, em entrevista no dia 06 de fevereiro de 2015, o acordo MEC-USAID transformou a universidade em escolas técnicas:

A universidade brasileira, à medida que ia passando pelo processo de privatização ia perdendo a sua finalidade, porque o que ocorre é que o grupo de profissionais que a universidade hoje forma, procura atender a questões técnicas, e nós sabemos muito bem que a transformação da sociedade de um país passa por um processo de discussão política e ideológica. À medida que você restringe esse contexto de ampla discussão política ideológica junto com uma produção técnica e cultural, você vai retirando a possibilidade de novas diretrizes para essa sociedade.

Esse acordo, na visão de Álvaro, propiciou a perda da eficácia como mecanismo de transformação da sociedade no Brasil, além de propiciar um ensino

de baixa qualidade. Também para a Jornalista Laurenice, o acordo representou um retrocesso educacional e político no país que até hoje não conseguiu superar os traumas sofridos na época da ditadura. E, segundo a entrevistada Laurenice Noletto Alves, no dia 06 de fevereiro de 2015;

O acordo MEC-USAID propiciou todo um processo de deseducação política no país. Nós estamos reconstruindo a democracia e, enquanto não houver nas escolas e nas universidades um currículo sobre a política brasileira, enquanto a educação não discutir a política brasileira, vamos continuar ignorantes políticos, formando ignorantes políticos, que são presas mais fáceis dos grandes oportunistas nacionais e internacionais, que têm interesses maculados, e aí a massa desinformada é manipulada e fácil de ser conduzida para o lado que eles querem.

Os militares não perseguiram somente a esquerda e os movimentos estudantis; após o golpe, iniciaram uma forte perseguição e repressão dentro das forças armadas, para acabar com qualquer ato de rebeldia. E de acordo com Paula (2009, p.111) “A repressão política generalizada, a partir de então, se fez sentir com mais vigor sobre os estudantes e o conjunto da comunidade universitária, professores e funcionários”.

O Brasil, após o golpe de 1964, caracteriza-se pela perda da liberdade política, econômica e social dos cidadãos brasileiros. Neste período, o grupo da direita controlou as decisões políticas do país e governou de acordo com o interesse de um pequeno grupo elitista, conservador e controlador.

O golpe militar, na tentativa de erradicar governos de cunho esquerdistas, manteve-se na política controlando o país e dando abertura para a grande potência mundial capitalista, os Estados Unidos, que apoiou este episódio porque temia que ocorresse no Brasil uma reforma política.

A consolidação do Estado Autoritário no país resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento para implantar.

Arns diz que:

A Concentração da renda e desnacionalização da economia [...] E para a aplicação desse modelo, foi necessário mudar, alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Em outras palavras: foi necessário montar um estado cada vez mais forte, apesar de se manterem alguns disfarces da normalidade democrática. (ARNS, 1986, p. 60).

Inicialmente, parte da população apoiou as medidas promovidas pelos militares. O Presidente da República ganhou o direito de caçar os mandatos e direitos políticos, apresentar emendas constitucionais ao Congresso e, principalmente, ganhou a exclusividade de legislar sobre as questões orçamentárias do governo.

Essas medidas unificaram os militares e, acabaram gerando o apoio de vários partidos do congresso. A UDN surgia, então, como a principal força partidária de apoio ao governo.

Em abril de 1964, instalou-se sob o comando do Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, as comissões especiais de inquérito que podiam dirigir os IPM's (Inquéritos Policial-Militares) junto às universidades brasileiras. Diante disso, o Ministério da Educação passou a comandar contratações e demissões de pessoal universitário. Conforme Paula (2009, p. 116) "A possibilidade sempre presente de demissões e de processo sobre os Professores, faz com que estes vivam em clima constante de pânico, ausentando-se do embate político". E os IPM's eram recomendados para minar qualquer atuação subversiva na Universidade.

A Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis e a União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu-se, como forma legal, o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA) e restrito a cada curso, o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Desta forma, buscava eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade brasileira, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes contra a ordem vigente na época. Para Mendes Junior (1981, p.76) "De fato, em torno da luta contra este diploma legal (Lei nº 4.464) foi que se procurou remontar o esquema de ação política dos estudantes".

A Universidade foi silenciada pelo medo e pela insegurança. As decisões passaram a ser tomadas, exclusivamente, pelos órgãos executivos federais e estaduais, ampliando-se o papel das Secretarias de Educação e a criação das Divisões Regionais de Ensino, que eram dotadas de "funções técnicas" com o objetivo de implantar as decisões, contando com o mínimo de resistência.

A Ditadura vai tomando corpo, quando editar o segundo o Ato Institucional (AI-2), que dizia que só poderiam existir, a partir desse momento, dois partidos políticos; um governista e outro da oposição.

São criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); este último, encarregado de fazer oposição, sem contestar os militares. De acordo com a entrevistada Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015:

A gente percebia claramente que o MDB e a ARENA foram partidos permitidos pela Ditadura porque interessava a eles ter dois partidos para mostrar à opinião pública, principalmente a internacional, que aqui não havia Ditadura, que aqui havia uma Democracia sob o comando dos militares. (Entrevistada com Laurenice Noleto Alves em 06 de fevereiro de 2015).

Para Laurenice, os militares criaram os dois partidos para mostrar internacionalmente que no Brasil não existia uma Ditadura de fato. Este era apenas um momento em que os militares estavam no poder e seria provisório. Assim eles faziam essa leitura corretamente.

No Ato Institucional 2 (AI – 2), os militares reforçam o golpe, afirmando que a revolução está viva e não retrocede. Ela tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil.

Para isto, precisavam de tranquilidade, e os agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada, teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais. Já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, conduzirá o povo à prática e à disciplina do exercício democrático e da Democracia.

Os militares adotaram características de submissão ao capital internacional, desnacionalizando os diversos setores econômicos do país. Os baixos salários, as isenções e os Incentivos Fiscais, a Legislação e Financiamentos beneficentes acabaram por despertar a atração das empresas multinacionais.

Neste período, surge uma nova fase na economia brasileira. O pobre ficou ainda mais pobre; e a minoria rica, cada vez mais rica. Os militares buscaram movimentar a economia, contraindo financiamentos estrangeiros e vieram várias multinacionais atraídas pelas vantagens permitidas pelos militares.

Que o milagre foi falso, todo o Brasil soube e sabe. O que vale a pena ressaltar é que, naquele período, o aumento da produção industrial também não refletiu um aumento real da economia. Ele favoreceu apenas 7,2% dos

assalariados ou, em uma avaliação muito otimista 30,8% (se somarmos os 26,3% que recebiam até cinco salários mínimos aos 7,2% correspondentes à “verdadeira” classe média). Outro ponto a salientar, é como se obteve essa produção: com a abertura da economia às multinacionais, com o sucateamento da indústria nacional e com o maior endividamento externo que o Brasil já teve. (CHIAVENATO, 2004.p.126)

A partir deste momento, foi implantado um modelo político econômico que se concentrava na concentração de renda e desnacionalização da economia. Tudo isso, baseado na Força Armada e na repressão.

Segundo ARNS:

A monopolização da economia e a imposição de um modelo concentrador de renda e achatador de salários foram as raízes, no campo econômico, de toda uma série de medidas autoritárias e repressivas que os governos adotariam a partir de 1964 (ARNS, 1986, p. 62).

Os militares também usaram o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924 durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder; além da repressão política, o DOPS da Polícia Federal, tinha a atribuição de censurar os meios de comunicação, através da Divisão de Censura.

O Ato Institucional (AI-3) de 1966 altera o Código Brasileiro Eleitoral, considerando ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam frustrar os superiores objetivos da Revolução.

A necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do país considera que a edição do Ato Institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República, e que é imprescindível que isso se estenda à eleição dos Governadores e Vice-Governadores de Estado.

Alegando ser conveniente à segurança nacional, os militares, portanto, alteraram o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios, das Capitais de Estado, e as eleições para Governadores dos Estados são tornadas indiretas. O desabafo do Governador Mauro Borges do Estado de Goiás, com a Revolução Vitoriosa:

A Revolução de março foi traída e está sendo transformada – por elementos radicais da UDN e da ala totalitarista das Forças Armadas – numa Ditadura da direita. Estamos em plena era de ilegalidades, de vindictas, de ameaças e de ajustes de contas. Fizemos uma revolução para evitar que o Brasil fosse ideologicamente colonizado e não permitiremos, sem protesto, que qualquer outro colonialismo se imponha à nossa pátria. Fizemos a revolução para evitar uma ditadura da esquerda e não aceitaremos sem

resistência (mesmo pacífica), que uma ditadura da direita se instale em definitivo, nem que a tortura seja a norma jurídica do país, ou que Governadores sejam desrespeitados nas suas prerrogativas ao se negarem a ser interventores, ou apenas áulicos ou bobos da corte, quer em palácios, quer em castelos. (BORGES, 2006, p. 19).

O Ato Institucional nº 4 (AI-4) considera que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais. Sendo assim, tornou-se necessário dar ao país uma nova Constituição, que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução, e somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária.

Ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber, também, a elaboração da Lei Constitucional do movimento de 31 de março de 1964; e reforça que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução.

O Ato Institucional (AI – 5) foi o mais duro dos atos institucionais contra a democracia e os Direitos Humanos que os militares publicaram. De acordo com a Revista ISTO É (2014, p. 71):

Foi o mais sombrio, arbitrário e autoritário presente de fim de ano que o País já teve. No palácio Laranjeiras, na noite de 13 de dezembro de 1968, no Rio de Janeiro, o presidente da República, general Arthur da Costa e Silva, reuniu-se com o Conselho de Segurança Nacional para a decretação do Ato Institucional nº 5. O Congresso Nacional foi colocado em recesso, banuiu-se o instrumento jurídico do habeas corpus e a imprensa passou a ser censurada. Qualquer cidadão podia ser preso sem ordem judicial e, nos dez primeiros dias de prisão, permanecia incomunicável – era a institucionalização da tortura como política de estado.

O AI-5 institucionalizou a repressão no país contra os brasileiros, restringiu ainda mais a liberdade, faltando com respeito à dignidade da pessoa humana.

Os militares deixavam claros seus objetivos e metas com o AI-5 e que iam agir com violência contra pessoas ou grupos contrários que trabalhassem, tramassem ou agissem contra eles, por estarem atrapalhando o desenvolvimento do país.

Ao “perder a identidade, os militares subverteram o conceito de nacionalidade”. Adotaram uma teoria de segurança nacional que ditou sua ideologia política. Essa ideologia, acima da nação, explica a conduta dos militares. Após a tomada de poder, eles desprezaram os políticos, menosprezaram as instituições (Congresso, Judiciário etc.) e instalaram a “sua” ditadura. Mas, esta perdeu rapidamente a “pureza original”, degenerando-se em um sistema repressivo. (CHIAVENATO, 2004, p. 102).

O Poder Revolucionário convocou o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição e estabeleceram que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução Vitoriosa", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (ATO INSTITUCIONAL nº 4, de 07 de dezembro de 1966).

Os militares se posicionam de forma a combater com violência, quaisquer atos subversivos oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, e comprovam que os instrumentos jurídicos que a "Revolução Vitoriosa" outorgou à Nação, para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la.

Deste modo, os militares consideraram que, caso fosse necessário, tornariam imperiosa a adoção de medidas para impedir que fossem frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico, cultural e a harmonia política e social do país.

Desta forma, condenavam qualquer organização que atuasse contra o estado militar de subversivos. O governador do Estado de Goiás, na época, fez duras críticas aos militares. Segundo Borges (2006, p. 43), "Devemos criar uma nação instituída política e administrativamente, sob um modelo próprio, sem complexos e preconceitos. Não precisamos importar sistemas alheios à nossa realidade sociológica".

A "Revolução Vitoriosa" considerava que todos esses fatos perturbadores da ordem eram contrários à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, no intuito de evitar sua destruição.

A luta armada começou a ser organizada em 1967, logo após o AI – 5, e a sua missão inicial era de aproximação com as pessoas através de ações na área da saúde e auxílio na produção; "a guerrilha procurou organizar a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo" (ULDP) em torno de Programa intitulado "Em defesa do povo e pelo progresso do interior" (ARANTES 2013, p. 178-79) e com essas ações conseguiram a adesão de vários camponeses.

A luta armada, conhecida como Guerrilha do Araguaia, foi uma heroica iniciativa do Partido Comunista do Brasil, na luta contra a Ditadura. Diante da violência, repressão, dos assassinatos de lutadores contra o regime, da falta de

liberdade para manifestação de massas, fechava-se o caminho da luta legal para a oposição, restando apenas essa forma de luta aos confrontantes.

A repressão foi iniciada em abril de 1972 – 1975, sob o comando do general Garrastazu Médici, que utilizava todos os meios para aniquilar os opositores, reprimindo qualquer ato de contestação ao regime, torturando e assassinando lutadores pela Democracia.

No governo Médici houve o maior número de assassinatos políticos do país, pelos militares. Sendo assim, foi constituída uma grande mobilização das forças armadas para combater os guerrilheiros do Araguaia.

Os militares, durante suas ações, cometeram vários crimes de violações dos direitos humanos, com prisões ilegais, sessões de tortura, estupros e mutilações, bem como desapareceram com diversos guerrilheiros e camponeses simpatizantes dos guerrilheiros do Araguaia.

Essa Guerrilha representou uma vitória política na luta contra a ditadura e serviu para desgastá-la, permaneceu na história como um marco heroico do povo brasileiro, na construção de uma sociedade sem opressores e nem oprimidos.

Os estudantes foram acusados de subversão à ordem e se viram em condições de que, ser estudante equivalia a ser subversivo. O diálogo entre os estudantes e os militares diante desta acusação não foi fácil, e muitos estudantes foram vítimas de violência policial, e procuravam refúgio nas Igrejas, as quais não eram respeitadas. Isso fez com que a Igreja, em defesa dos Direitos Humanos, entrasse na luta ao lado dos estudantes, por uma política democrática.

O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE, por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. Apesar da repressão, a UNE continuou a existir nas sombras da Ditadura, em firme oposição aos militares e segundo Poerner (1995, p. 203 – 04):

A Ditadura impondo ao país, um curso de desenvolvimento, em que todos os aspectos da vida nacional subordinam aos interesses de outra nação (conforme o Ministro Juraci Magalhães, o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil) ...

As universidades passaram a ser vigiadas, intelectuais e artistas reprimidos, o Brasil vivia um período de repressão e violência e os meios de comunicação: rádios, jornais, revistas e televisão eram censurados, só podiam transmitir os que os militares aprovavam ou seriam fechados.

Em 1966, um protesto em Belo Horizonte, na Faculdade de Direito, foi brutalmente reprimido e, no mesmo ano, na capital mineira, a UNE realizou um congresso clandestino no porão de uma Igreja. No Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina da UFRJ, os militares reprimiram com violência os estudantes. Esse episódio ficou conhecido como Massacre da Praia Vermelha.

O ano 1968 foi marcado por revoluções culturais e sociais em toda a Europa e EUA pedindo Democracia, liberdade e justiça. No Brasil, de acordo com a Revista ISTO É (2014, p.73)

No dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, a “Passeata dos cem mil” entrou para a história da resistência política. Um dos blocos da manifestação foi capitaneado por intelectuais e artistas como Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso, Pascoal Carlos Magno, José Celso Martinez Corrêa, Ítala Nandi, Nelson Motta. A popularidade artística servia como “escudo” diante da ferocidade da repressão. Seis meses depois, caiu a noite do AI-5 e teve início então a diáspora da intelectualidade do País. O ar ficara irrespirável para aqueles que queriam pensar livremente.

No mesmo ano, os militares aumentaram a repressão e, no final do ano de 1968, proclamaram o Ato Institucional número 5 (AI-5), o qual indicava uma violência ainda maior.

A Igreja Católica teve uma grande participação como aliada dos movimentos estudantis e sociais no Brasil. Em Goiás não foi diferente do restante do país.

O estudante brasileiro estava muito mais maduro, consciente e politicamente ativo aos problemas nacionais; a universidade no Brasil discutia, politicamente engajada, os problemas que assoberbavam o país; assim, muitos carregaram vida afora, posições, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos; ninguém esquecia as lições de militância.

E de acordo com Groppo:

O movimento estudantil de 1968, vindo de jovens das camadas médias de todo o mundo, não poderia ser uma revolta apenas contra a precariedade das condições de vida ou de estudo. Na verdade, a realidade presente, ou as promessas bem concretas para o futuro próximo, acenavam com o aumento da riqueza material e o bem-estar quantitativo. Mesmo nos países periféricos e socialistas de então, onde a precariedade de condições era um problema ainda mais concreto e imediato, a questão do bem-estar quantitativo articulou - se a outro problema, ou desejo, que bem poderia ser expresso pelo termo “libertação” (GROPPO, 2006, p.51).

O conflito de gerações persiste no Brasil, como em quase toda sociedade e é fácil constatá-lo, pelo espaço crescente que dedicaram a jornais, revistas e livros no país.

Os jovens universitários não podiam, evidentemente, ficar bem comportados diante de adultos tão mal-intencionados e abriram os protestos estudantis em todos os pontos do Brasil. O Ministro Suplicy, tendo sua lei identificada como “principal instrumento político da Ditadura contra o movimento universitário” (POERNER 1995, p. 245), tornou-se conhecido, em todo país, como inimigo dos estudantes. E de acordo com o autor:

A UNE reagiu, advertindo que resistiria ao fechamento e denunciando o governo como, “ditadura militar de traição nacional” ..., um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário. (POERNER 1995, p. 245).

Em Goiás, após o golpe de abril de 1964, na manhã de 26 de dezembro do mesmo ano, o então governador Mauro Borges, empossado em 31 de janeiro de 1961, soube com segurança, que o Presidente Castelo Branco dava um golpe na democracia goiana, pedindo seu afastamento do Governo do Estado de Goiás.

De acordo com Borges:

O presidente Castelo Branco assinara o decreto de intervenção federal em Goiás. Determinei imediatamente a suspensão de todo o meu frágil dispositivo militar de defesa e divulguei uma nota a respeito. Mobilizou-se, então, contra o Congresso Nacional, o dispositivo de pressão e aliciamento da presidência da República. O próprio presidente, do Palácio do Planalto, comandava essa operação. Com o meu comportamento, ofereci ao Congresso, a grande oportunidade de sua afirmação autônoma, mas, infelizmente capitulou. A intervenção foi aprovada, embora o parecer contrário, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. A batalha pela redemocratização do país sofria, assim, seu primeiro e marcante revés. Assumi o governo de Goiás o interventor Meira Matos, cuja missão específica era a de desenvolver uma ação política capaz do meu afastamento definitivo. (BORGES, 2006 p. 174-175).

Um dos argumentos dos militares, para fazer a intervenção federal em Goiás é que acusava o então Governador do Estado, de fazer aliciamento e concentrar elementos armados e fazer requisição de armas e fabricação de material bélico; o que somado a fatos anteriores, revela perigo iminente para a integridade nacional, como um agitador, ligado aos comunistas, contra a revolução gloriosa e, sob essa acusação, os militares justificavam a intervenção em Goiás, considerando uma

ameaça à integridade nacional do país. Além das acusações, os militares vinculavam notícias falsas, segundo Arantes:

A manipulação da ditadura, com a divulgação de notícias falsas, foi uma tática adotada para procurar incompatibilizar lideranças progressistas com a opinião pública brasileira e, assim, criar um clima contrário àqueles que lutavam pela democracia e progresso social (ARANTES, 2013, p.137).

O afastamento de Mauro Borges, de suas funções de Governador do Estado de Goiás, segundo Souza (2009, p.88), “A intervenção em Goiás foi decisiva para a afirmação da linha dura pelo Presidente Castelo Branco e foi feita mediante ameaças a deputados e perseguições contra as chamadas bases eleitorais”. As notícias dessas intimidações eram “divulgadas por vários jornais, então os parlamentares ameaçados, impetrados ao Supremo Tribunal Federal, tiveram pedido de habeas-corpus preventivo” (BORGES 2006 p. 175).

O interventor federal, Carlos Meira Matos, não dava valor a algum aspecto moral na execução de seus métodos para alcançar seus objetivos, e assumiu no dia 26 de novembro de 1964 a 23 de janeiro de 1965 o Governo do Estado de Goiás.

De acordo com Borges:

É preciso proclamar que a grande crise nacional que vem se arrastando há muitos anos, não foi resolvida pela revolução de março. No entanto, não foi porque a revolução está traída. As cisões, dentro da revolução, constituem o processo normal de diferenciação entre a grande massa da nação e do Exército, que é democrática e o pequeno grupo dos chamados ‘duros’ ou exaltados que, em muitos casos, têm tendências nitidamente reacionárias e mesmo fascistas (BORGES, 2006, p. 19).

Sabendo que a população apoiava o Governador Mauro Borges, o interventor Meira Matos enviou um emissário com o decreto de intervenção e a sua proclamação, onde afirma ter vindo “remover o quisto da subversão e antirrevolução que aqui foi instalado”. O emissário coronel da aeronáutica, Jayme Peixoto, foi agredido com palavras e pedradas por populares, na entrada do Palácio.

Apesar de Mauro Borges recorrer ao Supremo Tribunal Federal e ter ganhado o direito do habeas-corpus, os militares recorreram ao poder legislativo que, sob ameaças, aprovou a intervenção em Goiás, no dia 27 de novembro de 1964.

Essa intervenção significou a realização política da burguesia monopolista, nos limites da Democracia representativa, para combater os movimentos populares que ameaçavam seus interesses políticos e econômicos.

A centralização política, a desmobilização da sociedade civil organizada e a predominância do aparelho repressivo no estado, estreitaram a faixa de atuação civil, fazendo com que interesses das classes dominantes fossem representados por agrupamentos militares dentro das forças armadas. As tensões que se manifestaram no processo de construção do estado autoritário refletiram nas alianças estabelecidas com os grupos dominantes e, assim, agregaram setores industriais tradicionais, classes médias e proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelo avanço da esquerda no país.

Alguns estudantes eram favoráveis a Mauro Borges, dentre os quais se destacou o estudante Juarez Barbosa, que chegou a pegar em armas para garantir a permanência do Governador e defender a Democracia, montando barricadas em volta do Palácio das Esmeraldas.

Com todo esse movimento em defesa ao Governador; o movimento estudantil demonstrou organização e força em Goiás. Os estudantes espalharam-se por toda a Praça Cívica, em cima do muro do palácio, mesmo sob a ameaça dos aviões que faziam voos rasantes, para intimidar o movimento, em prol do Governador e da Democracia, contra o estado militar.

Ser militante do Movimento Estudantil Goiano significou reconhecimento nacional. Tal combatividade se expressava nas manifestações, reivindicações e conquistas em nível nacional.

O bipartidarismo político autoritário determinado pelos militares no país, já no ano de 1966, começou em Goiás com as primeiras disputas: de um lado, a Arena da situação e, do outro, o MDB. Na oposição, os dois duelaram pelo poder em Goiás.

Esses partidos tornaram-se incapazes de atender as finalidades da sua criação, como estruturas estáveis e legítimas. A Arena em Goiás cresceu, mas esteve ligado a repressões pré-eleitorais e a abusos dos recursos públicos.

Tornou-se, então, o partido do governo, e o MDB, enfraquecido, com cada vez menos votos, ficou incapacitado de tornar-se o porta-voz do inconformismo político do Estado.

Logo após o Interventor Meira Matos, assumiu em seu lugar o Governador eleito, Otávio Lage de Siqueira, ligado à UDN, que governou no período de 31 de janeiro de 1966 a 20 de maio de 1968 e de 03 de julho de 1968 a 15 de março de 1971. O Governador então eleito após a deposição de Mauro Borges, pelo voto direto, apoiou a Ditadura militar em Goiás.

Seu governo deu continuidade ao projeto elaborado por Mauro Borges, ampliando-o e dando ênfase à melhoria do setor da infraestrutura viária e à construção da segunda etapa da usina de Cachoeira Dourada, de Hospitais e de várias escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Essas obras facilitaram o escoamento da produção, diversificando a agricultura e promovendo a integração do Norte e Nordeste do Estado. Otávio Lage fundou o diretório da UDN, depois a Arena e o PDS em Goiás e, no ano de 1965, disputou o governo de Goiás pela UDN, contando com o apoio do PSP e do PTB. Ele foi o Governador eleito pelo voto direto, antes da reabertura política, no início da década de 1980.

1.3 A Articulação do Movimento Estudantil em Goiás contra o Estado de Repressão

É importante demonstrar a relevância do Movimento Estudantil Goiano no cenário político, com ações de cunho social, em defesa da Universidade e da Democracia em Goiás, contra a ordem vigente a partir de 1964, mas, antes do golpe, os estudantes estiveram em evidência, no cenário que influenciou o Presidente a destinar para Goiás a primeira Universidade Federal do Centro-Oeste, e é neste contexto que a análise será delimitada.

A criação da Universidade, em Goiás pode ser entendida como a primeira grande ação do Movimento Estudantil Goiano e visualizamos movimentações: passeatas estudantis e protestos de ruas contra a Universidade Católica, que ia atrapalhar, com seu projeto de ampliação, a vinda da Universidade Federal para Goiânia.

O projeto de criação da Universidade Federal em Goiás (UFG) foi elaborado pelo Professor Colemar Natal e Silva, ao lado de líderes do movimento estudantil goiano e de Professores, tendo sido aprovado pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 17 de outubro de 1959, por meio do decreto de n. 4.704, em que se deu criada a UFG, e no mesmo momento criou a Universidade do Brasil Central e a Casa do Estudante Universitário (CEU).

A participação dos estudantes na decisão do Presidente Juscelino ficou evidente, e o poder político do movimento estudantil saiu fortalecido, evidenciado no restante do país. Desta forma, os estudantes goianos saíram fortalecidos.

As manifestações reuniram muitos participantes, dentre estudantes das faculdades federais e do ensino secundário, Professores e outros da sociedade. As passeatas saíram do centro, rumo à Assembléia Legislativa e incluíam o enterro simbólico do artífice da Universidade Católica.

Os estudantes e as disputas ideológicas partidárias levaram os mesmos a se aliarem às políticas partidárias, geralmente de esquerda. O Movimento Estudantil passou a concentrar-se não somente nas causas educacionais, mas aos problemas nacionais, em busca de poder simbólico. De acordo com o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

O Movimento Estudantil, o Movimento Popular e os Movimentos das Organizações Revolucionárias da Ação Popular foram, com o passar do tempo, desenvolvendo método, maneiras de fazer o trabalho clandestino, quando a Ditadura deu o golpe de 1964. Os militares também não tinham uma resistência acumulada para combater o povo, e esse foi evoluindo na resistência da Ditadura militar. Então, no início, fazíamos grandes manifestações de ruas e a Ditadura foi destruindo isto, depois haviam reuniões menores e a Ditadura marcava as pessoas, eles as prendiam em suas casas e não tínhamos mais residências. Eu dormia uma noite na casa de uma pessoa, outra pessoa que nunca tinha visto na vida, que dava cobertura para nós. Nós nos reuníamos em casas de pessoas desconhecidas, usávamos nomes falsos, ninguém conhecia você pelo seu próprio nome, você se apresentava no movimento estudantil, ação popular da UNE, assim o povo não nos conhecia, fomos nos afastando das massas de um grupinho que morava clandestinamente, fugíamos constantemente da polícia, e, mesmo assim, fazendo manifestações contra eles, pichando os colégios, ruas, banheiros públicos, distribuindo panfletos nos ônibus, trens etc... Fazendo vários tipos de manifestações e críticas aos militares. Eu vivi no Brasil doze anos com nome falso, sem visitar a família, sem contato, nem mesmo pelo telefone, pois esses eram grampeados. Era o momento de ser preso. Saber, por exemplo, que você estava em São Paulo já era uma grande informação para a polícia; então pra eu mandar uma carta pelo correio, descia pro Nordeste só para colocar uma carta no correio em São Paulo e voltava para a Bahia. Então, com isso, eu sobrevivi com o nome falso, dormindo cada dia numa casa, passando muita fome, total pobreza material, mas com espírito muito grande de luta e esse foi um momento muito bonito, e temos muito orgulho de tudo aquilo que nós fizemos. (Entrevista com Euler Ivo Vieira em 11 de fevereiro de 2015).

De acordo com o depoimento de Euler Ivo, os estudantes goianos e os demais espalhados pelo Brasil, engajados na luta contra a Ditadura, foram evoluindo suas estratégias para driblar os cercos policiais à medida que a polícia ia aumentando sua capacidade de repressão e perseguição. De acordo com a Revista Associação Brasileira de História Oral (2005, p. 95) “A oralidade implica o trabalho da memória e, ainda, o trabalho da palavra, do que é dito e do que é silenciado, pois, na perspectiva que compartilhamos”. Desta maneira faz-se a interface entre o

dito e o silenciado em uma época de ditadura em que o silêncio era condição de sobrevivência.

Nesse poder simbólico, os imaginários sociais e as representações do movimento estudantil foram recriados no cenário nacional e, pelos discursos políticos.

De acordo com Pesavento:

As representações construídas sobre o mundo, não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2004, p.39).

O golpe incentivou estudantes conservadores a investirem contra as lideranças estudantis contrárias aos militares, que queriam a expulsão dos mesmos ligados à esquerda e, esses, desenvolveram esforços para se manterem organizados. Na Universidade, também pediram, na época, o afastamento do Reitor Colemar Natal e Silva, alegando que o mesmo estava protegendo os estudantes comunistas.

Os estudantes democratas assumiam postura idêntica à dos militares contrários aos nacionalistas e de esquerda, tendo sido publicados em vários artigos, acusando os estudantes de comunistas e subversivos, no Jornal O Quarto Poder, criado pela UEE, para servir de veículo de comunicação entre a entidade e os estudantes. O nome destacava a importância do ME no cenário político, durante o período nacionalista.

Os militares, sob o argumento de que o Centro Acadêmico XI de Maio sofreu interdição, fizeram com que as lideranças da UEE fossem obrigadas a tornarem-se foragidas, para não caírem em suas mãos. A UEE sofreu intervenção federal, o que resultou na fuga de seus líderes.

E sob a acusação dos militares e perseguições, os estudantes foram os primeiros alvos do regime e, para desestabilizar o Movimento Estudantil Goiano, colocaram estudantes contra estudantes, dentro da universidade, e em situação semelhante ocorreu no plano nacional. A retaliação não parou por aí, a sede da UNE

no Rio de Janeiro foi incendiada e, esse, ficou conhecido como o Incêndio da Praia Vermelha.

Os estudantes goianos, apesar das perseguições e da repressão, continuaram no enfrentamento direto ao Estado Militar, afirmando sua postura oposicionista e apoiaram o manifesto de intelectuais, que reivindicavam a redemocratização do país em 1965, como foi publicado no Jornal Cinco de Março:

Nós, universitários goianos, vimos dar nosso apoio incondicional ao manifesto dos intelectuais, dirigido ao povo e dirigentes brasileiros, no sentido de que, possa realmente, haver uma mudança em nossas posturas [...] que atualmente vigoram na república brasileira... (Jornal Cinco de Março, 29 de março de 1965).

Os militares não conseguiram silenciar o ME e, adotaram medidas mais duras, como uma guerra psicológica, e aprovaram a Lei 4.464/64, que regulamentava os órgãos estudantis, e destacava a extinção da UNE e das UEE's. Desta forma, marcavam as eleições para as entidades estudantis, que reagiram publicando; "Os estudantes universitários goianos, em consonância com o que quer parte da classe, em todo o território nacional, estão dispostos a não comparecer, amanhã, às urnas para a eleição dos dirigentes de liderança do movimento" (Folha de Goiás, 15 de setembro de 1965).

O ME goiano, não se calou e seguiu as orientações da UNE nacional, para não comparecer as urnas e boicotar as eleições e a Lei Suplicy de Lacerda e, com este posicionamento dos estudantes goianos, o diálogo com os militares ficou cada vez mais difícil, e de acordo com Fávero (1995, p. 63) "pretenderam suprimir aos estudantes, suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEE's..." A exposição de motivos, pela qual o movimento repudiou, evidenciava a complexidade e a crise do ME, que para a ala dos conservadores da direita, viam na Lei Suplicy de Lacerda um incentivo para desestabilizar os movimentos estudantis ligados à esquerda e contra o regime.

Os alunos boicotaram as eleições e usaram estratégias diferentes das anunciadas e não compareceram às urnas, fazendo melhor, não inscreveram as chapas e, quem compareceu, não tinha para quem votar, dando a vitória aos estudantes, como foi noticiada na Folha de Goiás em 22 de setembro de 1966 "os alunos correram ontem às suas escolas, para registrarem ali a sua presença, no dia

reservado à realização de eleições [...] embora, não houvessem candidatos registrados...”.

O fracasso nas eleições e o boicote à Lei Suplicy de Lacerda custou o cargo ao Reitor Professor Colemar Natal, em 1965, por ser acusado pelos estudantes da direita, de proteger os estudantes ligados à ala comunista. Em seu lugar, assumia o interventor nomeado pelo Ministro da Educação, o Professor José Martins Alvarez, que ficaria no cargo por um período entre 30 a 60 dias, para apurar as irregularidades.

Depois que expirou o prazo do Reitor interventor José Martins, o Conselho Universitário foi convocado para elaborar uma lista de nomes, pelos quais, um seria escolhido como reitor da UFG, e o nome aprovado pelo Presidente Castelo Branco, foi o do Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz.

A proximidade do Reitor Jerônimo com os militares era evidente, não só pela indicação, mas pelas suas palavras, que parabenizavam os militares pela oportunidade de administrar a UFG, e também afirmava que a Diretoria estava vigilante a novos tempos e novas ideias, sem subversão e corrupção.

Mas os estudantes goianos não se sentiram intimidados com a posse do novo reitor e continuaram firmes no seu propósito, em 1966, mostravam seus descontentamentos com a situação. Mobilizavam-se, politicamente, e tornaram-se destaque nos jornais, em razão dos desaparecimentos de vários líderes e de prisões que não eram noticiadas.

Devido à rebeldia dos estudantes goianos e os confrontos com a polícia, a Secretaria de Segurança Pública chegou a fazer um apelo ao Jornal Folha de Goiás, para que os estudantes e suas famílias não participassem de passeatas contra o governo e, desta forma, evitassem os confrontos, pois, na medida em que aumentavam os protestos, também aumentava a repressão e a lista dos desaparecidos.

Os estudantes, desafiando a Secretaria de Segurança Pública, saíram em caminhada pelas ruas do Centro de Goiânia, seguindo o exemplo de outras capitais, como São Paulo e Belo Horizonte, e o ambiente tenso e hostil foi notificado no Jornal Folha de Goiás (22 de setembro de 1966), “Em contrapartida, não houve, em Goiás, os espancamentos e prisões em massa, como ocorreram em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.” Mas o exército e a polícia estavam prontos para reprimir com toda a violência a manifestação em Goiânia:

Todo o centro da cidade foi tomado por soldados da polícia (civil e militar). Barreiras militares foram colocadas no cruzamento da Av. Araguaia com as Ruas Um, Dois e Três, e em todas as ruas que cruzavam a Avenida Anhanguera, desde a Araguaia, até a Alameda do Botafogo. Tornou-se, portanto, impraticável aos estudantes, atingirem o Centro da cidade e, quando tentaram, na confluência da Rua Três com a Avenida Araguaia, foram barrados pelos policiais, tendo havido pancadas de bombas de efeito moral e muita correria. Houve então, a dispersão total dos estudantes, sendo o fim da passeata (Folha de Goiás, 22 de setembro de 1966, p.3)

Os estudantes, depois de dispersos pela polícia, reuniram-se na Faculdade de Direito, com a presença de militantes secundaristas e outros descontentes com a situação, acabaram percebendo a presença de policiais disfarçados, fato esse, que acabou gerando um novo confronto com a polícia, intermediada pelo Diretor da faculdade, e causou a prisão de vários líderes; porém, no mesmo dia foram ouvidos e liberados.

E no mesmo dia, também houve outros confrontos! Desta vez, com alunos do colégio Pedro Gomes, que buscavam informações da polícia sobre o líder estudantil, Tarzan de Castro, preso e desaparecido; só que a polícia fechou o cerco ao colégio e abafou a manifestação, agindo com violência e deixando uma vítima inocente, que passava nas proximidades do Colégio Pedro Gomes:

As manchetes de jornais davam conta de que Tarzan de Castro sempre se destacava como liderança do ME, desde o golpe de 1964, quando ainda era secundarista. Em matéria do dia 05 de outubro de 1966, a folha de Goiás comentou a notícia da Folha de São Paulo, que perguntava o paradeiro do estudante. Desaparecido dois meses antes, Tarzan dizia estar preso por causa de uma viagem que fez à China e que foi descoberta pela polícia. [...] O corpo docente daquele estabelecimento, não havia, até aquele momento, participado ativamente do movimento que há três dias eclodiu nesta capital. Todavia ao discutirem, em classe, a propalada morte do estudante Tarzan de Castro, acordaram em fazer uma greve nas aulas, até na próxima segunda-feira. Acertada a greve entre os líderes estudantis, alguns alunos, em número aproximado de 100(cem), resolveram abandonar as suas classes e se dirigiram ao portão de entrada do colégio. Nas adjacências do "Pedro Gomes" encontrava-se uma centena de elementos da polícia civil e alguns do DFSP. Ao saírem à rua, os alunos foram dispersos por aqueles agentes policiais, que usaram suas armas de fogo, sem, contudo, fazerem vítimas, com exceção de José Ribeiro de Freitas, que passava nas proximidades de lambreta e que nada tinha a ver com o movimento e que foi ferido à bala. (Jornal Folha de Goiás, 23 de setembro de 1966, p.3)

O jornal notificou o acontecido e no dia seguinte, os alunos da Universidade Católica de Goiás (UCG) e do Colégio Liceu, resolveram protestar contra os militares devido a repressão, arbitrariedade e prisões cometidas pela polícia e, concentraram-se na Praça Universitária, sendo novamente reprimidos com violência e prisões.

Os protestos e passeatas em Goiânia mostravam que os estudantes e os militares não se entendiam. Os estudantes desafiavam a Lei Suplicy, e mesmo na ilegalidade, estavam organizados e tinham consciência de que os problemas políticos eram devido à ordem vigente.

Os militares não deixaram sem punição o desrespeito a Suplicy de Lacerda e editaram mais um Decreto em 1967, Lei nº 228/67, que não alterou muito a Lei Suplicy. As resistências dos estudantes assustaram os militares pelo poder de organização e agilidade, que cada dia ganhava apoio da sociedade de artistas, músicos e intelectuais, mas a nova lei aumentava o desmonte de qualquer atividade política do movimento estudantil no interior das Universidades.

As bases de repressão dos militares estavam montadas em 1968, com a edição do AI-5, que buscava a eliminação dos movimentos estudantis e sociais, mas os estudantes não desistiram e, na ilegalidade, procuraram aproximar-se dos partidos de esquerda, buscando formas alternativas de combate.

Em 1967, os estudantes voltaram suas atividades para dois assuntos de grande relevância nacional, a política orçamentária para as Universidades e a integração econômica da Amazônia, onde hoje é o atual Estado do Tocantins e que fazia parte do Estado de Goiás.

Os estudantes de Medicina da UFG fizeram duas greves para pedir mais recursos e mostrar o descaso dos militares com o Hospital Geral de Goiânia; de acordo com Jornal Folha de Goiás (7 de março de 1967) “sob a alegação de que o Hospital de Goiânia Geral da Escola, não tem, atualmente, condições funcionais...” Essa reivindicação teve apoio do Diretor da Faculdade de Medicina e Professores.

A segunda greve foi para discutir a integração econômica da Amazônia e denunciar a invasão de estrangeiros com o objetivo de internacionalizar a região e a esterilização em massa de mulheres por ONGs estrangeiras, para promover o despovoamento e contou com a participação do então Governador de Goiás, na época, senhor Otávio Lage.

O ME goiano defendia que a Amazônia deveria ser colonizada por brasileiros e chamavam a atenção do risco que o Brasil estava correndo em não tomar posições contra a invasão estrangeira na região, mas os militares defendiam-se acusando os estudantes de nacionalistas.

Os alunos de Medicina (UFG) exigiram dos chefes de departamento do Hospital Geral de Goiânia uma reunião para expor as prestações de conta do

hospital, algo muito ousado na época, e não contou com disposição do Diretor em fazê-lo, pois o mesmo alegava que o hospital tinha condições de atendimento; um impasse entre os estudantes e o Diretor.

Os estudantes de Medicina de Goiás não desistiram e exigiram prestação de contas por parte do Diretor e decidiram buscar apoio em Brasília para resolver a falta de recursos destinados ao hospital. Eles queriam sensibilizar os parlamentares para que aumentassem o orçamento da UFG, que naquela época era um problema não só do Estado de Goiás, mas do Brasil.

Os militares, diante dessas reivindicações, já planejavam fazer intervenção contra os líderes do Movimento da Faculdade de Medicina. O Reitor Jerônimo Geraldo, da UFG, considerava ilegal o Movimento dos Estudantes Goianos de Medicina, mas admitia a gravidade da situação.

A greve continuou e chegou a ter intermediação do ex-governador Mauro Borges, que prometeu usar seu prestígio para obter mais recursos para a Universidade. Os estudantes recusaram-se a voltar às aulas e o impasse continuava no enfrentamento, sem ter uma resposta dos militares.

Outro fator; os estudantes universitários de Goiás, como os de vários estados, já participavam de movimentos e campanhas de alfabetização e erradicação de doenças em regiões com grandes índices de pobreza e distantes; essas ações foram importantes para conscientização política dos estudantes em defender a população mais pobre e necessitada.

Em 1968, o ME goiano ameaçava voltar às ruas da capital e desta vez para protestar pela morte do estudante Edson Luís de Lima Soto. Na tentativa de evitar os protestos e o confronto com a polícia, o Governador Otávio Lage decretou a paralisação das atividades estudantis.

O Governador Otávio Lage fez um apelo às famílias para que não permitissem que seus filhos participassem das manifestações, alegando que elementos comunistas estavam por trás do movimento junto, com partidos clandestinos.

O apelo do Governador não surtiu o efeito esperado. Em resposta, o ME veio às ruas e a polícia o reprimiu com muita violência, o que ganhou repercussão em todo o país, resultando em espancamento e morte.

Os militares, para justificar tamanha violência, acusaram os líderes do movimento de baderneiros e comunistas e reforçavam o pedido do governador para

que as famílias não deixassem seus filhos participarem de movimentos de rua e protestos. De acordo com o Jornal (Folha Goiás, 2 de abril de 1968):

Na Praça do Bandeirante, populares e estudantes secundários, sob os gritos de “viva a liberdade” – “abaixo a ditadura” receberam os universitários. [...] Em dado momento, ao redor das 11 horas, soldados marcharam rumo aos estudantes – e bombas começaram a explodir por todos os cantos”.

Todo esse confronto entre militantes do ME, em Goiânia, com a polícia, em 1968, resultou na morte do estudante Ornalino Cândido, secundarista e lavador de carros, que foi morto ao ser confundido com outro estudante, Euler Ivo Vieira, no mesmo período, também no Rio de Janeiro. Vítima de violência policial, o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi assassinado e os protestos continuaram, apesar da repressão e perseguição da polícia. Para o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro em 2015:

O movimento estudantil goiano tinha muitos contatos com outros movimentos estudantis universitários, quando no início de 1968, no dia 28 de março, mataram em Guanabara o estudante Edson Luiz de Lima Souto, numa manifestação em que eles chamavam atenção para a melhoria da comida do restaurante universitário chamado: “Restaurante do Calabouço” E neste restaurante havia estudantes de vários lugares do país. Edson Luiz era do estado do Pará e participou da manifestação e mataram-no lá. Isso provocou uma onda de manifestação pelo Brasil afora. Nos dias 28, 29, 30, 31 de março, e nos dias 1 e 2 de abril, em Goiânia, teve uma grande manifestação. Dia 03 de abril de 1968, teve um ato marcado na praça dos Bandeirantes e eu fui um dos principais líderes desse ato. Durante a manifestação, eu fui abordado por policiais dizendo que foi tomada a decisão de me assassinar naquele dia, e que eu tomasse cuidado. Achei que aquilo era uma ameaça a minha pessoa e não dei atenção porque era jovem corajoso, não tinha medo, destemido. Em seguida, minha prima Elza e o Hélio meu primo também, vieram falar comigo chorando para que eu saísse dali, da manifestação, pois tinham dado ordem mesmo para me matar. Naquela época, o General, o coronel Pitanga Maia é quem comandava o 10º PC, o 10º Batalhão dos caçadores, ali naquela área do exército no começo do Guanabara e o Pitanga Maia era o chefe do 10º PC, chefe do exército durante o Regime Militar, por 04 anos. Então, o Pitanga Maia tinha dado a ordem para me matar naquela manifestação. Naquele dia, lá pelas 11 horas, houve um grande tiroteio na Praça dos Bandeirantes, jogaram muitas bombas, houve muita pancadaria. Eu desci correndo a Avenida Goiás e na esquina da Rua 04 tinha um edifício em construção, o Edifício Bemosa. Subi naquele edifício em construção e a manifestação continuou ali com muita confusão. Lá pelas 04 horas da tarde, desci e encontrei meu primo; ele era gerente da Casa do Barata, “mas o rapaz não morreu, pois falaram que você morreu, que tinha sido assassinado, vem corre aqui, entra no táxi”. Entrei e no rádio do táxi estavam contando a respeito da minha morte. A polícia matou um jovem muito parecido comigo ali na rua 04, hoje esquina da rua 17, na pracinha do cartório; ali havia uma padaria chamada “A Siciliana” e eles atiraram naquele jovem achando que era eu. Mataram o rapaz, que foi muito alvejado, com vários disparos, na cabeça e no peito. Ele foi assassinado e levado para o hospital Santa Luzia,

que ficava entre a Paranaíba e a Rua 68 e levaram minha família para reconhecer o cadáver. Como o rapaz estava baleado, com a cara no chão, naquele lugar que hoje é o Partenon Center, havia um mercado central na cidade e meu pai tinha uma banca e eu trabalhava lá com meu irmão Fausto, mais novo que eu 2 anos. Quando eles balearam o rapaz na porta do mercado, chamaram o Fausto para ver o cadáver. O Fausto achou que era eu mesmo; ele se debruçou sobre o meu suposto cadáver e começou a chorar, aí afastaram meu irmão e mandaram chamar meu pai e minha mãe, meus avós. Foram lá, identificaram o corpo, não era o Euler, “é não é, é não é”. Depois comprovou-se que o rapaz que morreu chamava Ornalino, que era um lavador de carro, que morreu infelizmente porque se parecia muito comigo e neste dia vestia uma roupa igualzinha à minha, a roupa era camisa branca e calça cáqui, o nosso uniforme. Eu estava vestido o uniforme do Colégio e o Ornalino também, com a mesma roupa do colégio; depois disso começou uma grande perseguição sobre a minha família e, com isso, eu fui obrigado mudar de Goiás. (Entrevista com Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro em 2015).

No depoimento de Euler Ivo Vieira, é contado, com detalhes, o dia em que foi determinada a sua morte, pelo coronel do exército, Pitanga Maia, do 10º BC de Goiânia, em 1968. Euler se salvou por pouco, mas em seu lugar morreu o inocente lavador de carros, o estudante Ornalino, morto ao ser confundido com ele.

Após a determinação dada pelo Coronel Pitanga Maia para assassinar o estudante Euler Ivo Vieira, ele teve que se mudar de Goiás e saiu fugido, no final do mês de abril de 1968. Seu pai o tirou daqui com destino ao Estado de Minas Gerais para a cidade de Araguari. De acordo com o entrevistado, Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

Eu fui para Araguari, fugido, numa camionete, num saco de estopa, na carroceria. No final do mês de abril de 1968, houve um congresso da União dos Estudantes Brasileiros Secundaristas, chamado “UBS”; fui eleito sem o congresso me conhecer e, posteriormente, fui morar no Rio de Janeiro, então eu passei a advogar um trabalho nacional junto à União Nacional dos Estudantes do Brasil, ligado à Ação Popular “AP” a qual eu pertencia e que tinha uma grande influência no controle da UNE e da UBS. A “AP” tinha um trabalho nacional, que tinha grande destaque nas atividades do movimento estudantil. Eu fui da comissão nacional estudantil de Ação Popular “AP”. Esta comissão orientava a UNE e a UBS. O presidente da UNE, na época, era o Travasso, e o presidente da UBS era o Marcos. Então eu participei daquela passeata dos 100 Mil no Rio de Janeiro, que foi precedida de uma grande batalha contra a polícia, chamada sexta-feira sangrenta. Nós enfrentamos a polícia nas ruas do Rio de Janeiro, o calçamento das ruas, na época, era de pedrinhas e usamos as pedras contra a polícia; aquilo gerou uma grande batalha. Exibíamos uma grande faixa que dizia: “Abaixo a Ditadura, o Povo no Poder”. Fomos eu e o Silvio, do Rio de Janeiro, que escrevemos; não sei onde ele mora hoje. O pessoal da AP pediu que eu redigisse uma faixa para abrir a passeata, comprei 2 tecidos, emendei um no outro, ficou larga e fizemos 02 faixas; uma “Abaixo a Ditadura, o Povo no Poder” e a outra “Derrubar a Ditadura e Expulsar o Imperialismo”, mas a que ficou famosa foi “Abaixo a Ditadura, o povo no Poder”. Eu participei do movimento estudantil em Goiás e em outros estados, fui da organização

partidária Ação Popular “AP” durante muitos anos, até entrar no Partido Comunista do Brasil, PC do B. Lutei contra a ditadura Militar, em Goiânia e vários estados. (Entrevista com Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro em 2015).

Para Euler, os militares repreenderam as manifestações promovidas pelos estudantes goianos e, em todos os outros estados brasileiros, qualquer movimento contrário à Ditadura era reprimido com muita violência, na Praça dos Bandeirantes, em Goiânia ou no Rio de Janeiro, com o uso de força desproporcional contra qualquer manifestação.

De acordo com Vicente:

Ambos são transformados em vítimas da violência policial – logo, do governo militar; ambos se tornam heróis da resistência à Ditadura e do Movimento Estudantil, logo ícones da necessidade de conscientização e posicionamento crítico quanto à realidade política e suas consequências. A morte de Edson Luís [...] foi por eles instrumentalizada para intensificar a radicalização do movimento estudantil; isto é, foi usada como forma de articulação e pressão, marcada pela veiculação de certas imagens. Estas incluíram símbolos nacionais, como a bandeira brasileira (envolvendo o corpo do estudante morto) e o espaço da Assembleia Legislativa (local do velório), bem como manifestação, pronunciamentos e aglomeração estudantil, no espaço público de ruas e avenidas rumo ao cemitério. (VICENTE, 2006, p.58).

Os estudantes continuaram a protestar! Desta vez, era contra o terror da Ditadura. Iniciava-se a crise de Segurança Nacional e os problemas da igreja com o regime acabaram forçando-a a pronunciar-se contra as prisões, torturas, e muitos políticos que apoiaram o golpe como Carlos Lacerda, já demonstravam insatisfações com os militares.

Diante da crise que se instalava, os militares criaram o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, pelo Decreto Lei nº 477/69, que promovia a reforma nas Universidades brasileiras. O decreto constava intervenção em todos os setores da organização educacional, como a transformação das Universidades públicas em fundações privadas e eliminava da participação dos estudantes na administração das universidades.

O AI-5 foi mais um golpe legalizado que os militares deram contra os ME e sociais no país além do convênio MEC-USAID, assinado em 1966. De acordo com a Folha de Goiás (21 de junho de 1968, p. 3) “... os estudantes permanecem firmes no movimento, exigindo como condição para o retorno às aulas, a liberação das verbas destinadas à UFG (...) assim como a revogação de parte do acordo MEC-USAID...”.

Os estudantes insistiam na revogação do acordo MEC – USAID, enquanto o estado militar criava mais entraves e decretos para diminuir a participação dos mesmos na administração das universidades, criando o Relatório Acton, presidido pelo coronel Carlos Meira Matos, que apontava que a LDB dava muitos poderes aos estudantes e gerava uma crise administrativa entre ambos.

O relatório Acton, produzido pelo coronel, foi um importante instrumento dos militares para desmontar o ME em Goiânia e no país, e vinha como sugestão fazer uma campanha ideológica para formar lideranças anticomunistas.

Os militares também criaram o Projeto Rondon, para incorporar no currículo escolar e universitário a disciplina e valorizar o capitalismo e promover a reforma universitária e silenciar os estudantes.

O projeto Rondon foi uma forma de integrar os estudantes universitários em torno de um projeto pragmático, foi uma forma barata do governo de marcar presença em lugares onde o acesso à saúde era mais precário.

As transformações desejadas pelos militares começaram a tomar corpo em 1969, com os efeitos do AI-5, que impunham normas e regras disciplinares aos estudantes e servidores universitários e um conjunto de punições para quem a desobedecesse. Tais como:

Aliciar ou incitar deflagração de movimento paredista ou dele participar; 2) atentar contra pessoas ou bens de qualquer natureza dentro ou fora dele; 3) praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir realizar, confeccionar, imprimir guardar ou distribuir material subversivo; seqüestrar ou manter em cárcere privado, professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino; usar de dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e a ordem política (SILVA, 1989, p.155).

Além de todas essas regras, a Lei previa a demissão, proibia a nomeação de servidores concursados ou contratados como também o desligamento de alunos, proibia a matrícula em outros estabelecimentos de ensino.

O AI-5 e o acordo MEC – USAID legitimou a reforma universitária aos moldes do capitalismo, o currículo que antes era ligado às necessidades do Brasil e promovia conscientização política dos estudantes, agora tinha poucos vínculos com a realidade brasileira e restringia a formação profissional e qualificação de mão de obra ao atender o interesse do capital internacional.

A reforma Universitária foi um grande retrocesso para a Educação em Goiás e no Brasil; ela destruiu o ambiente político e o sentimento nacionalista.

O Projeto Rondon ganhou espaço, aliando a disciplina forçada pela repressão ao projeto de desenvolvimento econômico dos militares, onde os estudantes não se preocupavam mais com os problemas nacionais; a consciência política e os projetos do movimento estudantil.

À medida que os militares instalavam seu aparato de repressão na rua, o ME Goiano perdia seus espaços, ficando impossível sua participação e mobilização social, mas mesmo assim não desistia da luta.

A formação destes jovens era restringida ao modo de produção e o currículo possuía objetivos fundamentais. Combater o comunismo e fortalecer o estado para contestar os inimigos e promover o desenvolvimento do país; para isso, criou-se a disciplina Estudos Moral e Cívica em nível médio, e similar no fundamental. E Organização Social e Política Brasileira (OSPB), no Ensino Universitário.

A reforma universitária colocou os estudantes como meros expectadores de um currículo voltado ao mercado de trabalho; isso os fez distanciar da política e dos problemas reais do país. A maioria dos líderes do ME Goiano estavam presos ou exilados.

Com suas principais lideranças na cadeia e sem opção política e na ilegalidade, não restava muita alternativa, partiram para a luta armada, até 1972, quando foram totalmente eliminados pelo exército e a polícia.

A luta tomava um novo rumo, agora era para tirar os companheiros da cadeia e trazer de volta os exilados; quando o movimento não conseguia mobilizar sociedade faziam pichações nas ruas, denunciando arbitrariedades cometidas pelos militares contra os estudantes e a sociedade brasileira.

Em 1972, a UNE e o ME Goiano encontravam-se abalados em suas estruturas pelos constantes golpes e perseguições, mas continuavam suas atividades políticas, com menos intensidade.

A última diretoria da UNE foi presa e capturada sob a presidência do Goiano Honestino Guimarães, que foi mais uma vítima da Ditadura, visto com vida pela última vez em 1974, em um órgão repressivo em São Paulo. Soma-se mais um desaparecido, vítima da violência da ditadura.

A participação dos estudantes goianos na universidade após o AI-5 ficou difícil; o ME entrou em crise, porque além do decreto AI-5 e do MEC – USAID, o controle político pedagógico era rigoroso.

1.4 As Vozes que não se calaram

A cidade de Goiânia foi palco de muitos protestos e enfrentamento entre estudantes e militares; além da narrativa histórica é importante mostrar o poder imaginário desses jovens politizados, preocupados com os problemas nacionais, de acordo com a história cultural. Para Chartier (2002, p.41) “A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova [...] que faz com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”.

O ME sofreu duro golpe com a edição dos Atos Institucionais, acordo Mec-USAID e a reforma universitária, mas não perderam a vontade de lutar, apesar dos cassetetes! O sonho de ver o país livre e democrático não acabava e alimentou a esperança destes jovens destemidos e conscientes. E de acordo com Mendes Junior (1981, p. 85) “Aquilo que chamávamos de “ditadura”, antes da decretação do AI-5, nada era comparado ao que ocorreu depois disso”.

Mesmo com a UNE extinta, a repressão continuou e outros grupos começaram a se manifestar e a protestar exigindo mudanças políticas. Em São Paulo, contra o assassinato do Professor da Escola de Comunicação da USP, Vladimir Herzog e por melhorias da qualidade na formação profissional e; assim, renasceu o movimento estudantil, em 1973, na USP.

Goiânia foi escolhida para sede do I Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação e aqui reuniram 47 escolas. Este evento de discussão era uma estratégia dos estudantes para despistar e evitar o confronto com a polícia, o que era uma alternativa devido à repressão, e garantir a atuação por áreas de conhecimento.

A política econômica do estado militar já dava sinais de enfraquecimento, e o estado de repressão não tinha justificativa para tanta violência e já acenava tolerância com a movimentação estudantil.

A liberação do regime foi pequena, mas importante na articulação do ME. As universidades tinham organizado seus currículos para atender a política econômica, alegando a modernização da universidade. “A Universidade Federal de Goiás vai usar o seu material ocioso para trabalhar nos moldes das empresas privadas, a fim de captar recursos financeiros que passarão a fazer parte de sua receita orçamentária [...]” Folha de Goiás (16 de Janeiro de 1970).

Desta maneira, o Governo ia privatizar o Ensino Universitário, em parceria com a iniciativa privada, cumprindo o acordo MEC-USAID, nos moldes americanos que precisavam de mão de obra qualificada e não de jovens politizados, conscientes dos problemas nacionais.

A universidade deixava seu papel de comprometimento com a área social e passava aos moldes do capitalismo. Os jovens estavam preocupados em exibir as novidades das indústrias e aparecer para os colegas; as reuniões políticas ocupavam espaço para um novo comportamento social da juventude alienada que só pensava em si mesmo.

A juventude, que era um obstáculo à política econômica do estado militar brasileiro, agora transformara o ME e a sociedade em massa consumidora para atender os mercados internacionais, possuidora de novo perfil cultural, sedenta de consumo e menos motivada na política.

Na política estudantil houve um grande retrocesso e os Centros estudantis passaram a ser controlados pela universidade e só podiam se candidatar com os atestados de ideologia, além de serem selecionados pela administração que tinham o objetivo de ajudar na Universidade.

A reconstrução dos ME foi marcada por profundas mudanças; além da crescente privatização, as universidades públicas estavam sucateadas e também havia ausência de lideranças estudantis.

A atividade política no âmbito da universidade tinha desaparecido e o medo prevalecia, as cenas de violência ainda estavam presentes na vida dos estudantes. O clima de repressão e o controle provocado pelo AI-5 instalaram a cultura do medo na sociedade.

A estabilidade política alcançada pelo regime custou muitas vidas humanas e agora desacelerava e com o controle de repressão ficava mais difícil manter o milagre econômico brasileiro, que já não encantava mais. O governo Geisel viu-se pressionado a fazer mudanças políticas e Geisel sinalizou que faria uma liberação gradual e segura.

A partir desse momento, vários segmentos da sociedade tiveram atuação muito importante, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que passou a ser partido ativo e conquistou os eleitores brasileiros, defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita aos perseguidos e o retorno das eleições livres e diretas em todos os níveis.

Outras organizações importantes; a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), que pedia o retorno dos elementos jurídicos retirados pelo AI-5 e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que lutava pela liberdade de imprensa, pedindo o fim da censura. A Igreja Católica, que antes apoiava os militares, agora também confrontava o regime, defendendo os estudantes, líderes sindicais urbanos e rurais e a sociedade civil.

Essas organizações da sociedade incentivaram o surgimento de ações com o intuito de pressionar os militares para a redemocratização do país e incentivaram a reestruturação dos ME.

Em Goiás não foi diferente do restante do país; a ação dos defensores do Estado Direito rapidamente criou um clima em prol da redemocratização e o ME ganhou ânimo e fôlego para se reconstruir, em Goiânia, e de acordo com o Professor Pedro Célio:

As pessoas vão se ligando com o debate ideológico mais complexo. Alguns exilados voltam antes mesmo da anistia, e nós convidamos todos para dar palestras. As pessoas iam com medo, mas iam. Auditórios lotados. A Igreja Católica dá uma força muito grande aqui, em Goiás (professor Pedro Célio Borges, Goiânia, agosto de 1992).

O desejo de liberdade foi tomando conta do povo brasileiro em torno da liberdade política, e os movimentos pela Anistia ganhou forças; o ME, também. Começavam a se estruturar novamente.

Em 1974, na UFG, só existiam três diretórios setoriais: o das Ciências Humanas, o das Exatas e o das Biológicas, devido à estrutura antidemocrática, as lideranças estudantis contrárias à Ditadura tinham sido expulsas dos diretórios.

A movimentação dos estudantes, em 1976, repetia-se e por todo o Brasil buscavam recriar os Centros Acadêmicos e o DCEs, mas que funcionassem livres das Normas e Regras do Decreto 228/67, que ficava sob o controle MEC e das Reitorias.

A Ditadura não abriu mão de acompanhar as atividades dos estudantes e de utilizar o aparato repressivo que continuava valendo e aqui, em Goiânia, o clima de repressão abateu e os estudantes foram presos novamente. Desta forma, os militares intimidaram os demais, porque o medo ainda era presente entre os estudantes.

O desejo de reconstruir o ME falou mais alto e, em Goiânia, a reconstrução do DCE abriu caminho para o movimento pró-UNE, que vinha com a missão de reativar a entidade. O DCE, livre da UFG, já fazia parte de uma comissão com mais 30 DCEs, organizados para reconstruir a UNE.

Os estudantes goianos participaram do quarto encontro nacional de estudantes e tiveram de enfrentar a polícia, para não desistirem da viagem.

Em consonância Romagnoli:

As histórias dos estudantes que chegavam à praça Campo Grande – onde fica o diretório do MDB, QG improvisado da comissão de recepção – eram todas semelhantes: intermináveis barreiras policiais, as revistas nas bagagens, as verificações de listas de passageiros, pneus furados por grampos estrategicamente colocados à entrada de Salvador, e, invariavelmente um acréscimo de muitas horas necessárias num percurso normal (ROMAGNOLI, 1979 p. 41).

Em 29 de Maio de 1979, o congresso da reconstrução da UNE foi declarado aberto pelo ex-presidente da entidade; o Sr. José Serra, que administrou no período de 1963 a 1964.

Diversas Entidades, Associações, Sindicatos e o MDB apoiaram a reconstrução da UNE, e havia um discurso em comum em torno das liberdades políticas e da Anistia aos perseguidos políticos na época. De acordo com Romagnoli (1979, p. 51) “O inimigo comum e imediato está identificado – a ditadura – que a todos vem reprimindo e contra a qual se voltam todos”.

A UNE levantou várias bandeiras de luta na reconstrução da identidade e uma delas era reestruturar o ME. Precisavam criar instrumentos próprios e adequados para encaminhar a luta ao nível das Universidades e Faculdades.

Além de outras bandeiras de luta como; contra o ensino pago, por mais verbas na educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra a devastação da Amazônia, por uma assembleia nacional constituinte e a campanha de filiação de entidades ligadas à UNE. O desejo de liberdade era uma conquista à custa de muito suor e lágrimas dos movimentos sociais.

Os ME perceberam que acabar com a Ditadura não era o bastante, também precisavam eliminar os mecanismos de exploração impostos pelo capitalismo dentro da Universidade, que praticamente tinha consolidado um modelo de estudante alinhado ao mercado de trabalho. Isso, praticamente, deixou o estudante sem formação política, somente com habilidade técnica.

O modelo econômico adotado pela Ditadura já tinha se consolidado no país e trouxe mudanças significativas no seio das Universidades e da sociedade brasileira. O caráter antidemocrático da Universidade, agora, não era determinado pela força física, mas pelo mercado.

O ME, em sua reconstrução, encontrou uma Universidade totalmente diferente, preocupada com a perspectiva mercadológica, como a sociedade em um todo; o estrago social deixado pelos militares era muito grande.

1.5 A Igreja Católica e os Estudantes na defesa dos Direitos Humanos em Goiás

Durante os anos de 1964 a 1968, a Igreja Católica apoiou o estado Militar brasileiro, que acentuou o distanciamento do clero com a juventude, o qual havia começado em 1963, com a criação da Ação Popular (AP).

Essa aproximação da Igreja com o regime, afastou a juventude Católica, já que tinha feito a opção pela oposição aos militares, mesmo que em muitos momentos, a Igreja tenha feito intervenções contra o estado para defender os estudantes.

A Igreja, que apoiou o Golpe para combater o comunismo, agora sentia a tirania dos militares, o que não acontecia somente em Goiânia, mas em várias cidades do país.

Para Bruneau:

Mas, em todos eles, ou ao menos na maioria desses incidentes, as altas autoridades militares procuraram resolver as questões de maneira a parecer excesso de um ou de outro elemento militar e que as relações entre o Estado e a Igreja continuavam amistosas e que as duas instituições estavam zelando pela ordem (BRUNEAU, 1974, p. 317-368).

O ano de 1968 foi aquele em que a repressão intensificou-se contra os adversários concretos ou supostos dos militares. Nessa época, a Igreja Católica, em Goiânia, começou a ter os primeiros desentendimentos com os militares.

Para a Igreja Católica Goiana, o grande pecado era saber das injustiças e não ajudar o próximo. Tratava-se de um compromisso ético-político-filosófico e religioso com os oprimidos.

O seu grande desafio era a luta pela liberdade dos oprimidos contra o sistema que lhes oprimia. A partir da análise crítica da realidade social, começa a influência da Igreja, apoiando os movimentos sociais e estudantis em Goiás.

No interior da igreja havia representantes e tendências diferenciadas, e a sua ala da esquerda passou a participar do processo de encaminhamento de soluções para os problemas sociais do povo e exercia influência na CNBB. Só que esses fatos não eram suficientes para superar as posições conservadoras de muitos, os quais se mobilizavam, também, para combater a ala de esquerda. Disputas internas persistiram um bom tempo e muitos padres tiveram seus direitos cassados por participarem de lutas ao lado do povo.

Os jovens mais conscientes politicamente, no país, não deixavam de se manifestar e formaram um grupo de oposição para defender os interesses dos oprimidos contra os opressores, e nesses processos de contradições e disputas políticas, os movimentos estudantis goianos atuaram sob a influência da Igreja Católica goiana. De acordo com o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

A Ação Popular “AP” era acima de tudo uma ação democrática, que queria eleições diretas no Brasil, liberdade para o povo, defendia o Brasil para os brasileiros. Naquela época a educação foi muito atacada pelo governo, fizeram os acordos MEC-USAID, uma associação para os Estados Unidos, onde começavam a castrar o ensino crítico que havia nas universidades, incrementar o estudo técnico voltado para a produção. Então a “AP” era associação patriótica nacionalista, anti-imperialista, não se podia dizer que era uma organização comunista socialista, a “AP” estava evoluindo neste sentido mantinha muito vínculo com a igreja, a outra parte adotou a teoria marxista, mas acabou que a maioria predominou. Este pensamento socialista e o governo encurralaram a “AP”, não precisava ser comunista, os militares estavam torturando e matando. No final, a Ação popular sofreu mudanças: no início era organização patriótica pela liberdade e no final era um movimento socialista. (Entrevista com Euler Ivo Vieira em 11 de fevereiro de 2015).

Para Euler Ivo, a Ação Popular, no início, buscava um Brasil justo e mais fraterno. Um Brasil de fato para brasileiros, mas o governo militar submisso aos interesses internacionais, atraído por empréstimos e cheio de corrupção, submetiam a eles os interesses do povo brasileiro, deixando os goianos como o restante do país, em situação de miséria social e a educação, crítica, por ser tolhida nas universidades para um modelo técnico submisso. Enquanto americanos e europeus ensinavam seus jovens a serem patrões e empreendedores, o Brasil procurava capacitar nossa juventude para ser empregado deles.

As diretrizes políticas do ME voltaram-se para os interesses coletivos da população goiana, em defesa da Democracia e da educação, ao elevarem o nível econômico e cultural do povo brasileiro com vistas a despertar-lhe a consciência política dos seus direitos e apontar solução para os problemas nacionais.

Os estudantes eram anticapitalistas e contra o imperialismo. Desejavam, então, uma nova estrutura social e política para o país, um governo que devia ser eleito pelo povo. Para a entrevistada Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015:

Qualquer Ditadura não é benéfica para uma população, o sistema democrático, está provado no caminhar da humanidade, é o melhor para a sociedade. O regime democrático, quando é interrompido por qualquer tipo de Ditadura, traz consequências negativas para a vida em sociedade, quando o sistema omite informações como se omitiu tantos anos, como foi o período da ditadura militar no Brasil (Entrevistada com Laurenice Noleto Alves em 06 de fevereiro de 2015).

Os militares diziam-se revolucionários, mas permaneciam no poder mediante o uso da violência, repressão e guerra psicológica. Neste período as relações entre a Igreja, em Goiânia, e o regime militar, marcadas por inúmeros conflitos que foram bem explicitados na dissertação de Terezinha Duarte (2003) “Se As Paredes da Catedral Falassem”.

A violência, o desrespeito e as imposições com a Igreja Católica, fizeram com que a mesma começasse a lutar por justiça e pelos direitos humanos. Fontes de muitas polêmicas e controvérsias políticas, acirraram o conflito com os militares e abriram espaço para um processo de politização, no interior da instituição eclesial.

Os militares defendiam os interesses da burguesia monopolista nacional, estrangeira e a aliança com as antigas oligarquias conservadoras com uma política econômica voltada para a burocracia, tecnocracia civil e militar que favoreceu a concentração da renda para um pequeno percentual da população, empobreceu a grande maioria.

Os camponeses goianos perdiam suas terras para as oligarquias, os operários tinham seus salários achatados e conviviam com o fantasma da inflação, desemprego e os estudantes eram considerados subversivos à ordem.

A Igreja Católica e os militares divergiam em vários pontos para o desenvolvimento econômico e social, diante dos abusos e a violação dos direitos

humanos pelos militares. A Igreja, em Goiânia, distanciou-se cada vez mais do Estado e sua política, e de acordo com DUARTE (1996, P. 95) “Os assassinatos dos padres e populares empurraram a Igreja para assumir uma solidariedade com os pobres e oprimidos.”

Em julho de 1968, a CNBB divulgou um manifesto que defendia a prática da Doutrina Social da Igreja e 50 anos depois se arrepende. Afirma que foi um erro ter apoiado o golpe em 1964.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota em que lembra os 50 anos do golpe militar, completados nesta semana, e disse que a tomada do poder pelos militares foi um "erro histórico". Na nota, a confederação também reconhece que setores da Igreja apoiaram as primeiras movimentações que levaram ao golpe, mas não se omitiram quando perceberam a repressão e as violações aos direitos humanos. (Portal de notícias G1, 04/04/2014)

O Movimento Estudantil, apoiado por outros movimentos sociais, interrompeu a fase de acomodação em que se encontrava e voltou a crescer, como sempre acontece quando o povo se une. Só que, dessa vez, o crescimento deu-se de maneira rápida e inesperada, e teve grande expressão em setembro de 1966.

A Arquidiocese de Goiânia une-se na luta por justiça, em 1968, e defende os Direitos Humanos, a Ética e os mais fracos e começam as divergências com os militares. Isso criou a possibilidade de levantar algumas questões, acerca da prática dessa virtude, por parte de D. Fernando, da Arquidiocese de Goiânia e das dioceses, durante o regime militar.

Segundo Arns:

A igreja, que apoiara a deposição de João Goulart, passa por profundas transformações e começa a enfrentar dificuldades crescentes nas relações com o Estado, tornando-se também vítima dos atos repressivos: há prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos (ARNS, 1985, p. 63).

A partir de 1968, houve um aumento da repressão e da violência contra os movimentos sociais e estudantis goianos, como no restante do país. Essa violência incendiou os ânimos das massas para a causa da revolução. A Igreja e sua hierarquia eclesial, imbuída dos ensinamentos conciliares, estiveram atentas aos sinais dos tempos e se tornaram intérprete deles.

De acordo com Duarte:

O compromisso com a justiça e com os direitos humanos – sobretudo das camadas populares massacradas pela política econômica do governo e, também, pela violência policial – foi alvo de denúncias controversas e estabeleceu um confronto permanente entre a Igreja e o Estado, no caso do regime militar. Por conta dessa realidade, a igreja de Goiânia aceitou participar, junto com os movimentos populares, da discussão político - partidária e do movimento das “Diretas Já”, exigindo o fim do regime e o retorno das garantias constitucionais, o respeito aos direitos humanos e o zelo pelo bem-comum (DUARTE, 2003 p. 116).

Em Goiás, vários fatores contribuíram para a ascensão católica no movimento estudantil.

Conforme Duarte:

Entre os críticos do regime, a Igreja mereceu especial atenção, porque com o fechamento dos canais de manifestação social civil, a partir de 1968, e com forte repressão desencadeada desde então, a instituição eclesial, parte da sociedade civil, foi por muito tempo a voz a criticar o regime e a sua política de desenvolvimento (DUARTE, 2003 p. 45-46).

A Imprensa goiana acusou D. Fernando, Arcebispo da Igreja Católica, de esquerdista, porque ficou ao lado dos estudantes. O mesmo reagiu e enviou uma mensagem de indignação à imprensa.

De acordo com Santos:

À imprensa: Quem se der ao trabalho de rever meus escritos ou minhas pregações (muitas delas gravadas pelos que me acusam de manifestações de caráter esquerdista) verá que não me afasto dos princípios evangélicos e dos postulados da doutrina social cristã. A verdade é que nem sempre esses princípios agradam aos instalados na vida, aos que dariam tudo pelo silêncio ou pela convivência da Igreja perante as estruturas opressoras que escravizam muitos de nossos irmãos. Mas isto não é manifestação de esquerda ou direita. É cristianismo que se fundamenta no evangelho, e o que interpreta conforme os sinais dos tempos, à luz do Concílio ecumênico e de Encíclicas como *Populorum Progressio* e dos recentes documentos da II Conferência do Episcopado latino – americano (SANTOS, 1982, p.222).

Os militares contaram com o apoio da igreja Católica e a maioria dos bispos brasileiros que apoiou a Revolução Vitoriosa de 1964, como instrumento de ordem contra o ateísmo, subversão, corrupção e a baderna. A maioria dos bispos era anticomunista.

Para Duarte:

D. “Fernando afirmou que, mesmo antes do movimento vitorioso de 1964, a Igreja, no Brasil, já estava atuando de forma “vigorosa e dinâmica”, no

campo social, “no sentido de resolver os problemas fundamentais do país e afastar o comunismo”, por meio de programas de “Reforma Agrária, Conscientização do povo e Educação de Base”. Era uma forma de defender a orientação da Igreja, na política econômica social do governo. Na visão de D. Fernando, naquele momento, a igreja e os dirigentes do novo regime deveriam manter-se unidos porque teriam uma tarefa em comum: servir “o Povo” (DUARTE, 2003 p. 33).

A arquidiocese de Goiânia e seu titular, o arcebispo D. Fernando, e o regime instalado em 1964, começaram suas divergências com a invasão da catedral, consequência dos acontecimentos dos dias 1º e 2 dias do mês de abril de 1968.

Os estudantes organizaram uma passeata de protesto, para o dia 1º de abril de 1968, contra o assassinato do estudante Édson Luís, pela polícia carioca no Rio de Janeiro; naquele mesmo dia D. Fernando tinha conversado com o Governador de Goiás, na época Sr. Otavio Lage, conversa em que ele permitiria a manifestação dos estudantes. Só que depois voltou atrás e houve confronto entre os estudantes e a polícia, no centro de Goiânia.

Os integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Goiás procuraram D. Fernando para pedir que apaziguasse os ânimos dos estudantes e da polícia; enquanto isso outro grupo de estudantes chegava em sua residência sendo perseguido pela polícia.

A intervenção do líder religioso junto ao Secretário de Segurança Pública, Coronel Pitanga Maia, fez com que o mesmo se responsabilizasse em retirar as tropas e acabar com a perseguição aos estudantes.

Mas no mesmo dia à tarde, a polícia marchou para a Faculdade de Direito. Com o ocorrido, D. Fernando dirigiu-se para lá e foi desacatado por um Sargento ao tranquilizar os estudantes contra ameaças de novas prisões e espancamento. Porém conseguiu convencer, novamente, o Comandante a aquartelar as tropas, isso tudo no dia 1º de abril de 1968.

Os estudantes, para se protegerem, procuraram refúgio na Catedral e, neste momento, policiais à paisana entraram e feriram dois estudantes à bala, dentro da catedral.

As passeatas organizadas pelo ME irritavam os militares em Goiânia e reanimaram a oposição mobilizando-a com cartazes de Abaixo a Ditadura! Viva a soberania nacional! Povo sim, Ditadura não! Abaixo o imperialismo! Voto é do povo e se são fortes, abram as urnas! Bem como ao Hino Nacional entoado em todas as

passatas, o povo uniu-se aos estudantes, que reagiram contra qualquer forma de autoritarismo.

Os militares partiram para a agressão e os estudantes continuaram, até que com tiro de fuzil na cabeça, o estudante Ivo Vieira morreu; dois outros, Telmo de Faria, acadêmico de Direito, e Maria Lúcia Jaime, aluna de Belas Artes, ficaram gravemente feridos à bala no recinto da catedral de Goiânia.

Esses acontecimentos levaram o Arcebispo D. Fernando a telegrafar para o Presidente da República, General Costa e Silva.

Cumpro o grave dever de comunicar a Vossa Excelência dolorosos e sangrentos acontecimentos, ocorridos hoje na Catedral desta cidade. Enquanto Arcebispo, bispo Auxiliar e Alguns Sacerdotes procuravam conter estudantes, inclusive com o encerramento das manifestações num clima de ordem e dignidade, elemento conforme estou informado, pertencente aos quadros da polícia Civil, sob poderoso e ostensivo aparato bélico circundando toda a Igreja, agrediu a tiros, ferindo dois estudantes que tingiram com seu sangue a nave central da nossa catedral. Com veemente protesto contra incríveis e injustificáveis violências, espero que Vossa Excelência tome as providências que julgar oportunas sentido (sic) por termo (sic) sacrílega arrogância. Confio Vossa Excelência como última esperança humana nos possa socorrer. Respeitosas atenciosas saudações” (Folha de Goiaz, 03.04.1968).

No telegrama enviado ao Presidente Costa e Silva, D. Fernando cobrava providências para conter a violência e manter a ordem e criticava a ação da polícia e a falta respeito com a casa de Deus.

Os mais variados movimentos sociais goianos e o ME, junto aos trabalhadores rurais e urbanos buscaram apoio da Igreja Católica.

De acordo com Duarte:

Além do movimento estudantil, outros movimentos de cunho popular, como o Movimento dos Professores, buscaram o apoio da Igreja de Goiânia. Em 1978, a Imprensa denunciou a ocorrência de uma maior incidência de doenças nervosas de fundo psicológico entre os professores e que estes se queixaram do excesso de trabalho e dos baixos salários (DUARTE, 1996, p.95).

O surgimento da Ação Popular (AP) ocorreu em um momento histórico extremamente favorável, tanto do ponto de vista nacional, quanto estudantil, pois o país entrava em uma fase de forte ebulição social, enquanto a UNE aprofundava sua visão crítica da universidade brasileira, caracterizada como instrumento das classes interessadas na manutenção da ordem social vigente.

A UNE exigia uma posição dos universitários e da universidade, que precisava de reformas urgentes, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro e que tivesse a autonomia. Portanto, as causas de todos os problemas nacionais eram atribuídas ao capitalismo.

Devido a essa realidade, a Igreja de Goiânia aceitou participar, unida aos movimentos populares, da discussão político-partidária e do movimento das “Diretas-já”, exigindo o fim do regime militar e o retorno da Democracia. Assim, o povo escolheria os seus representantes, tendo como principal instrumento o voto, que deve ser livre, consciente e secreto, de forma que o Estado fique a serviço dos interesses da população.

Em 1979, o regime militar sinaliza o esgotamento; adotou medidas que permitiram o retorno da liberdade democrática no país.

O sistema bipartidário foi substituído por uma reforma política que abriu espaço para a formação de novos partidos, em nossa nação. Possibilitou novas siglas que, ao mesmo tempo, representavam maior direito de expressão política.

CAPÍTULO 2

A BUSCA DA LIBERDADE EM GOIÁS

2.1 Sangue e Lágrimas - Desaparecidos Políticos

Em Goiás, após 1964, parecia fervilhar o ativismo político das organizações estudantis e sociais por mudanças políticas, econômicas, estruturais na sociedade e o retorno do Estado de Direito.

Neste capítulo, buscaremos compreender a complexidade de uma época difícil da história recente de Goiás, e suas contradições, em que a juventude goiana lutou contra a dominação dos militares e suas relações de poder.

Os estudantes goianos posicionaram-se, acompanhando a dinâmica dos fatos sociais ao longo da Ditadura nos mais diferentes aspectos: econômicos, culturais e religiosos. Uma relação complexa de disputa pelo poder! Entre os estudantes, as organizações sociais versus os militares, na qual se confrontaram várias vezes.

Para Alves:

No entanto, antes mesmo do golpe militar, nos porões de muitos prédios das Forças Armadas, em vários cantos do Brasil, centrais de torturas já haviam sido montadas, incluindo até a preparação de torturadores em instituições fora do país, para completar a tomada do poder e o impedimento do processo democrático, que se fortalecia com o crescimento organizado do movimento de trabalhadores e seus sindicatos (ALVES, 2013, p. 143).

O golpe militar foi planejado de acordo com Alves (2013) com bastante antecedência, antes de 1964, utilizando a imprensa. Afirmavam que a esquerda planejava dar um golpe forçando a intervenção militar para garantir a Democracia. Os militares deram nome ao golpe, em 1964, de revolução. Para Alves (2013, p. 144) “E, a partir de 31 de março de 1964, a repressão tornou-se a principal marca do regime ditatorial implantado”.

Analisamos documentos, depoimentos, entrevistas e confrontamos a memória apresentada por militantes estudantis ligados a organizações políticas de esquerda, ao Movimento Estudantil goiano com ações políticas e sociais contra a Ditadura que veio do advento do golpe, em 1964. De acordo com Halbwachs (2004, p. 29) “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

Sob a repressão do regime militar em Goiás, muitos jovens, professores e diretores viveram os piores momentos de suas vidas; alguns desapareceram das universidades e outros das escolas para que vivamos, hoje, a Democracia. De acordo com o entrevistado de Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

Eu diria que o número de pessoas que participaram das organizações era um número pequeno, a quantidade de gente contra o governo era muito grande, como não havia nenhuma liberdade de nada, nem de escrever um papel, dar opinião; se descobrissem, prendiam você. Então as pessoas participavam muito individualmente, com atos destemidos no enfrentamento com a polícia, eram presos e torturados e mortos; algumas pessoas tiveram a sorte de encontrar as organizações clandestinas e participaram de algo submundo, era um mundo subterrâneo onde ninguém conhecia ninguém, ninguém dava moral pra ninguém. Eu não sabia nenhum endereço de uma pessoa, eu conhecia uma pessoa, sabia que era do movimento por código, vamos supor: eu ia te encontrar, então você vai encontrar uma pessoa que chama José, no dia tal, você vai à feira Hippie lá perto da estação, vai ter um rapaz com chapéu azul e uma lista debaixo do braço, você pergunta para ele, você sabe que caiu um cometa, caiu foi no mar. Eles estavam orientados, respondiam sim, eu fazia uma pergunta fora dos parâmetros normais, o rapaz tinha que dar uma resposta fora do normal, aquilo não identificava. O outro cara dizia: você vai falar isso, aquilo, uma senha, então já sabia que você era daquela organização secreta. A partir daí a gente conversava na rua ou numa mesa de bar ou andando pelas calçadas, acertávamos uma manifestação que haveria, depois tinha mais de 300 pessoas sabendo daquela manifestação naquele dia, naquele momento e todos muito em segredo. Se alguém fosse preso talvez contasse ou delatasse sobre tortura, na prisão; a polícia prendia muita gente. Dos que participavam dessas ações, poucos tiveram sorte, nesse contexto com essas organizações a Ação Popular "AP", Partido Comunista Brasileiro "PCB" e o Partido Comunista do Brasil "PCBR" e várias organizações. Inclusive a atual presidente, Dilma Rousseff, participou de uma delas; essas organizações garantiram a continuidade, não só da resistência ao regime militar, mas na formação do pessoal. Nós estudávamos muito a situação do Brasil no mundo, éramos muito bem informados e estávamos ali por absoluta convicção individual, porque a situação nos obrigava a não ir naquilo, mas você tinha a necessidade e precisava juntar o povo; e fui juntando, fizemos a passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, numa tarde. Eu tinha muita força de vontade, porque naquela tarde, naquele lugar, as organizações marcavam, se comunicavam e de repente acontecia; não havia celular, não havia rede social, nada disso, era de boca a boca, convidando as pessoas em quem tínhamos confiança; mas no caso do Rio de Janeiro chegou ao ponto de o governo permitir a passeata, que não haveria repressão. Os artistas participaram, cantores como Chico Buarque, artistas de TV, do cinema, também padres da Igreja Católica e muitos outros setores da sociedade, sindicatos. Cada um tinha a sua participação e isso facilitou aquela passeata. A passeata dos 100 mil, por exemplo, grande passeata que agrupou muita gente. Segundo os cálculos dos militares, seria uma manifestação campal, devido as muitas mortes, portanto o governo sentiu-se obrigado a ceder, caso contrário ia perder a opinião pública. Cedeu e houve a passeata, muito grande. A resposta do governo foi o AI-5, restringindo mais ainda a liberdade depois da passeata. Então a participação era difícil, mas participávamos de forma organizada. (Entrevista com Euler Ivo Vieira em 11 de fevereiro de 2015).

No relato de Euler Ivo, os estudantes goianos que participaram das organizações estudantis, sociais e políticas contrárias à ditadura militar eram inteligentes, destemidos e driblavam a polícia, se organizando clandestinamente.

Quando a polícia ficava sabendo, os manifestantes já estavam nas ruas de Goiânia, protestando contra a Ditadura com faixas e cartazes.

Os estudantes e os militantes sabiam que se a polícia descobrisse os organizadores, os mesmos seriam perseguidos, presos e torturados até a morte, para entregar os outros companheiros.

Muitos estudantes e militantes do movimento estudantil goiano, ligados a partidos de esquerda, foram mortos e outros estão desaparecidos até os dias atuais. De acordo com a entrevistada Maria Zeneide Carneiro Magalhães, em 03 de fevereiro de 2015:

Participei dos movimentos estudantis goianos contra a ditadura no bojo da criação do Sindicato de Professores; eu era da associação dos orientadores educacionais, foi um curso que surgiu com a Ditadura Militar. O Curso de Pedagogia já tinha sido desdobrado em habilitações, orientações, administração e nós fizemos uma resistência tanto no sentido desse projeto quanto do curso de formação de professores criado pela ditadura, como na defesa dos direitos da categoria de professores estudantes nessa direção. Fizemos várias greves contra a Secretaria de Educação, isso foi no período de 1972 a 1979, eu estava fazendo o curso e estávamos formando, então nós nos envolvemos na criação do Estatuto do Magistério; uma luta mesmo de movimento de professores, e escrevendo e fazendo jornal. Havia muitas pessoas que eram militantes, mas eu não era simpatizante de atividades de DCE, e aí tinha muitas pessoas que faziam parte da ex. UNE. Eu fui e fomos nos envolvendo durante o curso de pedagogia, e eu participei do centro Acadêmico e TCE; nesse atos contra a ditadura fazíamos e discutíamos textos, filmes, fazíamos jornal, jornal do CA, murais... Era uma forma de manifestação. Quando eu entrei na universidade para fazer o curso de pedagogia, em 1971, o movimento já estava na clandestinidade e muitos líderes já tinham sido caçados, presos e torturados por lutar contra a ditadura.

Para Maria Zeneide, os militares não podiam perpetuar-se no poder. Os estudantes, inconformados com a Ditadura, cresciam clandestinamente e ao mesmo tempo evoluíam-se as formas de protestar, que procuravam impedir, a qualquer custo, manifestações contrárias; a ditadura expulsando os estudantes das universidades que participavam do movimento.

Segundo Alves:

Para garantir maior segurança pessoal e coletiva, todos mantinham certas posturas de comportamento que faziam parte de um manual de guerra, incluindo o uso de pseudônimos, codinomes ou nome de guerra, como preferiam se chamar. O do Wilmar era Fred. Além disso, havia outras táticas para manutenção em segredo dos locais de reuniões e encontros, que aconteciam nas sedes das células ou OBs – organizações de Base (ALVES, 2013, p. 89).

Para Alves (2013), a clandestinidade e os pseudônimos eram formas de organização que os estudantes encontraram para se protegerem dos militares, nenhum militante sabia o nome verdadeiro e nem o endereço de ninguém. Caso fosse preso algum companheiro, por mais forte que fosse o homem, sob a tortura, não tinha como não dedurar os companheiros, por isso desconheciam o paradeiro e o nome verdadeiro de seus companheiros.

O envolvimento dos estudantes goianos com a política marcou a história de Goiás em momentos de união, distanciamento e conflito contra ordem vigente e a dominação social, política e cultural. Para o entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015:

Bem, na verdade nós tínhamos um grupo anarquista no Curso de Arquitetura, e esse grupo não era aliado com nenhum partido político, então o princípio que a gente seguia era acima de tudo em assembleias gerais e as lideranças que havia eram meras condutoras de vontade dos estudantes. Nós tínhamos um grupo anarquista, além dos outros que tinham lá, tinha um grupo Troçitistas chamado Libelu, que era o pessoal ligado ao partido comunista, o pessoal da nova ação e um outro grupo de orientação marxista na época. Nós éramos um grupo anarquista não aliado a nenhum partido, mas nós participamos praticamente de todas as manifestações que ocorreram na época, e, entre essas manifestações, incluíram questões que envolviam o Curso de Arquitetura. Quando nós não tínhamos as reivindicações atendidas, os alunos simplesmente se reuniam e invadiam a reitoria da católica, que foi, várias vezes, invadida pelos alunos do Curso de Arquitetura (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015).

Álvaro Fernandes, participou de um movimento anarquista de uma organização social que lutou contra a Ditadura e estava ligado ao pessoal comunista na época.

Com base nestes momentos, delinearemos a luta dos estudantes e militantes de esquerda em Goiás, contra políticas autoritárias dos militares, advindas do golpe de 1964. Os estudantes defendiam o estado de direito e lutavam contra a exploração do povo brasileiro.

De acordo com Alves:

Ainda adolescente, estudava no Lyceu de Goiânia, no centro da Cidade. Na hora do recreio, enquanto o restante da moçada fazia seu lanche, brincava, corria ou namorava, em meio a toda aquela algazarra, ele e os outros jovens adolescentes comunistas – os meninos – camaradas – reuniam-se, num canto da quadra ou na biblioteca, pra discutir rapidamente uma ou outra questão ou, simplesmente, marcar nova reunião da célula (uma parte da estrutura de base do partido. Wilmar contou que foi cooptado (como costumavam dizer da pessoa que atraía ou convidava para o partido) pelo camarada Léo Lynce, um pouco mais velho que ele, também aluno do

Lyceu. E nas reuniões periódicas das células, lia as mensagens e resoluções do comando nacional, matérias publicadas no jornal Voz Operária (órgão oficial de divulgação do PCB); distribuíam tarefas lia textos, além de informes sobre a conjuntura política nacional e internacional; entre outras atividades. Era ainda estimulada a leitura de livros que pudessem contribuir para a formação política e desenvolvimento da bagagem teórica daqueles jovens. Os moços e moças comunistas procuravam ter o maior número de informações para discernir as práticas usadas pelo sistema capitalista de exploração do homem pelo homem (ALVES, 2013, p. 88 e 89).

O Movimento Estudantil Goiano tem na sua história, resistência, coragem e luta contra os militares, de acordo com Alves (2013), que defende o retorno do estado de direito e o fim das restrições à liberdade e à censura.

Para Cardoso:

A política de repressão que se instalou no país a partir de 1964 patrocinou uma ampla perseguição, provocando medo e insegurança nas pessoas. As perseguições atingiram todos, mesmo aqueles que não comungavam com a ideologia comunista (Cardoso, 2002, p.103-4).

Segundo Cardoso (2002), os Inquéritos Policiais, durante a Ditadura não apresentavam argumentos jurídicos. As denúncias eram imprecisas, incoerentes e prevalecia a opinião pública para provar atividades subversivas em Goiás. De acordo com Pereira (2010, p. 69) “Eles são montados pelo regime a fim de intimidar, deslegitimar e desmobilizar seus opositores”.

Os militares usaram os tribunais para processar dissidentes, opositores, políticos e militantes do Movimento Estudantil Goiano e Organizações Sociais que não compactuavam com a Ditadura.

Eles montaram uma política fortemente judicializada para conter as organizações estudantis e sociais, contrárias ao regime; desta maneira, desarticulando a oposição e os movimentos sociais contrários a eles. O regime montou um aparato repressivo como instrumento de governo.

Enquanto isso, os militares faziam programas de rádio e televisão com mensagens anticomunistas e pressionavam grupos econômicos a retirar propagandas que não fossem em favor dos ideais americanos e do regime.

Os canais de comunicação que não atendessem às exigências dos militares eram censurados, fechados e os Jornalistas afastados de seus cargos, caso insistissem em contrariá-los. Dessa forma, o regime mantinha propagandas anticomunistas em seu favor, nas quais enganavam o povo. Para Alves (2013,

p.167) “Essa lavagem cerebral crescia na mesma medida em que aumentava a divulgação dos filmetos e reportagens, nos jornais, rádios e TVs, dando destaque a palavras-chaves como subversão e comunismo”. Para a entrevistada Maria Zeneide Carneiro de Almeida, em 03 de fevereiro de 2015:

A imprensa pouco esteve ao lado dos estudantes, só muito tempo depois, quando os militares começaram a atingir muitos jornalistas e pessoas da imprensa e artistas foi que a mesma se manifestou, mas sempre foi manipulada. E nós sabíamos que as grandes associações de mídia, aqui no Brasil, começaram a melhorar seus faturamentos, aumentar seu patrimônio, suas riquezas e sua estrutura. Naquele período, a ditadura foi para algumas dessas organizações a porta de entrada para ser o que são hoje. Então eu acho que a imprensa foi bastante omissa e submissa à ditadura; a grande mídia sempre foi conservadora e ainda o é hoje (Entrevista com Maria Zeneide Carneiro de Almeida, em 03 de fevereiro de 2015).

Para Maria Zeneide, a grande imprensa goiana sempre esteve do lado da ditadura. Os militares concederam vários empréstimos com juros baixos e prazo longo, para organizações que vinculavam apoio ao regime, além de permitir que essas empresas importassem equipamentos para melhorar suas transmissões.

As empresas e jornais goianos que fizeram oposição ao regime tiveram suas permissões de funcionamento cassadas e foram fechados; muitos desses órgãos de Imprensa atuaram na clandestinidade e ficaram conhecidos, na época, como imprensa alternativa, por continuar divulgando as barbaridades que os militares cometiam contra o povo.

Durante os anos iniciais do golpe de 1964, Goiás passou por várias transformações políticas, sociais e econômicas, desde a intervenção e a luta para desarticular as organizações de esquerda e o Movimento Estudantil Goiano. Segundo a entrevistada Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015:

Foram milhares de pessoas presas em poucos dias em todo o país, e aqui em Brasília e Goiânia foram vários presos, também eu não era filiada ao partido político, mas atuava politicamente nas estâncias no movimento estudantil, no DCE da UFG e no grupo de teatro em que fazíamos política, conhecido como teatro universitário de galpão, e nós criávamos as nossas próprias peças e as apresentávamos num formato diferenciado de vanguarda que também ficou conhecido como teatro de vanguarda (Entrevista com Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015).

Para Laurenice, desde o início do golpe, os militares procuraram desarticular qualquer manifestação contrária ao regime em Goiás, prendendo vários líderes estudantis e de partidos considerados de esquerda.

As organizações estudantis e de esquerda, em Goiás, decidiram agir para manter a justiça e a liberdade, ao mesmo tempo em que os militares os acusavam de comunistas e subversivos.

Para Alves:

Com o agravamento da repressão, surgiram muitas outras organizações clandestinas de esquerda, defendendo até mesmo a reação armada, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que fechava o Congresso Nacional, extinguiu todas as liberdades democráticas garantidas na Declaração dos Direitos Humanos; proibia qualquer tipo de manifestação contrária, mesmo que pacífica, ao regime militar; instaurava a pena de morte, a prisão sem julgamento e a censura prévia aos meios de comunicação (ALVES, 2013, p. 101).

Os julgamentos dos presos políticos goianos perseguidos pela Ditadura eram formados por diversos agentes de segurança que pertenciam à polícia militar, civil federal e o exército. Para Pereira (2010, p. 127) “Todos os juízes participantes do processo costumavam acobertar as torturas sistematicamente praticadas contra os presos, e é provável que fossem exonerados se não fizessem”. Segundo o depoimento de Laurenice em entrevista realizada no dia 03 de fevereiro de 2015; “O 42º Batalhão de Infantaria Motorizada de Goiânia, no Jardim Guanabara, era conhecido como 10º BC, Batalhão de Caçadores na época, ali era um local onde torturas aconteceram em Goiânia.”.

Este estudo permite entender o sistema de tortura instaurado e perpetrado em Goiás pelos militares, incluindo os desaparecidos políticos, assassinados e torturados, para conter o Movimento Estudantil Goiano e organizações políticas de esquerda. Para Pereira (2010, p. 142) “O uso dos tribunais militares como instrumentos de ação judicial contra dissidentes e opositores manteve o regime militar brasileiro numa trajetória legalista, embora não constitucional”.

Os militares contavam com um aparato judiciário, policial e militar para impor suas normas e condutas à população goiana, com uma legislação em nome da Segurança Nacional; pelo uso de força arbitrária e violações dos Direitos Humanos impunha com violência e repressão suas vontades sobre a sociedade. Pereira (2010, p. 36 - 7) “Há diversas razões para conferir importância aos processos por crimes políticos e às diferenças entre os tipos de legalidade autoritária”.

Os IPMs iam às últimas consequências para incriminar lideranças camponesas, líderes estudantis e professores das universidades. Para Redeghero

(2011, p.46) “Os homens e as mulheres que se envolveram nessas organizações, que não foram mortos ou tidos como desaparecidos, estavam presos, passaram a viver na clandestinidade ou, ainda, fora do país, no exílio”.

Neste capítulo, pretendemos contribuir para a história de Goiás mostrando a atuação do movimento estudantil contra os governos militares no período de 1964 – 1979, em que estudantes goianos militantes dos movimentos estudantis e sociais ligados a partidos de esquerda foram vítimas dos atos repressivos da Ditadura, buscando uma nova estrutura política para o país.

Segundo Cruz:

É possível compreender que o imaginário crítico dos jovens estudantes goianienses da década de 1960, que faziam parte de movimentos estudantis culturais, tendo em vista a resistência à Ditadura Militar imposta em 1964, continha elementos e linguagens próprias, consequência da nova ordem social estabelecida ou, melhor dizendo, práticas da luta contra a nova ordem autoritária imposta pelo golpe (CRUZ, 2013, p. 60).

Para Cruz (2013), os estudantes buscavam uma nova ordem política e resistiam a qualquer forma autoritária de governar, empenhando-se em obter soluções diretas e práticas, que exigiam forte engajamento por parte dos militantes. Os jovens eram motivados e movidos pelo desejo individual de justiça, o que deu lugar às aspirações coletivas. De acordo com Alves (2013, p. 26), no depoimento de Abrão Marcos da Silva;

[...] durante o ano de 1968, aconteceram muitas prisões aqui em Goiás de estudantes da UGES, que foram presos um dia e 2 horas depois passava alguém lá e eram soltos. Eu estava vivendo esse ideal romântico, eu não esperava, e acho que muitos de nós não sabíamos o que esperava a gente. Não sabíamos, não tínhamos essa noção. Éramos talvez muito ingênuos; nem a vida preparou a gente, nem o partido. O partido tinha diretrizes a serem seguidas. Mas não se esperava, não entrava. O que aconteceu, eu disse: não vou não. Ele disse: nós estamos com um grande problema, primeiro eles vão pegar você e vão matar, mas antes de matar vão lhe torturar. Você vai dizer a parte do caminho que você sabe, e eu e a Kênia vamos levar 28 dias para estarmos em segurança. [...] (ALVES, 2013, p. 26).

Neste depoimento, Abrão demonstra o desejo de não viajar e o de não viver no exílio, como também não conseguia enxergar a violência que estava rondando a sua porta.

Abrão foi preso e torturado pelos militares, sendo o seu único crime o de não compactuar com as ideias da Ditadura e ser militante do movimento estudantil e

estar ligado à esquerda. De acordo com Euler Ivo Vieira, em seu depoimento (2015); “O movimento estudantil de 1968 era a principal vanguarda social”.

Os militares usaram todos os recursos de que dispunham para conter a onda de protestos no país. Em Goiás não foi diferente do restante do país, os estudantes e as organizações políticas de esquerda, contrárias ao poder vigente, manifestavam suas insatisfações com os militares, que reagiram com o Decreto nº 477, suspendendo, da Universidade, estudantes que estavam envolvidos em ações contra os militares ou ligados a partidos de esquerda.

De acordo com Alves (2013, p. 29) no depoimento citado de Abrão em “Eu perdi o emprego para a prisão [...] Eles me prenderam, e não foi só isso; formei e não tive condições de trabalhar, ninguém me aceitava para trabalhar aqui em Goiânia, mesmo parentes corriam de mim”.

Os militares, para conter as ondas de protestos em Goiânia, torturaram e prenderam muitas pessoas ligadas ao movimento estudantil e à esquerda. Para Alves (2013) parte dos goianos ficou com sequelas, traumas psicológicos e doentes devido às agressões físicas e psicológicas a que foram submetidos na prisão. Para Euler Ivo Vieira, em entrevista, no dia de 11 de fevereiro de 2015.

A Ditadura era um corpo a serviço do capital financeiro internacional, mas um grupo que usufrui do poder para si próprio, para enriquecer a ele e a sua família, maus militares. O militar é uma necessidade, não tem nenhum mal na carreira militar, mas o mau militar, que serve da farda e do seu poder para servir o capital estrangeiro, os banqueiros, e fica contra o povo é um criminoso; um grupo de criminosos que chegou ao poder político no país. (Entrevista com Euler Ivo Vieira, no dia 11 de fevereiro de 2015).

Para Euler, os militares abandonaram o povo brasileiro à mercê do capital internacional. O interesse da nação foi substituído pelo interesse próprio, enquanto os militares enchiam o bolso de dinheiro advindo de corrupção. O povo apanhava de cassetetes nas ruas e apodrecia na prisão.

Muitas mulheres foram vítimas da Ditadura e foram violentadas, passando a viver com medo, com uma estrutura emocional fragilizada pela tortura e violência a que eram submetidas nos porões das prisões, na incerteza de que estariam vivas ou não no dia seguinte. No depoimento de Alaor Souza Figueiredo, segundo Alves (2013, p.43):

Nós sofríamos demais. Lá no PIC era uma coisa horrorosa, uma coisa doida. À noite não podíamos dormir, eles batendo em companheiros, forçando o sujeito a contar onde estava o outro. [...] Era uma coisa terrível. Fez um contato meu com o Bailão e passou o aparelho de choque para o Bailão me dar choque. [...] Eles queriam desestabilizar um e outro. Choques e pancadas na cabeça e uma porção de coisas. O pior de tudo era quando eles deixavam por conta de um soldado violento; aí dava socos, dava pontapés, maldade mesmo (ALVES, 2013, p.43).

As diferentes agressões sofridas por Alaor, citadas por Alves (2013) demonstram os métodos de tortura e crueldade a que os presos políticos eram submetidos nos porões das celas, sendo o seu único crime cometido: ser militante de esquerda ou participar de um movimento ou organização contrária à Ditadura.

Alaor foi preso em Goiânia, em seguida transferido para Brasília, destino de muitos dos presos em Goiás, devido à proximidade de Goiânia com o Distrito Federal, para que fossem interrogados. Assim confundiam e despistavam o paradeiro deles por vários dias, até as famílias descobrirem o seu destino.

Muitos desses presos políticos não voltaram para casa, não suportaram as torturas e morreram. De acordo com o depoimento de Antônio Pinheiro Salles citado por Alves (2013, p.51) “Tortura, nós sabemos, é uma coisa desumana; não dá para a gente colocar parâmetros. É uma coisa tão fantástica, brutal, absurda que não se podem prever comportamentos de pessoas”.

O Movimento Estudantil Goiano foi um dos principais segmentos a opor-se aos militares na época, um período em que liberdades eram cerceadas e grandes lutas sociais e políticas contra o regime militar eram deflagradas. Para Pesavento (2004, P. 41) “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. O Movimento Estudantil Goiano conseguiu ter legitimidade social e reconhecimento pela luta contra a ordem vigente, em Goiás.

As organizações partidárias de esquerdas e estudantis sofreram duros golpes durante a Ditadura, e viram muitos políticos de oposição alinhar-se ao partido do governo. Na época, a “ARENA”, para evitar a repressão e permanecer no poder. Outros foram para o MDB e continuavam acreditando na mudança política, os mais radicais continuaram na clandestinidade lutando contra o regime.

Na UFG, os militares procuraram impor uma política desagregadora e alienante para desarticular os estudantes.

De acordo com Almeida:

Do mesmo modo, a Imprensa Universitária e a Rádio Universitária foram atingidas e tiveram suas estruturas funcionais modificadas e redefinidos os conteúdos de suas publicações e informações. Os inquéritos e sindicâncias realizados em diversos setores da UFG provocaram um clima de grande insegurança, inibindo muitas iniciativas ainda recentes, num período em que “ciclos de palestras, conferências, exposições nacionais e internacionais seguidamente realizadas evidenciaram a vitalidade da instituição que, sob lideranças criativas, buscavam seus próprios caminhos”. As pressões acabaram por esvaziar o ambiente universitário de todas essas experiências acadêmicas expressivas que moldavam o perfil da jovem instituição. (ALMEIDA, 1991, p. 66).

Para Almeida (1991) houve um retrocesso na universidade goiana, uma vez que silenciaram os debates e inibiram as lideranças estudantis expressivas sepultando muitos projetos e esperanças.

A Universidade goiana deixava de promover mudanças políticas de mentalidade necessária para a transformação da sociedade ao oferecer apenas cursos e serviços; desta forma, visavam neutralizar as atividades estudantis e moldá-la aos paradigmas norte-americanos, com as orientações do acordo MEC-USAID.

Nessa caracterização, o depoimento do entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, demonstra os objetivos do acordo MEC-USAID, frente à Universidade e como os universitários viam esses acordos na época:

Bem, nós encarávamos esse acordo como um retrocesso muito grande, a proposta de educação, de formação e capacitação universitária que o Brasil tinha antes do golpe militar de 1964. A cultura brasileira sempre teve uma grande influência da francesa, de certos ideais que vinham da Revolução francesa. O que ocorre num certo período, após a II guerra Mundial é principalmente a influência americana, ela se rebela como uma contradição a esse contexto nacional. Então, esses acordos, o objetivo deles, na nossa visão na época, era simplesmente acabar com qualquer tipo de mobilização política e ideológica de dentro da universidade, de acordo com a política na época. Fomentar uma política de estudo, pesquisa de educação do interesse de uma elite ou de um grupo constituído. Esses grupos tinham um modelo de educação pelo qual eles iriam se eternizar no poder, a falta de discursos, questionamentos e de princípios que estão dentro de um contexto de discussão dialética, do materialismo que representaria para o Brasil uma supremacia de direito retrógada com uma manutenção de uma população pobre e submetida a um regime autoritário. Esses acordos eram vistos como uma mera manobra política para a manutenção de uma elite que não tinha interesse nenhum em melhorar as condições de vida da população, mas pelo contrário, se manter no poder à custa do estabelecimento de uma população na condição de quase escravos e que de certa forma até hoje vem se mantendo no Brasil. Nós não temos um processo de libertação da população como um todo, um processo que ocorreu, por exemplo, destacadamente na França, com revoluções e

movimentos sangrentos, com muitas contradições internas. As contradições internas são resolvidas num nível de autoridade superior, que se impõe e a gente vê esse exemplo se repetindo na política atual, que nada mais é nada menos, que a mesma estrutura da Ditadura Militar, só que com outro nome e ainda pior do que a gente esperava.

Segundo Álvaro Fernandes, nós estamos vivendo, hoje, as consequências desses acordos do passado na época, que transformou as Universidades em apenas um local de formação de mão - de- obra técnica para atender aos interesses de alguns grupos econômicos.

Para Álvaro, os estudantes que antes se interessavam pelos problemas nacionais, hoje perderam o interesse pela política. O que percebemos é que as famílias daqueles políticos ligados ao regime militar ainda se perpetuam no poder; disfarçados na Democracia, continuam a governar para uma minoria que patrocina as campanhas políticas milionárias, em Goiás e no país.

Os militares desejavam a submissão, o silêncio dos estudantes e professores e utilizava da Lei de Segurança Nacional para desagregá-los politicamente e atender ao interesse internacional, que procurava uma mão de obra qualificada aos interesses do empregador monopolista e pouco pensante, para apaziguar os movimentos sociais e estudantis. De acordo com Álvaro Fernandes de Oliveira, em entrevista, realizada dia 06 de fevereiro de 2015.

Bem, com relação ao sucesso da desmobilização da classe estudantil e da produção política cultural, intelectual, nacional, nós devemos admitir que realmente o acordo MEC- USAID foi um sucesso para eles. Derrubaram um governo de natureza popular, sob a alegação de que era comunista, colocaram os militares no poder e veio o acordo MEC-USAID. O sucesso deles foi tão grande que nós não temos soluções nacionais. As soluções são extremamente tímidas, é necessário que de alguma forma, grupos da sociedade organizada possam acordar a tempo para que nós consigamos mudar esse contexto, se não totalmente, pelos menos alguns de seus aspectos, então no seu ponto de vista, o que resta de discussão no Brasil, corre risco de morrer nos próximos vinte anos e aí não vai sobrar nada. Essa questão está bem clara, conforme nós vimos agora a pouco, pelo simples fato de escândalos que envolvem o poder executivo da nação, Não tem nenhuma manifestação popular mais agressiva, mais destacada, como se tudo fosse normal. É como se a violência no Brasil fosse algo completamente aceitável, juntamente com a pobreza.

Para Álvaro, o acordo MEC-USAID foi atraso para o povo brasileiro e nós estamos pagando um preço alto pela apatia da juventude frente os problemas nacionais! Tudo é aceitável: corrupção, violência, pobreza; é tudo normal, estamos vendo em uma sociedade egoísta, pouco politizada, uma educação tecnicista que

pouco contribui para mobilizar a sociedade a encontrar soluções para o país. De acordo com o depoimento de Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida em entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2015:

A reforma universitária já tinha sido implantada, quando eu comecei com os movimentos sociais. Então, as passeatas, os movimentos que nós fizemos, dos quais eu participei, eram de oposição à Ditadura militar e já na implantação da Lei 5692, começamos a participar da reforma Universitária e da reforma do Ensino regular do 1º e 2º grau, e a Lei 5692 implantou os Cursos Profissionalizantes. Então tinha toda uma militância dos estudantes contra este movimento, tanto dos secundaristas quanto dos universitários, de um enfrentamento, reformulação do Curso de Pedagogia contra as habilitações e a criação do Sindicato dos Professores, era tanto um movimento dos estudantes universitários nos cursos de licenciatura em pedagogia como também de professores, pois eles já estavam trabalhando. Eu mesma comecei a trabalhar como professora muito nova, antes da maioria, antes de completar 18 anos, eu já era professora, me envolvi muito. Esse campo entre a militância estudantil e a militância de categoria profissional, que eu sempre fui uma trabalhadora, desde que me entendia já era professora, não participei do movimento estudantil, não só enquanto estudante, mas como professora também.

Maria Zeneide foi importante articuladora no Movimento Estudantil Goiano contra o regime. Em sua entrevista no dia 03 de fevereiro de 2015 cita que:

Trabalhava como Coordenadora Pedagógica no Colú e depois fui para a Secretaria de Educação participar do núcleo Central da Superintendência. Dentro da Secretaria mesmo eu militava e era de dentro da estrutura da Secretaria, uma coisa contraditória que me deixava muito exposta, me expus muito nesse movimento.

Para Maria Zeneide, de acordo com a entrevista no dia 03 de fevereiro de 2015, o que impulsionou sua luta política contra a Ditadura em Goiás foi:

A ideologia era uma questão forte nos estudos da época mesmo, era uma questão não muito madura pelo menos, aqui pra nós em Goiás não era uma leitura muito assim, porque o Curso de Pedagogia era uma formação muito tecnicista. Então estas leituras marxistas não eram acessíveis, a formação era mesmo dentro das discussões do grupo, as ideologias marxistas eram mais estudadas pelos sociólogos, os pedagogos tinham aqueles que se identificavam com a ideologia de esquerda como eu e meus colegas, mas como não fazia parte da nossa formação acadêmica, por ser uma formação frágil, eu não era uma estudiosa de Max, porque era vedado, mas estudava muitas publicações. Eu me lembro que li um livro que na época me marcou muito sobre o projeto Camelo, que tratava sobre a leitura das alianças pelo progresso. Era uma forma de projetos de cooptação do movimento estudantil, então tinham os estudantes que aderiram ao projeto Rondon e tinham aqueles com consciência mais crítica mesmo; eu não fiz e nunca participei de nenhuma dessas viagens, desses projetos, por uma questão de opção ideológica e política. A gente não tinha uma formação ideológica sólida, o acesso que a gente tinha era com as leituras, que subsidiavam os discursos, a leitura de Marx era mais dos cursos de sociologia, não tão boa. Agora em 1979 e 1980, nós tínhamos e fazíamos leituras mais críticas de Marx.

De acordo com Maria Zeneide, ela não teve uma formação marxista como os alunos dos cursos de sociologia, porém passou a gostar das ideologias de esquerda, fazendo leituras e estudando críticas sobre Marx, e participou ativamente do movimento contra a Ditadura em Goiás.

Em Goiânia, a luta contra a Ditadura foi árdua e custou muitas vidas, lágrimas e sangue de muitos estudantes, militantes da esquerda e organizações sociais políticas que foram perseguidos, torturados e muitos tiveram que abandonar o país e viver no exílio, outros foram perseguidos, presos e mortos pelos militares, alguns casos até hoje não foram esclarecidos.

Assim, com Araújo (2007, p.167)

Num protesto contra o pagamento de taxas e anuidades, o Movimento Estudantil carioca promoveu uma manifestação na Praia Vermelha que terminou com os estudantes ocupando a sede da antiga Faculdade de Medicina, como forma de pressão. A polícia cercou o prédio. Muitos pais de alunos, apreensivos, se dirigiram ao local. As negociações não impediram a invasão do prédio. A violência foi impressionante. Vladimir Palmeira, em seu depoimento, relembra o episódio. Fizeram um corredor polonês, íamos descendo (...) Desci três andares levando cacete, mas na saída eu consegui sair. Não me prenderam porque estavam procurando cabeludos, barba, coisa e tal. (...) Prenderam muita gente e fizeram muita violência contra as mulheres. Batiam muito. Parecia que preferiam bater nas mulheres. Nós apanhávamos, caíamos, porque era aquela multidão de estudantes impresados. Um segurava o outro e desciam o cacete na gente. Enfim, nada que não fosse impossível enfrentar. Descemos. Aí, pronto, foi o massacre (ARAÚJO, 2007, p.167).

A violência policial contra os estudantes espalhou-se por todo o país; para Araújo (2007) foi apenas um entre tantos atos de violência que foram cometidos pela polícia e o exército no Rio de Janeiro, Goiás e demais Estados.

De acordo com Pereira:

Os juízes dos tribunais militares brasileiros, em suas sentenças, não condenavam de maneira sistemática os integrantes do movimento sindical. Na verdade, tendiam mais a condenar estudantes, que eram mais fortemente associados com as novas formas de subversão do que sindicalistas (PEREIRA, 2010, p. 136).

Nos anos iniciais do golpe de 1964 –1979, Goiás foi marcado pela luta dos movimentos estudantis e dos partidos de esquerda, com o objetivo de destituir os militares do poder e restabelecer o estado de direito.

Para o entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015:

As manifestações eram organizadas pelas entidades dos estudantes e normalmente a reunião dos estudantes ocorria na Praça Universitária, e de lá saíam em passeata pela avenida universitária, desciam até a Praça Cívica até a Avenida Goiás, até a praça do Bandeirante e ali faziam grande assembleia e uma manifestação que normalmente os estudantes já sabiam, porque publicavam nos jornais de maior circulação, anunciavam na televisão, no rádio, que estava proibida a reunião na Praça Universitária, mas a proibição era justamente o motivo para todos se reunirem; então ao invés de você ter um pequeno grupo de estudantes reunidos em função da proibição exagerada do comando da polícia militar da capital, você tinha o quê? 4500 estudantes reunidos e juntos, vinha a população em geral e o pessoal saía para manifestarem uma repressão com gritos contra a ditadura. Eu não me lembro exatamente o mês e a data, houve uma repressão em que a polícia cercou a praça com a cavalaria e usou muitas bombas de gás e a gente teve que correr mesmo. Eles realmente partiam para cima dos estudantes com violência, naquela ocasião era uma reunião que havia sido proibida (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015).

Para Álvaro, o Movimento Estudantil Goiano organizou manifestações e protestos, ouvindo as rádios, televisão e jornais de maior circulação local, porque os militares, através do seu serviço de inteligência, proibiam essas reuniões, e neste momento eles divulgavam o local e o horário da concentração dos estudantes. Desta forma a população ficava sabendo e no local aglomeravam-se todos e realizavam grandes passeatas e protestos pelo centro de Goiânia e acabavam sendo reprimidos, com muita violência, pelos militares.

Os goianos tiveram importante participação na recondução do país ao retorno do Estado de Direito.

Para Araújo

“1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU”

A ideia desta expressão, criada pelo jornalista Zuernir Ventura, é mostrar que o ano começa com enormes motivações, grandes esperanças... sufocadas pelo ato institucional nº 5, em dezembro de 1968. Toda a movimentação política, todas as bandeiras levantadas, toda a efervescência do período foi abafada na decretação do AI-5. Esse Ato Institucional praticamente regulamentava a existência de uma ditadura militar – já que, oficialmente, tornava legais os poderes discricionários do Presidente da República e fechava o Congresso. Para muitos analistas políticos, o AI-5 representou “um golpe dentro do golpe”, radicalizando e aperfeiçoando os dispositivos repressivos do regime militar. Sufocado nos anseios e nas energias liberadas, o ano de 1968 teria ficado, portanto estranhamente inacabado (ARAÚJO, 2007, p.161-162).

Para Araújo (2007) a inquietação dos jovens dessas gerações era encontrar soluções para os problemas iminentes brasileiros contra a velha política e exigiam mudanças.

Os estudantes não aceitavam um governo sem a participação do povo. Com estes argumentos, o Movimento Estudantil Goiano buscou apoio nas organizações populares, políticas e protestavam nas ruas contra os militares.

Alves diz:

No encantamento que tinha pela faculdade, pelo meio estudantil acadêmico em que vivia, e na ansiedade de fazer alguma ação concreta de luta pelas liberdades democráticas e demonstrar que era contrário àquela ditadura, uma das melhores coisas que me aconteceram foi entrar para o Tuga – Teatro Universitário Galpão. A ideia era reproduzir, em Goiânia, o que estudantes, principalmente do eixo Rio – São Paulo, chamavam de Teatro de Protesto, Teatro de Vanguarda ou Teatro de Arena, porque, muitas vezes, era apresentado em teatros em formato de arena, fora dos palcos, em meio à plateia, num processo da busca de maior interatividade. Na verdade, um jeito diferente de fazer política, ou mesmo pelo menos, alguma coisa, já que tudo era proibido. [...] Aqui em Goiás, nossos textos eram escritos pelo jovem estudante de Línguas, da Universidade Católica, Hugo Zorzetti – Criador do grupo, autor das peças, nosso professor de teatro e diretor a turma. Usava sempre uma linguagem metafórica, irreverente, às vezes muito agressiva; outras hilariantes, para tentar despistar uma profunda e séria crítica ao sistema (ALVES, 2013, p. 121).

O Movimento Estudantil Goiano tem características próprias e razões distintas e focou suas ações na política, na reforma universitária e contra o regime militar.

Os conflitos dessas gerações contra a Ditadura se afirmaram na sociedade goiana como categoria social, provocando muitas discussões que vão de encontro a um sistema tradicional de ensino e cultura. De acordo com Melo (2011, p. 709) “No Brasil de 1968 produções e manifestações culturais sofriam intensa vigilância estatal, uma vez que representavam perigo à Segurança nacional”.

Os estudantes goianos compartilhavam um acervo comum de experiências políticas, situações de vida e oportunidades na inserção e estrutura social. Para Araújo (2007, p. 162) “As lideranças das organizações de esquerda que dirigiam os movimentos de rebeliões estudantis em todo o mundo eram, em sua maior parte, egressas de partidos comunistas ou socialistas”. Para Laurenice Noleto Alves, a entrevistada em 06 de fevereiro de 2015:

Foi dentro da Universidade que eu comecei a descobrir o mundo, a política e a me posicionar, não me interessava um partido A ou B. Desde cedo me senti influenciada pelos meus próprios pais; por um lado eu tinha defesa dos pequenos, do pobres, dos oprimidos, dos humildes porque vim de uma família assim. O meu pai foi uma pessoa assim que nos deu o exemplo de vida de amanhecer e anoitecer de humildade, singeleza, solidariedade, de fraternidade, de dividir o pão mesmo, se tivesse um pão e mais outro chegasse ele dividia o dele, então eu fui criada nos princípios de uma socialização. Para mim o comunismo ia amedrontar a maioria da população porque a informação que chegava para nós era errada, que o comunista era

comedor de criancinhas. Eu assisti aqui em Goiânia, filminhos contra o comunismo, eu morava na Fama e a Igreja Católica exibia os filmes em praça pública para amedrontar as famílias e jovens a se rebelar contra o comunismo. A Igreja Católica goiana inicialmente apoiou os militares na preparação do golpe. Os IPÊS produziram filmetos e distribuíam em todas as salas de cinemas do Brasil; na época não tinha televisão, então, o forte da comunicação era o cinema. Não satisfeito porque as pessoas mais pobres da periferia não tinham condições de irem ao cinema, devido ao poder aquisitivo não permitir, eles levavam telões para a periferia para exibir seus filmetos, levando as pessoas a terem uma visão equivocada do Comunismo. (Entrevista com Laurenice Noleto Alves, em 06 de fevereiro de 2015).

Para Laurenice, muitos jovens eram de famílias humildes semelhantes a dela, do interior, e descobriram a política quando entraram na Universidade, e viram que os contos da “carochinha” que contavam para eles em filmetos não passavam de enganos, que existiam outros sistemas políticos além do capitalismo, capaz de transformar o país.

Apesar da repressão que assolava o país, particularmente, o Estado de Goiás, as organizações sociais e estudantis não deixaram de acreditar e articular ações contra a Ditadura, diante da grande censura a qualquer manifestação política contra os militares. De acordo com o entrevistado Euler Ivo Vieira em 11 de fevereiro de 2015:

Fui da organização partidária Ação popular, durante muitos anos, até que entrei no Partido Comunista do Brasil e sou do PCB, eu participei contra a Ditadura Militar em Goiânia e em vários lugares do Brasil. Eu fui preso em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás. Fui preso, muitas vezes nos anos de 1968 e 1971. Também participei no ano de 1968 do congresso da UBS na Bahia, um congresso clandestino da UBS no Mosteiro Monte Serra. Durante o dia da reunião, dia 13 de dezembro, houve o golpe dentro do golpe, quando foi decretado o Ato Institucional nº 5 o AI-5 e a ditadura tornou-se mais agressiva em dezembro de 1968. Quando chegou janeiro, fevereiro de 1968 a “AP” pediu que eu deixasse aquela movimentação, pois tinham uma missão especial para mim, isso no início de 1969. Com as identidades muito destroçadas pelo AI-5, passaram a surpreender os militares, aumentaram as perseguições, os assassinatos e as prisões, as organizações de massa tipo a UBS e a UNE, foi muito difícil a sobrevivência delas e no início de 1969 eu fui retirado dessas motivações, pelo trabalho que eu tinha feito e destaque e fui para uma tarefa especial, que a AP me arrumou. Saí de São Paulo, fui para o Paraná e Rio Grande do Sul, fronteira para o Uruguai, depois fui parar na Argentina. Depois me arrumaram uma passagem para Paris, e só lá eu fui saber o que ia fazer, era um curso no 1º trimestre de 1969. Em maio ou junho eu cheguei na China e saí de lá em 1970. Fiz o Curso Político Militar, e vim para o Brasil, onde continuei minha ação popular. Já não estava mais no movimento estudantil, estava no movimento camponês, para fazer uma base de guerrilha contra o movimento militar. (Entrevista com Euler Ivo Vieira em 11 de fevereiro de 2015).

De acordo com Euler Ivo, ele começou na atividade política muito jovem e não era filiado a nenhuma organização política, embora tivesse uma formação nacionalista, porque o pai era Nacionalista, um admirador da União Soviética, país em ascensão na época.

Euler teve suas primeiras ações políticas na “AP” e, mais tarde, no partido PCB, em que está até hoje, lutou contra a Ditadura, foi preso, perseguido e torturado pelos militares. Um jovem como tantos outros goianos, que sonhavam com um país mais justo e fraterno.

A experiência desses jovens universitários goianos lastreou o estilo de ação de uma geração que se constituiu nos fundamentos sociais em defesa do povo brasileiro.

Para Araújo:

Em todos eles, os jovens militantes foram considerados radicais, inconvenientes e não cooperativos pelos militantes mais velhos dos partidos comunistas e socialistas. Em contrapartida, os jovens radicais acusavam esses militantes de conservadorismo, imobilismo, passividade e excesso de cautela. O mesmo se repetiu no Brasil: muitos dos rachas do PCB foram motivados pelas críticas de imobilismo feitas por uma parte da esquerda que desejava uma ação mais contundente (ARAUJO, 2007, p. 162).

Em 1995, foi instituída pela Lei nº 9.140/95 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – a lei vem cumprindo importante papel na busca de solução para os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado, durante o período 1961-1988.

A lei marcou o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, de sua responsabilidade no assassinato de estudantes e opositores políticos contrários a ordem vigente na época, nos anos que antecederam o golpe de 1964.

A lei elucidou informações referentes às circunstâncias de prisão, tortura e morte de opositores goianos ao regime.

E o Estado Brasileiro assumiu sua responsabilidade histórica, administrativa sobre a integridade dos presos e o destino dado a eles.

Desta maneira, o Estado Brasileiro, cumpriria o papel histórico de fazer o resgate da memória e verdade sobre os desaparecidos.

De acordo com Redeghero:

Após o AI-5, decretado pelo primeiro, foram criadas as condições institucionais para uma intensa, cruel e bem sucedida caçada aos adversários do regime. Entre 1969 e 1973 foram montados ou

reorganizados diversos órgãos responsáveis pelo recolhimento de informações e pela realização de “operações de segurança”, as quais incluíam sequestros, prisões incomunicáveis, torturas, inquéritos forjados, julgamentos tendenciosos (REDEGHERO, 2011, p. 45).

Para Redeghero (2011) os militares usaram versões da Lei de Segurança Nacional, Lei essa que previa que o país não podia tolerar antagonismos internos e tinha que prevalecer a vontade da Nação e do Estado.

Desta maneira, tinham que eliminar qualquer movimento político contrário, principalmente os movimentos estudantil e de esquerda, que segundo os militares iam contra a vontade do povo e do Estado Brasileiro.

A Ditadura utilizou a imprensa fazendo propaganda em favor do regime e convidando os insatisfeitos a deixarem o país. Segundo a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 21-2):

O regime militar brasileiro de 1964 - 1985 atravessou pelo menos três fases distintas. A primeira foi a do Golpe de Estado, em abril de 1964, e consolidação do novo regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 – ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se torna rotina, iniciando, então, uma lenta abertura política que iria até o fim do período de recessão [...] A Doutrina de Segurança Nacional, idealizada em grande parte por Golbery, foi uma tentativa de fundamentar conceitualmente a suspensão das garantias constitucionais, a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham, por meio de atividades clandestinas. A defesa do cristianismo ocidental foi usada como pretensa inspiração dessa doutrina, o que sempre foi contestado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por expoentes como Dom Cândido Padim e Padre Joseph Comblin, ambos igualmente vítimas de investigações e processos por parte do regime. A Doutrina de Segurança Nacional se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno. Não se tratava mais de preparar o Brasil para uma guerra tradicional, de um Estado contra outro. O inimigo poderia estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser um nacional. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva– foram utilizadas para a submissão dos presos políticos a julgamentos pela Justiça Militar. [...] O primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, desencadeou a primeira avalanche repressiva, materializada na cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos, demissão do serviço público, expurgo de militares, aposentadoria compulsória, intervenção em sindicatos e prisão de milhares de brasileiros.

No início dos anos de chumbo em 1964, logo após o golpe, o aparato repressivo não conseguiu conter os movimentos sociais contrários ao regime. Segundo a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 23):

Apesar do grande aparato montado, o serviço de inteligência não conseguiu responder com eficiência às expectativas do governo num primeiro momento. Para melhorar a eficácia repressiva, surgiu a necessidade de uma integração completa entre os organismos da repressão, ligados aos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, à Polícia Federal e às polícias estaduais. Em São Paulo, foi montada, em 1969, uma operação piloto que visava a coordenar esses serviços, chamada Operação Bandeirante (OBAN). Não era formalmente vinculada ao II Exército, mas estava, de fato, sob a chefia de seu comandante, o general Canavarro Pereira. A OBAN foi composta de efetivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública, da Guarda Civil e até de civis paramilitares.

A partir de 1969, o sistema repressivo adquiriu um novo formato, endurecendo mais com a instituição do A-5, tendo como base as câmaras de interrogatório no Conselho de Segurança Nacional. Para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 23): “Ao longo dos 21 anos de regime de exceção, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força”.

Após o AI-5, a repressão foi ampliada, atingindo vários segmentos da sociedade goiana, até mesmo alguns que tinham apoiado o golpe, em 1964.

A igreja Católica era uma dessas entidades que apoiou os militares no golpe em 1964, que após o AI-5 estava sofrendo várias perseguições. Alguns padres, bispos e simpatizantes das organizações de esquerda e estudantil eram presos, torturados pelo regime em Goiás, como no restante do país.

Diante desses acontecimentos com a Igreja Católica goiana, a mesma repensou sua postura em favor das causas sociais e passou apoiar o movimento estudantil goiano e organizações políticas contrárias à ditadura no Estado.

A Igreja, que antes se posicionou do lado dos militares no golpe de 1964, de acordo Alves (2013, p. 167) “E a Igreja Católica, pela sua ala conservadora ligada ao projeto militar, também oferecia forte contribuição à campanha anticomunista, em panfletos distribuídos nas paróquias, mensagens contra o comunismo e ideologias de esquerda”.

Assim, a Igreja Católica, que no início apoiou o golpe em 1964, anos depois se distanciou dos militares, reaproximando-se das organizações sociais, ficando ao lado dos oprimidos, passando a defender a liberdade de muitos Padres, Bispos, Religiosos e políticos presos pelo regime.

De acordo com a entrevistada Maria Zeneide, em 03 de fevereiro em 2015:

O apoio da igreja católica aos movimentos estudantis, haviam pessoas que eram contra mesmo a ditadura e havia outros que eram a favor da ditadura. Os jovens eram vistos como inconsequentes pelas famílias, que tinham muito medo da repressão, que era de fato cruel e amedrontava, e não era por acaso que as pessoas tinham medo, pois elas eram torturadas e assassinadas e muitos morreram. O discurso da ditadura era autoritário, um apelo muito forte à ordem; a sociedade mantinha certa reserva no movimento estudantil e via com bons olhos o apoio da igreja (Entrevista com Maria Zeneide, em 03 de fevereiro em 2015).

Para Maria Zeneide, a política é uma atividade social nas relações de poder entre os homens, responsáveis pela organização e convívio entre as pessoas com ideologias diferentes que duelam entre si pelo poder, na conquista de espaço na sociedade.

Os estudantes, organizações sociais e políticas de esquerda, em Goiás, duelaram contra os militares protestando e cantando músicas censuradas e proibidas pela Ditadura, de Geraldo Vandré “Ventania – ou “como um homem perdeu seu cavalo e continuou andando” a Disparada – 1966.

De acordo com Alves:

Eram meados de 1969, quando Vandré foi trazido para uma apresentação no teatro Goiânia, que na última hora foi suspensa pela censura. Daí, a turma do DCE entrou em contato com ele e, à noite, estávamos todos lá, lotando o grande salão do barracão com teto reversível. Mesas e cadeiras insuficientes, os estudantes se esparramaram sentados no chão, deixando apenas uma pequena clareira ao pé do tablado do palco. E Vandré não chega... E não chega... De repente, entra ele. Os dirigentes pedem calma e silêncio, conseguindo que a turma da frente se sente no chão. E explica: “Os homens proibiram Vandré de cantar no teatro Goiânia, e também aqui. Ele não pode cantar pra nós!” Mas nós podemos!!! Nós podemos!!! – gritou alguém. E foi o suficiente pra que a frase fosse repetida por todos. Vamos cantar! Vamos Cantar! Cantar... – gritavam todos, com as mãos para o alto. A energia elétrica foi desligada (ou cortada) e as luzes apagadas. Mas não teve importância. Nada impediria que acontecesse ali, naquele barracão, uma de minhas mais memoráveis noites. O velho teto de zinco mais uma vez é aberto. E, sob a luz da lua e das estrelas, Vandré deu uns acordes no violão, parou e começou a assoviar a sua mais famosa música entre os estudantes universitários de todo o Brasil: “Pra não dizer que não falei de flores” ou “Caminhando e cantando”, que ele gravou em 1968, quando ficou em 2º lugar no III Festival Internacional da Canção (ALVES, 2013, p. 131/2).

Os movimentos estudantis goianos seguiam as orientações da UNE, e declararam - se contra o regime militar de acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 24).

A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro Ministro da Educação do Regime Militar, Flávio Suplicy de Lacerda. Essas manifestações cresceriam até atingir seu

auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977. Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades. O Decreto nº 477 previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas.

A escalada repressiva sobre o movimento estudantil goiano e os partidos de esquerda que já estavam na ilegalidade foi ampliada a partir de março de 1968. Um momento de verdadeiro terror no estado brasileiro, o regime lançou uma ofensiva fulminante sobre os movimentos estudantis, sindicatos, organizações sociais e políticas de esquerda. De acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 27):

Daí em diante concentrou seu fogo, em primeiro lugar, contra as organizações que agiam nas grandes capitais: ALN, MR-8, PCBR, Ala Vermelha, VPR, VAR-Palmares e muitas outras. Entre 1972 e 1974, combateu e exterminou uma base guerrilheira que o PCdoB mantinha em treinamento na região do Araguaia desde 1966. Entre 1975 e 1976 aniquilou 11 integrantes do Comitê Central do PCB e, em 16/12/1976, cercou uma casa onde se reunia a direção do PCdoB, matando três dirigentes e prendendo quase toda a direção daquele partido. Num cômputo final, a violência repressiva não poupou as organizações clandestinas que não tinham aderido à luta armada, e nem mesmo religiosos que se opuseram ao regime sem filiação a qualquer organização. Os presídios ficaram superlotados e as listas denunciando mortes sob tortura pularam de algumas dezenas de opositores, em 1962, para várias centenas, em 1979, ano da Anistia. Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 27)

Até hoje, o Brasil esconde a verdadeira radiografia do aparato de repressão, seu desmantelamento ou reestruturação, ainda hoje prevalecem incertezas e interpretações discordantes a respeito de quem foram os responsáveis por mais esse assassinato na história. Para Cruz (2013, p. 70) “Com o golpe, a repressão surge fortemente contra as organizações estudantis e os estudantes, por meio da Polícia, do Exército e dos Comandos de Caça aos Comunistas (CCC)”.

Muitos goianos integrantes dos movimentos estudantis ligados à esquerda foram mortos ou estão desaparecidos. Um dos casos mais destacado pela imprensa foi de Honestino Guimarães, líder estudantil, que começou a atuar jovem no movimento estudantil. De acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 355-6):



HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES (1947-1973)

Número do processo: 100/96

Filiação: Maria Rosa Leite Monteiro e Benedito Monteiro Guimarães

Data e local de nascimento: 28/03/1947, Itaberaí (GO)

Data e local do desaparecimento: 10/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: APM L

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Presidente da UNE; depois da interrupção de seu 30º Congresso em Ibiúna e da prisão de Jean Marc von der Weid, Honestino era goiano de Itaberaí e foi casado com Isaura Botelho Guimarães, com quem teve a filha Juliana. Em 1960, sua família se mudou para Brasília, quando era inaugurada a nova capital da República, e Honestino se matriculou na quarta série ginasial do Colégio Elefante Branca, apelidada durante o regime militar de Elefante Vermelho, devido ao engajamento político de seus estudantes. Iniciou o colegial nessa escola, concluindo-o no CIEM – Centro Integrado de Ensino Médio. Ainda secundarista, começou a atuar no Movimento Estudantil. Com apenas 17 anos, **passou no vestibular de 1965 para cursar Geologia na Universidade de Brasília, obtendo o primeiro lugar entre os vestibulandos de todos os cursos.**

Seu irmão relata que ele somou 257 pontos num total de 260, sendo que o segundo colocado estava 43 pontos atrás dele.

Foi presidente do Diretório Acadêmico da Geologia e durante uma de suas prisões, sem se candidatar, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Sua primeira prisão ocorreu em 1966 e voltou a ser preso no primeiro semestre de 1968. Em 29/08, a violenta e desastrosa invasão policial do campus da Universidade de Brasília teve como um de seus objetivos localizar Honestino, que foi preso sob intensa pancadaria, enquanto os estudantes queimaram viaturas policiais, ocorrendo detenções em massa.

Foi sua prisão mais longa e, depois de solto, passou a viver na clandestinidade, sendo dessa forma impedido de concluir os últimos três meses que faltavam para se formar geólogo. Três dias antes da edição do AI-5, deixou Brasília e se escondeu em Goiânia. A mãe de Honestino relatou que, naquele período, sua casa chegou a ser invadida mais de dez vezes por agentes policiais. Numa dessas invasões de domicílio, Norton, o irmão mais novo de Honestino, de 18 anos, foi levado ao DOPS e, depois, ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército, para revelar seu paradeiro. Na luta para soltar Norton, o pai de Honestino ficou praticamente três noites sem dormir e, como consequência, dormiu ao volante no trânsito, morrendo em 17/12/1968.

Entre 1969 e 1972, Honestino viveu em São Paulo, desempenhando as atividades de dirigente da UNE e militante da AP. No final de 1972, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso pelo CENIMAR, em 10/10/1973. Sua mãe o procurou por todas as unidades de segurança e chegou a obter a promessa de que poderia visitá-lo, no PIC de Brasília no Natal daquele ano, o que se comprovou ser mais um engodo. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo da Lei nº 9.140/95.

Conforme já relatado na apresentação de casos anteriores, Honestino discordou da incorporação da AP ao PCdoB, discutida em 1971 e 1972 e, quando morto, fazia parte da APML, ao lado de Paulo Wright, Umberto Câmara Neto e outros militantes.

Antes de ser preso e morto, Honestino escreveu uma mensagem pública intitulada, iniciativa imaginada “Mandada de Segurança Popular” por ele mesmo denunciando que os órgãos de segurança do regime militar já tinham mandado recados de que seria morto se localizado. Divulgado de forma clandestina, principalmente no meio universitário, o documento afirmava:

“A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada há quase cinco anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição de que sou objeto. Nada menos de 25 anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso País. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar pela criação dos tribunais de exceção: os tribunais militares. Depois, a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios, onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. (...) Daí o porquê de não me entregar. Não reconheço nem posso reconhecer como ‘justiça’ o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo mundo”

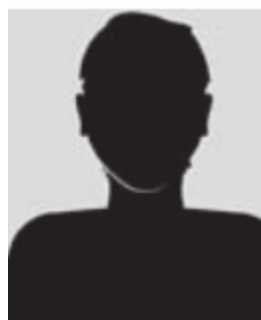
Em Salvador, em 1979, os 10 mil estudantes universitários que se reuniram no congresso de reconstrução da UNE enfeitaram o ambiente com um gigantesco painel estampando o rosto de Honestino, e deixaram na mesa que presidiu o evento uma cadeira vazia em sua homenagem. O DCE da Universidade de Brasília foi batizado com o seu nome e em 26/08/1997, o reitor João Cláudio Todorov outorgou o título de Mérito Universitário a Honestino Guimarães. O nome de Honestino já foi conferido, em homenagem, a vários equipamentos públicos em diferentes estados. Em São Paulo, a prefeita Luiza Erundina inaugurou o complexo viário João Dias, composto de três viadutos. Um deles recebeu o nome de Honestino Guimarães e os outros dois de Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Frederico Eduardo Mayr. Mais recentemente, em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado, ao lado da Catedral de Brasília, o majestoso edifício do Museu Nacional Honestino Guimarães, construído pelo Governo do Distrito Federal e executado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que o inaugurou no dia em que completava 99 anos. Como parte dos preparativos para comemoração do 70º aniversário de fundação da UNE, seus dirigentes planejam lançar oficialmente o Centro de Estudos Honestino Guimarães da União Nacional dos Estudantes.

Honestino Guimarães foi líder estudantil e presidente da UNE e influenciou os movimentos sociais e estudantis em Goiás, atuando principalmente em Brasília, contra as arbitrariedades cometidas pelo militares para com as pessoas e a universidade.

José Porfírio e Durvalino Porfírio não foram líderes estudantis, mas José Porfírio foi um importante camponês, político ligado à esquerda que influenciou a

política em Goiás. Ele foi eleito Deputado Estadual pela coligação PTB-PSD, com uma votação expressiva e representou a chegada de um camponês ao poder.

José Porfírio e seu filho Durvalino engrossam a lista de desaparecidos políticos de Goiás, vítimas da ditadura: De acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 345-6):



JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA (1913–1973)

Número do processo: 015/96

Filiação: Maria Joaquina de Jesus e Teófilo de Souza

Data e local de nascimento: 12/07/1913, Pedro Afonso (TO)

Organização política ou atividade: PRT

Data e local do desaparecimento: 07/07/1973, Brasília (DF)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

DURVALINO PORFÍRIO DE SOUZA (1947–1973)

Número do processo: 005/96

Filiação: Rosa Amélia de Faria e José Porfírio de Souza

Data e local de nascimento: 23/10/1947, Pedro Afonso (TO)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 1973, Goiânia (GO)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

José Porfírio e seu filho Durvalino integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. A última informação acerca de José Porfírio data de 07/07/1973, na rodoviária de Brasília. Sobre Durvalino, não há qualquer registro de data, além do fato de ter desaparecido no mesmo ano em que o pai.

José Porfírio foi o carismático líder camponês da legendária mobilização de posseiros em conflito com latifundiários e grileiros de terras, nos anos 50, na região de Trombas e Formoso, hoje municípios independentes, em Goiás, próximos à divisa com o atual estado de Tocantins, à direita da rodovia Belém-Brasília, distando em linha reta pouco mais de 200 quilômetros de Brasília. Casado duas vezes, teve 18 filhos nos dois matrimônios. Quando desapareceu, aos 61 anos, estava casado com Dorina Pinto da Silva. Foi militante do Partido Comunista, da AP e do PRT. Sua primeira mulher, Roseira, morreu após ter sido agredida por jagunços. Durvalino foi preso em 1964 e passou a ter distúrbios mentais como consequência das torturas sofridas.

Estava internado em uma clínica para tratamento, de onde desapareceu. Outro dos filhos de José, Manoel Porfírio, passou sete anos preso em São Paulo, condenado pela Justiça Militar, por ser militante do PRT. Ao sair, integrou-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, na busca dos restos mortais e das reais circunstâncias da morte do irmão e do pai. Manoel Porfírio morreu em um acidente de carro, em 1994.

A história política de José Porfírio começou em 1949, quando tinha 36 anos e resolveu, juntamente com outros lavradores, deslocar-se de Pedro

Afonso, sua terra natal no norte de Goiás, hoje Tocantins, e buscar terras melhores, numa região de serras e córregos na margem esquerda do rio Tocantins. Mais camponeses foram chegando, atraídos pela propaganda sobre colonização agrícola em Goiás. Por volta de 1951, foram iniciadas manobras cartoriais de grilagem das terras ocupadas pelos posseiros, que reagiram a todas as tentativas de expulsá-los. Teve início, então, uma tenaz resistência que se inscreveu como um dos capítulos mais importantes da luta pela reforma agrária no Brasil. Até hoje, publicações da imprensa, livros e teses universitárias pesquisam a história desse conflito agrário, mencionando muitas vezes a existência de uma “república” popular de Trombas e Formoso, pelo tipo de organização política, econômica e social ali vivida durante aqueles anos.

O Partido Comunista foi um importante vetor nessa mobilização, sendo que seu dirigente nacional Gregório Bezerra foi deslocado de Pernambuco para atuar durante alguns anos em Goiás, contribuindo na formação dos quadros partidários que influenciaram a liderança política de José Porfírio até integrá-lo ao partido por volta de 1956. Entre 1954 e 1957, a área foi palco de persistentes conflitos, muitas vezes envolvendo enfrentamento armado, com um número não conhecido de mortes, seja entre os camponeses, seja entre jagunços e policiais a serviço de latifundiários. As lutas de Trombas e Formoso só tiveram desfecho quando Mauro Borges, eleito em 1962, governador de Goiás, iniciou a distribuição de cerca de 20 mil títulos de propriedade.

Na mesma eleição de Mauro Borges, José Porfírio foi eleito deputado estadual de Goiás, na coligação PTB-PSB, sendo o mais votado no estado. Pela primeira vez, um líder camponês chegava à Assembleia Legislativa de Goiás. Nesse período, ajudou a fundar a Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia e foi um dos organizadores do Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte, em 1963. Cassado pelo primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, voltou para a região de Trombas e Formoso, tentando organizar alguma resistência ao golpe militar. Não obteve sucesso, a começar de seus próprios companheiros do PCB, que discordaram de qualquer tentativa de reação por considerarem mais prudente a atitude de recuo.

Desligou-se, então, do partido e foi viver no sul do Maranhão, onde se vinculou, posteriormente, à AP. Data desse período a prisão de Durvalino, que foi torturado para informar sobre o paradeiro do pai, resultando das torturas problemas mentais irreversíveis. José Porfírio, em 1968, alinhou-se na AP com o grupo dissidente liderado pelo padre Alípio Cristiano de Freitas e pelo ex-presidente da UNE Vinicius Caldeira Brandt, que fundou o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Foi preso na Fazenda Rivelião Angelical, povoado de Riachão, no Maranhão, em 1972, e levado para o DOI-CODI de Brasília.

Solto no dia 07/07/1973, foi almoçar com sua advogada, Elizabeth Diniz, que depois o levou até a rodoviária de Brasília para embarcar no ônibus para Goiânia. José já tinha a passagem comprada. Depois desse encontro, nunca mais foi visto.

O estudante Ornalino, foi uma vítima do confronto entre a polícia e os estudantes, e que na perseguição policial em 1967, o lavador de carros foi morto ao ser confundido com o líder estudantil Euler Ivo Vieira, De acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 82):



ORNALINO CÂNDIDO DA SILVA (1949 - 1968)

Número do processo: 004/96

Filiação: Dorcília Cândida da Silva e Sebastião Cândido da Silva

Data e local de nascimento: 1949, Pires do Rio (GO)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 01/04/1968, em Goiânia

Relator: João Grandino Rodas, com vistas de Nilmário Miranda e do general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 15/05/97, por 4x3 (contra João Grandino, Paulo Gustavo Gonet e general Oswaldo Pereira) Data da publicação no DOU: 20/05/1997

Ornalino Cândido da Silva foi morto aos 19 anos, numa outra manifestação estudantil em protesto contra o assassinato de Edson Luiz Lima Souto, no quarto aniversário do regime ditatorial, desta vez em Goiânia (GO), dia 01/04/1968, com um tiro na cabeça disparado por policiais que o confundiram com outro estudante. Filho de família pobre, começou a trabalhar desde cedo como lavador de carros. Era casado com Maria Divina da Silva Silvestre, com quem teve um filho.

Na noite anterior à passeata, Ornalino havia ajudado a confeccionar os cartazes de protesto no Diretório Central dos Estudantes, e convocou seus amigos para a manifestação. No dia seguinte à sua morte, o jornal informou: "O Social traíndo a palavra empenhada ao arcebispo metropolitano e ao bispo auxiliar de Goiânia, o coronel Pitanga, secretário de Segurança Pública de Goiás e comandante da Polícia Militar, determinou que seus comandados armassem criminosa cilada contra os estudantes, que após o comício retiravam-se pacificamente, rumo à Faculdade de Direito. (...) Armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte, que, alheio ao Movimento Estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido por um sargento da Polícia Militar, que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante".

Com efeito, depoimentos incorporados ao processo na CEMDP confirmam a grande semelhança física entre Ornalino e Euler Ivo Vieira, destacada liderança estudantil de Goiás naquela época, bem como registram ameaças explícitas que foram dirigidas a Euler nas vésperas, que chegou a receber pedidos para não participar da mobilização porque seria morto pelos policiais.

Autoridades do Estado sustentaram que houve tiroteio. Mas o tiro foi certo, na região temporal esquerda da cabeça, o que seria difícil se Ornalino estivesse correndo. O presidente do Grêmio Literário Felix de Bulhões, do Colégio Estadual de Goiânia, Allan Kardek Pimentel, disse que o estudante, mesmo precisando trabalhar para se sustentar, não deixava de participar das mobilizações, e tinha consciência do momento político. "Ele tinha uma profunda percepção do papel da juventude naquele ano difícil.

Ele era a mascote do grupo”, contou Allan. Seu enterro teve a participação de muitos estudantes. Documentos particulares do morto não foram juntados, sob a alegação de terem desaparecido. Buscas empreendidas pela família em cartórios e na Secretaria de Segurança Pública, com o intuito de obter 2ª via, resultaram infrutíferas. O único documento anexado foi o atestado de óbito.

O relator do processo na CEMDP votou pelo indeferimento, por considerar que o caso não se enquadrava na Lei nº 9.140/95, em virtude de não ter havido qualquer comprovação de participação ou acusação de participação em atividades políticas. Foi feito um pedido de vistas ao processo, para ser anexados documentos confirmando a participação política de Ornalino. O relatório foi apresentado em 24/04/1997, e houve novo pedido de vistas. Mesmo com o voto contrário do novo relatório, em 15/05/1997 a CEMDP deferiu o processo em votação apertada, de 4 a 3.

Os partidos de esquerda foram em Goiás, como no restante do país, considerados subversivos e ameaça à Segurança Nacional, seus integrantes foram perseguidos, torturados e mortos pelos militares. Aos seus familiares só restaram a lágrimas e esperança.

Segundo Alves:

No quartel do 10º Batalhão de Caçadores, Wilmar já nem sabia quantos dias e noites tinham se passado, desde que fora preso. Numa noite, com a carne do corpo moída pelas surras de toalhas molhadas, sentindo a friagem do clima misturada ao frio da corrente dos choques elétricos que não cessavam mais de percorrer sua espinha e fazia enrijecer todos os seus nervos, o silêncio foi interrompido por passos de pessoas, como se estivessem arrastando algo até à cela vizinha. Depois de algum tempo, Wilmar ouviu gemidos e percebeu que aquilo não era uma coisa comum, mas uma pessoa, muito machucada, que tentava se lavar no banheiro. Então Wilmar entrou também para o banheiro da sua cela, que fazia meia-parede como banheiro da outra, e, próximo a uma pequena janela basculante, no alto, tentou contato perguntando baixinho: Quem está aí? Pode falar? Aqui é um companheiro, um camarada. Eu sou Fred. Por favor, me fale como você está? Quem é você? Qual o seu nome?

Silêncio...tosse...gemidos...enfim, uma voz rouca, quase inaudível:

- eu sou Olavo – disse esse alguém, depois de um espaço de tempo, falando muito baixinho, de forma enrolada, como se a língua estivesse pressa. E continuou:

- não aguento mais... estão me matando... Meu olho...tá furado. Não aguento mais... não contei nada. Pegaram em minha casa um caderno, com a lista da nossa biblioteca. Não sei quanto tempo ainda aguento. Não tenho mais forças. Meu nome verdadeiro é Ismael... Ismael Silva de Jesus. Se você sair, avise minha família... Acho que estou morrendo... (ALVES, 2013, p. 223-4).

O estudante secundarista Ismael trabalhava como auxiliar de tipografia, na gráfica do Jornal Cinco de Março e cuidava da Biblioteca do PCB em Goiânia; de acordo com Alves (2013) foi um dos mais torturados pelos militares e mais uma vítima da Ditadura, como tantos outros em Goiás. De acordo com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 306-7):



ISMAEL SILVA DE JESUS (1953-1972)

Número do processo: 002/96

Filiação: Jandyra Jesus da Silva e Ismail Augusto da Silva

Data e local de nascimento: 12/08/1953, Palmelo (GO)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 9/08/1972, Goiânia (GO)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Militante do PCB, Ismael era estudante secundarista do Colégio Pedro Gomes, em Goiânia (GO), quando foi preso no dia 08/08/1972 e levado para o 10º Batalhão de Caçadores, comandado pelo Major Rubens Robine Bigenil (atual 42º BIM-Batalhão de Infantaria Motorizada).

Sob interrogatórios, morreu no dia seguinte, três dias antes de completar 19 anos. Seu corpo foi entregue à família com evidentes sinais de sevícias e a justificativa de que ele havia se suicidado por se envergonhar da prisão. O atestado de óbito registra como causa da morte enforcamento/asfixia mecânica, ocorrida no 10º Batalhão de Caçadores. Assinaram o laudo de necropsia os legistas Antonio Carlos Curado e Jerson Cunha. A família enterrou Ismael no cemitério Rio Park, em Goiás.

Fotos de perícia localizadas em 1991 evidenciaram que era falsa a versão oficial. Ismael aparece sentado junto à parede, tendo uma das pontas de uma fina corda de persiana amarrada ao redor do pescoço, enquanto a outra ponta aparece amarrada a um porta-toalhas de louça, preso à parede. A persiana e o pequeno porta-toalhas encontram-se intactos. No corpo de Ismael são perceptíveis evidentes sinais de espancamento, um grande hematoma no olho e sangue pelo corpo.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, é apresentada a seguinte informação: “Um irmão de Ismael, Jorge Elias da Silva, observou no velório que o corpo tinha as orelhas machucadas e que o olho direito estava vazado, além de estar com marcas roxas”.

“Esse livro também transcreve matéria da revista nos dedos dos pés e das mãos e na altura da virilha” questionando a possibilidade de ocorrer um suicídio nas condições alegadas pelas autoridades dos órgãos de segurança do regime militar: “Não é impossível, tecnicamente, que alguém se enforque nessa posição. É preciso, no entanto, fazer um bom esforço. A pessoa tem de amarrar a ponta de uma corda em ponto alto e bem firme, sentar-se, amarrar a outra ponta da corda no próprio pescoço, levantar-se e dar um salto acrobático para a frente. O difícil é explicar como o corpo vai parar exatamente sentado, encostado a uma parede, e a persiana se mantém intacta, como mostram as fotografias. A cena fica ainda mais inverossímil se for considerado que antes de Ismael morrer fora submetido a uma violenta sessão de torturas e espancamentos, encontrando-se impossibilitado de fazer tal ginástica”.

Depoimento de Aguinaldo Lázaro Leão, amigo de infância de Ismael e também militante do PCB, que na época prestava serviço militar no 10º Batalhão, relata que chegou a trocar algumas palavras com Ismael durante seu turno de guarda. Disse que o amigo estava muito rouco e revelou ter levado choques elétricos e pancadas por todo o corpo, ficando debilitado e com um braço quebrado. Ismael pediu também que tranquilizasse a família. Aguinaldo foi preso a seguir e levado encapuzado para a sala de interrogatórios do Batalhão, onde ouviu a porta se abrir e uma pessoa entrar arrastada. Um dos interrogadores perguntou para tal pessoa se conhecia o soldado Lázaro. Aguinaldo reconheceu a voz imediatamente, que se mantinha rouca. Ismael, ao responder a seus interrogadores, procurou atenuar a participação política daquele soldado amigo. Por unanimidade, o requerimento apresentado pelos familiares de Ismael à CEMDP foi deferido, tendo sido colocado em votação na primeira reunião da Comissão Especial. Em sua homenagem, existe hoje em Goiás a Escola Estadual Ismael Silva de Jesus.

Divino Ferreira de Souza, goiano e militante do partido de esquerda PC do B foi mais uma vítima da perseguição e tortura dos militares no Vale do Araguaia. Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 220-1)



DIVINO FERREIRA DE SOUZA (1942–1973)

Número do processo: 030/96

Filiação: Maria Gomes Santos e José Ferreira de Souza

Data e local de nascimento: 12/09/1942, Caldas Novas (GO)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho de uma família pequena, tinha apenas uma irmã, Terezinha. A família mudou-se de Caldas Novas para Goiânia em 1947. Já aos 8 anos de idade, passou a trabalhar vendendo jornais. Ainda estudante do Colégio Comércio de Campinas, participou de várias greves. Em 1961, tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, atribui a ele a participação em um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis (GO), em 1965, de onde foram roubadas armas e munições.

Em 1966, Divino viajou para a China junto com Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, que retirou da área Ângelo Arroyo no início de 1974. Numa escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, a CIA teria retido por duas horas o avião querendo prender Divino. A solidariedade dos demais passageiros teria inviabilizado a tentativa da agência norte-americana de inteligência e o grupo conseguiu chegar a Pequim, onde recebeu capacitação política e militar.

Depois da China, Divino regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e depois no Araguaia, na região de Brejo Grande, onde

trabalhava como comerciante e agricultor. Lá passou a integrar o destacamento A da Guerrilha, sendo conhecido por Nunes.

As condições em que foi morto já foram detalhadas na descrição das mortes anteriores. O Relatório do Ministério da Marinha o relaciona entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá, e traz como data da morte 14/12/1973, aparentemente por equívoco em relação ao mês.

Há convergentes informações no sentido de que Divino foi preso vivo. O jornalista Elio Gaspari registrou em A Ditadura Escancarada: “Um dos mortos era Zé Carlos, filho de Grabois. O oficial que comandava a tropa mandou que o mateiro Vanu os enterrasse na direção do rio. Um dos feridos era Nunes, um veterano do curso na China, que vivera como comerciante na região. Enquanto foi interrogado na mata, ameaçou os militares com a possibilidade da chegada da imprensa e da televisão àquele pedaço de selva, para que registrassem o que lá acontecia. O outro era Antonio Alfredo Campos, um lavrador analfabeto. Foram levados de helicóptero para a Casa Azul e assassinados”.

Ainda mais contundente é o depoimento prestado pelo guia Manoel Leal Lima, o Vanu, em 28/01/2001, aos procuradores da República Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Junior: “Que na primeira vez que foi usado como guia foi para a localidade chamada Caçador, acompanhando o Major Adurbo e o Sargento Silva, um Cabo e cinco soldados; Que dormiram na mata e no outro dia, por volta de três a quatro horas da tarde ouviram tiros, foram em direção ao local e o depoente identificou um grupo de cinco guerrilheiros que portava fardamento e arma da PM, que haviam roubado do Posto do Entroncamento; Que este grupo estava matando três porcos, na casa do velho Geraldo; Que o depoente disse para os militares que eram os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, João Araguaia e Zé Bom; Que a tropa do Exército abriu fogo contra os guerrilheiros; Que foram pegos de surpresa no momento em que se preparavam para carregar os porcos, os guerrilheiros estavam conversando e as coisas sendo preparadas para levantar acampamento; Que morreram no local Zé Carlos, Alfredo e Zé Bom; Que João Araguaia conseguiu fugir e que NUNES foi baleado, vindo a morrer em Marabá no dia seguinte; Que depois do tiroteio o Sargento CID passou a noite toda aplicando anestesia no guerrilheiro para que ele aguentasse a investigação; Que o preso, baleado, foi interrogado a noite toda sobre os locais por onde tinha passado, onde havia lutado, quantas pessoas havia matado e outras investigações sobre a guerrilha; Que durante o interrogatório o preso pedia que o seu interrogatório fosse divulgado na televisão;...Que os corpos dos mortos foram fotografados no heliporto; Que depois de fotografados foi feito (sic) uma vala rasa onde coubesse os três corpos que foram cobertos com terra e pau.

Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 167- 7,8)



HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA (1941-1971)

Número do processo: 293/96

Filiação: Pascoalina Ferreira e Isaac Ferreira Caetano

Data e local de nascimento: 13/03/1941, Bebedouro (SP)

Organização política ou atividade: VPR/ALN

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA (1944-1971)

Número do processo: 151/96

Filiação: Zuleika Borges Pereira Celestino e Pedro Celestino da Silva Filho

Data e local de nascimento: 26/05/1944, Morrinhos (GO)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Heleny e Paulo de Tarso foram presos por agentes do DOI-CODI/RJ no dia 12/07/1971, no Rio de Janeiro. Seus nomes integram a lista dos desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Ela já havia sido presa em março de 1970, sendo solta em abril do ano seguinte, ou seja, três meses antes de ser presa pela segunda vez.

Paulista de Bebedouro, Heleny foi casada com Ulisses Telles Guariba, professor de História na USP, de quem tinha sido colega na Faculdade de Filosofia daquela universidade. Tiveram dois filhos. Ela se especializou em cultura grega, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo – EAD.

Em 1965, tinha recebido bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, especializando-se na Europa até 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade. Ali desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com os alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido, tendo ingressado na

Aliança Francesa, em São Paulo, onde também montou e dirigiu peça de teatro, em francês.

Em março de 1970, foi presa pela primeira vez, em Poços de Caldas (MG), por militância na VPR, sendo torturada na Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, em função de hemorragia provocada pelos espancamentos. Foi transferida para o DOPS/SP e, depois, para o Presídio Tiradentes, sendo assistida pelo advogado José Carlos Dias, que seria mais tarde presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e, posteriormente, Ministro da Justiça. Solta em abril de 1971, preparava-se para deixar o país. Os familiares e advogados fizeram buscas persistentes por todos os órgãos de segurança. Um brigadeiro chegou a confidenciar a uma amiga de parentes de Heleny ter visto o nome dela numa lista de presos da Aeronáutica.

Goiano de Morrinhos, Paulo de Tarso estudou no colégio Universitário da Universidade Federal de Goiás, onde concluiu o curso de Humanidades em 1962 e foi escolhido orador da turma. Ingressou na UnB, na Faculdade de Direito, onde se formou, em 1967, aos 23 anos. Foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília – FEUB. Inscrito na OAB, exerceu advocacia em Goiânia (GO), chegando a fazer sustentação oral em processo no STF. Em outubro de 1968, viajou para a França e fez curso de pós-graduação na Sorbonne. Companheiros de militância política na ALN informaram que, após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, ele era um dos principais dirigentes da organização, utilizava o nome-de-guerra “Vovô” e tinha recebido treinamento militar em Cuba.

Seu pai, Pedro Celestino, advogado e deputado federal pelo estado de Goiás, foi cassado pelo AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Usou de todos os meios ao seu alcance para descobrir o paradeiro do filho. Em dezembro de 1971, como resposta à solicitação da OAB, seccional de Brasília, o Ministério do Exército chegou a informar que Paulo de Tarso fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal, devendo o Ministério da Justiça prestar informações. Tempos depois, o Ministério do Exército desmentiu o fato, alegando erro.

Em 20/02/1975, o então ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento em rede de televisão para falar sobre 27 desaparecidos políticos, estando dentre esses o nome de Paulo de Tarso. Na versão do ministro, estavam todos foragidos. Em resposta, Pedro Celestino redigiu carta pública a Armando Falcão, que foi publicada no em 21/02/1975 e em outros jornais do país. No ano anterior Jornal do Brasil já tinha enviado ao general Golbery, homem forte do Governo Geisel, apelando: “Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência, rogando fazer chegar ao presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extra judiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país (...) para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte, mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana”.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e desaparecimento dos dois militantes foram sendo coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”, dentre outros desaparecidos ali estiveram, no mês de julho de 1971, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny. Na casa clandestina em Petrópolis, Heleny foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina. Paulo de Tarso foi torturado durante 48 horas pelos carcereiros conhecidos por Inês como “Dr. Roberto”, “Laecato”, “Dr. Guilherme”, “Dr. Teixeira”, “Zé Gomes” e “Camarão”. Colocaram-no no

pau-de-arara, deram-lhe choques elétricos e o obrigaram a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas Inês ouviu-o suplicando por um pouco de água.

Em 08/04/1987, a revista, na reportagem Isto É Longe do Ponto Final, publicou declarações do ex-médico, então lotado no DOI-CODI/RJ, Amílcar Lobo, que reconheceu ter atendido Paulo de Tarso quando estava preso nas dependências do DOI-CODI/RJ, sem, no entanto, precisar a data.

A partir dos relatos da CMDP (2007), é possível desenhar a história da determinação, coragem e atuação desses jovens enquanto protagonista da luta contra a Ditadura em Goiás.

Os jovens estudantes goianos militantes da esquerda, mesmo sob repressão e violência por parte dos militares, não desistiram. Ao seu próprio estilo de vida mantiveram-se firmes nos seus propósitos e, hoje, a história testemunha seus atos de bravura e resistência. Para Pereira (2010, p. 241) “Durante a transição brasileira, a prática de processar civis em tribunais militares, pelo menos em larga escala, terminou em 1979, quando o AI-5 foi abolido”.

Em Goiás, como no restante do Brasil, os julgamentos por crimes políticos representaram uma violação dos Direitos Humanos e na maioria dos casos o réu era torturado. Em seguida, sentenciado como se a tortura jamais tivesse acontecido.

De acordo com Pereira:

As transições desses julgamentos, portanto, são no mínimo incompletas, de maneira que após o fim do regime militar, uma das principais ações afirmativas tomadas por muitas das vítimas foi, apenas a de descrever e denunciar as torturas por elas sofridas (PEREIRA, 2010, p. 251).

O presidente Geisel assumiu o controle do país em 1974, e sinalizou para uma lenta e gradual garantia do retorno do estado de direito. Essa situação representou naquele momento um afrouxamento da repressão e o início do diálogo com a oposição. De acordo com Redeghero (2011, p.46) “Entre as medidas previstas estavam a retirada da censura dos jornais e o fim da vigência dos atos institucionais”.

Para Redeghero (2011), Geisel deixou claro o limite da abertura política, só que não agradou a oposição que esperava mais e nem os militares que o apoiavam. Os mesmos queriam manter o controle rígido da sociedade civil, organizações de esquerda e dos movimentos estudantis, já que em 1976 haveria eleições para vereadores.

2.2 A Redemocratização em Goiás

Em 1974, instalou-se uma crise de legitimidade do regime militar; o sistema econômico, político, o aumento das manifestações, inflação, desemprego e as ameaças de greve, demonstravam o enfraquecimento da Ditadura.

A sociedade já não tinha a mesma confiança de antes nos militares, a pressão popular aumentava sob o regime, que não conseguia conter a inflação, enquanto o MDB se organizava para dar uma resposta nas urnas em 1976.

A oposição questionava e pressionava os militares a tomar medidas para fazer o país voltar a crescer e diminuir os altos índices de violência.

Para Chauí:

Houve também a reformulação da ideologia da segurança nacional, por meio da famosa Lei 477, e o controle sobre as duas formas de oposição, isto é, a oposição institucional, realizada nos parlamentos pelo MDB (e que se caracterizava frequentemente por grandes lances dramáticos, vindos particularmente de Teotônio Vilela e Ulysses Guimarães), e a oposição que se realizava no interior da sociedade pela CNBB, OAB, ABI, DCEs livres e oposições sindicais (CHAUÍ, 2006, p. 180).

Após o golpe de 1964, os militares sonhavam com a viabilidade de fazer o país crescer, como o ocorrido na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

Os militares fizeram grandes empréstimos e abriram as fronteiras para o capital internacional atraindo empresas, especialmente as americanas.

O aparato repressivo da Ditadura era mantido pelas multinacionais que financiavam e dominavam a economia na década de 1970. De acordo com Chauí (2006, p. 181):

Elas financiavam todas as operações da “segurança nacional”, juntamente com esse outro campo do empresariado, que foi decisivo no financiamento econômico da ditadura, sobretudo a partir do AI-5, que eram as empresas de exploração imobiliária, ou, como se diz hoje, as construtoras ou empreiteiras (Odebrecht, Camargo Correia, Lopes etc.). (CHAUÍ, 2006, p. 181).

Em 1974, Geisel, encontrou o país com a economia em decadência e a sociedade insatisfeita, exigindo mudanças, redução da violência e o fim da repressão e da censura. De acordo com o depoimento do entrevistado Euler Ivo Vieira (2015); “Quem cumpriu um papel muito grande para a consciência política foram os partidos amplos, o MDB”. Atuava em todos os estados brasileiros, apesar

da forte repressão que sofria, era uma alternativa para o povo dar uma resposta aos militares nas urnas.

A pressão da oposição e da sociedade civil organizada fez com que Geisel sinalizasse uma abertura rumos à Democracia. De acordo com Chauí (2006, p. 174) “1976 é um momento particularmente interessante da conjuntura nacional, porque a Ditadura dava os primeiros sinais de fraqueza; certamente não eram seus estertores, mas eram, sim, de debilidade”.

O Movimento Estudantil Goiano e as Organizações Sociais contrárias ao regime procuraram conscientizar seus militantes da importância de colocar um fim à ditadura e retornar o estado de direito. Para Euler Ivo Vieira, em sua entrevista; “Os comunistas eram a consciência, inteligência a honra dessa época, eu acho que eu participei desse grupinho e tenho muito orgulho disso”.

Para Chauí (2006, p. 183-4)

O autoritarismo aparecia como consequência da fraqueza do capital nacional, que precisava de um Estado ditatorial para estabelecer a relação com o capital internacional. [...] O autoritarismo, em contrapartida, não é uma ideologia; é temporário, limita algumas liberdades, mas não todas, opera politicamente sob uma Constituição e com o Poder Legislativo etc. Na América Latina, havia autoritarismo como defesa do continente contra a ameaça do totalitarismo, isto é, do comunismo. (CHAUÍ, 2006, p. 183-4).

Os tribunais militares começaram a tratar os réus de maneira diferente no governo Geisel, que necessariamente não era de condenar, mas amedrontar aqueles que podiam contestar o regime.

Durante o governo Geisel, houve um aumento nos índices de absolvição dos tribunais com a redução das penas em alguns estados, a pena passou a variar de acordo com a profissão dos réus, principalmente os de ordem religiosa.

Em 1976, foi criado o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: CEDEC, uma organização social com vários pesquisadores, estudiosos, políticos e pessoas ligadas aos militares que buscavam soluções e alternativas políticas para que o país superasse a crise econômica.

De acordo com Chauí:

O Cedec é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976, e cujo objetivo principal consiste na consolidação de um espaço para a realização de pesquisas e debates sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da realidade brasileira, com ênfase especial na problemática das classes populares. É assim que o perfil do Cedec se define. Nesse sentido, dirige as suas atividades para as seguintes áreas:

movimento operário e sindical, trabalhadores rurais, movimentos sociais urbanos, cultura popular, violência e marginalidade, igreja e suas relações com os movimentos populares e o Estado, ideologia e partidos políticos. (CHAUÍ, 2006, p. 189).

A redemocratização foi um processo que começou nos primeiros meses do golpe militar em 1964, a oposição já pedia o fim da ditadura e o retorno do estado de direito, em Goiás. Essa ideia foi ganhando espaço, tornando-se a bandeira de luta do movimento estudantil goiano.

Os direitos civis, políticos e sociais dos goianos eram desrespeitados pelo regime. Um conjunto de leis limitava a liberdade dos cidadãos e as organizações estudantis e sociais eram massacradas pelos militares;

os que resistiram foram perseguidos, presos, torturados e muitos deles assassinados nos porões da Ditadura.

A redemocratização ganhou força em 1973, quando Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho participam das eleições presidenciais indiretas de 1974.

A oposição queria a destituição dos militares do poder e, para isso, precisavam de um projeto arrojado para edificar a Democracia e que estivesse firmemente comprometido e legitimado pelo povo.

A redemocratização em Goiás e nos outros estados da federação provocaram inúmeras discussões e ganharam força política por todo o país. De acordo com a entrevista de Cícero Araújo, com o professor Marco Aurélio Nogueira. (2006, p.198)

Uma primeira aproximação a esse problema pode ser feita com a afirmação de que, no Brasil daqueles anos, constituía-se um pensamento que não se propunha apenas a derrotar a ditadura militar na qual se vivia, o poder do Estado capitalista então estabelecido. Seu desafio era, também, o de pensar a democratização, entendida como um processo de recomposição e alargamento do sistema político, de incorporação e integração social, de expansão e consolidação da democracia em sentido amplo. Poder-se-ia também, dizer que se estava repondo em novas bases o tema da emancipação, ainda que isso não se explicitasse plenamente. Era essa a marca de identidade do pensamento teórico de esquerda, que se mostrava mais criativo e profícuo naquele período.

A oposição pressionou os militares para que aprovassem a Lei da Anistia e retornassem aqueles que, de uma maneira ou de outra, tiveram que abandonar o país, devido às perseguições do regime, para não serem presos, torturados ou mortos e preferiram o exílio. Para o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015;

A ditadura foi ficando isolada, os movimentos armados surgindo, frentes armadas nas cidades no interior, guerrilha do Araguaia e grandes greves crescendo, muita articulação sindical e, neste momento, acho que valeu a luta do povo do Brasil, mas também é muito importante citar isso: o acordo do Presidente Americano Nickson com o Mao Tse Tungue na China, porque não foi só no Brasil, eles trabalharam para destituir as ditaduras aqui, em toda a América do Sul simultaneamente, mostraram a força do Pentágono nas colônias da América do Sul. O Geisel dizia que seria uma abertura lenta e gradual e com discernimento, e depois disso veio desbocar na anistia e nós falávamos “A anistia ampla, geral e irrestrita como no contrato, e no regime militar era uma anistia constituinte e soberana e desdobrou-se nas eleições diretas”. Então, o Geisel dizia sobre esta questão de abertura lenta e gradual com discernimento, e nós respondíamos com liberdade, constituinte livre e soberana. Eu acho que Geisel conseguiu sua vitória e nós também, certa vitória; e eles prorrogaram a vida da ditadura, mas também nós crescemos com o nosso movimento, até que veio a questão da eleição direta. No caso, para você ter uma ideia, nós falávamos assim: “Anistia ampla geral e irrestrita, constituinte livre e soberana, eleições diretas”. O Dante de Oliveira era um deputado do “MDB” marcou a data para votar a eleição direta no Brasil. Ele propõe as eleições diretas no Brasil; a partir daí começou a bandeira das eleições diretas.

Para Euler Ivo, a luta do Movimento Estudantil Goiano e das organizações sociais e políticas tinha sido válida, o governo militar isolado já não conseguia mais se manter no poder. Com a insatisfação do povo e da sociedade civil organizada e a falta de apoio internacional para manter a Ditadura, os militares começaram a ceder.

No ano de 1976, com o agravamento da crise econômica, inflação, recessão e a oposição pressionando os militares, conseguiram aprovar e mudar a legislação partidária eleitoral em 1979, restabelecendo o pluripartidarismo, um grande avanço para o retorno do estado de direito.

Dois anos após o golpe em 1966, os militares criaram o bipartidarismo como estratégia para desarticular a oposição, criando o Movimento Democrático Brasileiro – MDB como partido de oposição, com várias limitações. De acordo com o depoimento de Maria Zeneide, em 03 de fevereiro de 2015;

O MDB teve um papel muito importante na resistência contra a Ditadura em Goiás e no Brasil, como, por exemplo, nós tínhamos o grupo Santillo, o próprio ex-governador deposto, Mauro Borges. Os estudantes se sentiam apoiados por esses grupos, algumas lideranças estudantis se tornaram políticos aqui em Goiás, apesar das cassações, mortes e torturas de alguns estudantes. Aqui em Goiânia, por exemplo, Aldo Arantes é uma representação política importante, Pedro Wilson e outros. O Aldo Arantes durante muito tempo foi ligado ao MDB, PSB, PC do B, que eram partidos clandestinos; o PT foi mais na frente. Políticos como eles se abrigavam no MDB na época da Ditadura. Então o MDB de fato foi um escudo, o lócus em que as esquerdas puderam se articular para criar outros partidos, o MDB daquela época é uma boa áurea da resistência à Ditadura.

Para Maria Zeneide, O MDB representava a oposição legal frente à ditadura, mas essa representação não conseguiu adesão de todos os partidos de oposição e, por anos, ficou sem expressão política forte frente à ditadura, mas é símbolo de resistência e luta contra o regime.

O MDB surgiu com o bipartidarismo em 1966 e a oposição perdeu muitas de suas lideranças influentes em Goiás para a ala conservadora que passou a apoiar os militares, com medo de perder seus privilégios e o poder. Segundo Euler Ivo Vieira, em entrevista no dia 11 de fevereiro de 2015:

Todos compreendíamos que o próprio MDB era um Movimento Democrático Brasileiro, era um movimento de pessoas de todos os tipos que estavam lá, participavam dele. O MDB desenvolveu uma ação mais consentida, uma ação temerosa, eles tinham medo de falar a verdade, eles eram contra o regime militar, mas não podiam se manifestar, não podiam aparecer muito; quando apareciam, eles caçavam o mandato. O MDB nasceu como uma espécie de uma frente, uma união de pessoas contra o regime militar, uma união mais legalizada atualizada (Entrevista com Euler Ivo Vieira, no dia 11 de fevereiro de 2015).

Para Euler Ivo, o MDB era a oposição consentida pelos militares que não podiam se manifestar, porque eram caçados os mandatos dos parlamentares; uma oposição legalizada para manter as aparências.

O MDB nasceu com poucas expressões políticas em Goiás, enfraquecido o movimento democrático, não representou ameaça aos militares, o mesmo só ganhou força a partir de 1970, no momento em que os políticos da oposição perceberam que, para mudar tinham que fortalecer o MDB nas eleições que iam acontecer nos anos seguintes. Segundo o entrevistado Euler Ivo Vieira, em 11 de fevereiro de 2015:

A Ação popular “AP” combatia o regime militar de forma radical, então, por exemplo, em 1970 o MDB participou das eleições e lutei na campanha para anular o seu voto. “Anule seu Voto” vote contra a ditadura “Anule seu Voto Abaixo a Ditadura”, este foi um movimento da “AP”. Mas o MDB, com essa ação consentida, desenvolveu um grande papel, ele juntou o setor, fez um papel muito amplo, resistiu naquela trincheira o que conseguiu resistir. Eu era da “AP”, então eu era contra o MDB, pois ele era muito light, não faziam as críticas conforme deviam, não tinham coragem de falar, os parlamentares não falavam porque não tinham coragem de falar senão perdiam o mandato. Eram cassados, por inteligência tinham que agir de forma limitada. Acabou que o MDB cumpriu esse papel importante, já a nossa organização “AP” era radical, em certo tempo nós começávamos a organizar a luta armada e passamos nos armar, tanto que eu próprio fui fazer um curso de guerrilha na China. Fiz o curso e voltei para montar resistência armada no Brasil. O MDB era muito mais amplo, mas cumpria um grande papel em Goiás como no Brasil (Entrevista com Euler Ivo Vieira, no dia 11 de fevereiro de 2015).

Para Euler, o MDB, mesmo sendo um partido consentido pela Ditadura, teve um importantíssimo papel na luta contra a mesma em Goiás, pois tinha base em todos os estados brasileiros e conseguiu agregar muitos políticos de oposição, que viam a oportunidade de vencer a Ditadura nas urnas, com o movimento popular “Diretas Já”, que aos poucos foi ganhando espaço no país.

A oposição, através do MDB, projetou uma ideia diferente para o retorno do estado de direito, rumo à Democracia e precisava fundamentar a ideia de democracia ampla e forte o suficiente para promover reformas sociais que o país precisava. De acordo com Cícero Araújo, em entrevista com Marco Aurélio Nogueira (2006, p.207)

Os processos e transformações sociais que estiveram na base da luta contra a Ditadura complicaram a passagem da redemocratização para a democratização e de certa maneira atropelaram o pensamento de esquerda e o esforço de inovação que estavam sendo gerados nas décadas de 1970 e 1980. A “transição pactada” ou pactuada foi mais uma imposição da realidade que uma escolha deliberada dos atores políticos.

Em Goiás, o partido teve entre os seus fundadores a figura legendária de Pedro Ludovico Teixeira, um político de expressão histórica no estado que mudou a capital de Goiás. O mesmo foi fundador do PMDB com outros políticos como Iris Rezende Machado, Mauro Borges Teixeira e Henrique Santillo.

A sociedade goiana, diante do avanço da modernidade em que o país se encontrava e do capitalismo propiciado pela ditadura, acabou por produzir dinâmica suficientemente forte para ir desorganizando o equilíbrio político entre as diferentes agremiações partidárias goianas, após 1966.

O Brasil capitalista aos moldes americanos, implantado pela Ditadura, subordinou os goianos a um consumismo por toda parte e não apenas na estrutura econômica da sociedade goiana, infiltrou na cultura, educação e impregnou na alma da sociedade goiana.

De acordo com o entrevistado de Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015:

Os enganos, os erros do passado são a herança mais perversa que nós podemos ter, eu citaria, por exemplo, o jeito perverso disso é que você tem um grupo de pessoas que vai se rebelar, incapaz de solucionar os seus próprios problemas, que vai depender talvez de um outro grupo de administradores, pensadores e que talvez nem seja do nosso país. (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira, no dia 06 de fevereiro de 2015).

Para Álvaro, os modelos de educação implantados pelo capitalismo copiado dos americanos pelo Brasil, deixaram os brasileiros incapazes de encontrar soluções para os problemas nacionais e locais, a juventude ficou desmotivada com a política nacional.

De acordo com Álvaro (2015) no seu depoimento:

O que nós estamos vendo é um processo de apatia da sociedade goiana cada vez maior. Eu acredito que num determinado momento as pessoas vão começar a questionar por não suportar um processo tão retrógrado que nos foi imposto pelos militares, uma página na nossa história que todos nós brasileiros temos que conhecer para não aceitar mais (ÁLVARO, 2015).

A sociedade goiana, como os demais cidadãos brasileiros, sofreram as influências do capitalismo, mesmo que a maioria do povo nada ganhasse com ele; alguns se relacionam com o capital na condição de explorados.

Os espaços em que se podia praticar alguma experiência não capitalista praticamente tinham desaparecido na sociedade goiana.

No final da década de 1970, os discursos anticapitalistas perderam força e foram obrigados a mudar, incorporar novos temas e propor novas soluções frente aos problemas nacionais.

A sociedade goiana e brasileira foi, progressivamente, tornando-se mais globalizada, egoísta e pouco politizada.

A Arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), o MDB transformou-se no PMDB, mas o pluripartidarismo não permitiu o retorno do Partido Comunista do Brasil.

Segundo o entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015, o MDB era visto em Goiás como:

Bem, eles viam o MDB de certa forma, eu diria totalmente simpática, mas como um resto de recurso em termos de crítica à ditadura e ao regime militar e eu até atribuo o bipartidarismo a certa herança atávica do processo de discussão e que havia sido fomentado no Brasil em épocas passadas. Então, a própria Ditadura militar sentia que se não houvesse partido de oposição poderia passar para um processo de estagnação propriamente dito. Assim, essa oposição era vista como um fator de preservação por parte dos militares, porque ela, de alguma forma, ajudaria a estabelecer uma nova condução nos destinos do país. Mas ela era vista como uma oposição que se apresentava mais como apêndice da própria Ditadura. Agora têm ressalvas as figuras exponenciais da época, que era o grupo dos autênticos do MDB, que depois passou a PMDB, que eram Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela.

Para Álvaro, os militares criaram o MDB como estratégia política, para calar a oposição, e para estar na legalidade tinham que se filiar ao MDB, mas não podiam fazer oposição e nem organizar movimento contra os militares. Muitos estudantes viam o MDB como alternativa para lutar contra o regime.

A abertura política permitiu o fortalecimento dos Sindicatos e entidades de classes.

Para Cícero Araujo:

A luta contra a Ditadura e a própria redemocratização também foram feitas em ritmo de reorganização partidária, para o que contribuiu bastante, por vias enviesadas, a repressão ditatorial que se abatera sobre as organizações de esquerda, dissolvera as agremiações partidárias tradicionais e reformulara o sistema de partidos. (CÍCERO ARAUJO, 2006, p.204).

Em Goiás, as organizações partidárias de esquerda, em 1978, estavam individualizadas pelas ações do capitalismo, acarretando rarefação e perda da relevância das instituições políticas, estudantis e muitos estudantes estavam desinteressados e desmotivados com a política.

A desestruturação das organizações sociais goianas e dos espaços que alicerçavam e davam identidade aos grupos sociais foram se perdendo com a reforma universitária implantada pela Lei Suplicy e o acordo MEC-USAID. De acordo com a entrevistada Maria Zeneide Carneiro de Almeida, em 03 de fevereiro de 2015:

O Alvo principal do Acordo- Mec-Usaid era desarticular movimento estudantil, de um modo geral visaram promover a reforma universitária que dispersavam os estudantes, acabaram com as turmas no regime seriado e não permitiam que uma turma articulasse, juntos, um movimento. O regime seriado foi substituído pelo regime de crédito, foi implantado inclusive quando eu entrei na Universidade, eu já entrei no regime de crédito, você fazia a disciplina, mas a articulação ficou mais difícil. Eu me lembro que a gente discutia muito a articulação entre os estudantes. O estudante que tinha passado pelo seriado falava uma coisa e os estudantes do regime crédito falava outra, em turno e horários diferentes um cedo, outro a tarde e o outro noite distanciavam os estudantes uns dos outros. Foi graças a isso que eu pude fazer o curso de pedagogia, pois eu trabalhava o dia todo e tinha que trabalhar em primeiro lugar, eu poderia fazer esse mosaico com horários mais a própria estrutura da universidade. A extensão tinha uma visão assistencialista e menos política com a presença de psicólogos e outros. A extensão universitária foi em toda América latina uma estratégia do acordo Mec-usaid, que acabou com alguns movimentos sociais em Goiás e no Brasil. No Brasil, por exemplo, nós tínhamos o movimento de alfabetização e aqui em Goiás, e também os movimentos da igreja que foram sendo desmobilizados com essas estratégias do acordo Mec-Usaid, que tinha projetos de Caráter assistencialista de dispersão e de pouca articulação política e envolvendo a universidade com o projeto de intervenção de cima para baixo, de evasão, de intromissão das

comunidades, inclusive o caráter militar. Os militares participaram desses movimentos. A gente sabe que na verdade esses atos foram iniciados pelo Brasil afora, pela extensão do projeto Rondon. Então eles representaram, de um lado a desmobilização dos estudantes, de outro tinham uma visão autoritária que implantaria projetos na comunidade sem eles pedirem e solicitarem, negligenciando até o que a comunidade não necessitava. Só para desmobilizar os movimentos sociais e estudantis, o acordo Mec _Usaid foi um atraso para educação no Brasil e um retorno ao colonialismo (Entrevistada Maria Zeneide Carneiro de Almeida, em 03 de fevereiro de 2015).

Para Maria Zeneide, a violência, a repressão que os militares impuseram contra as organizações sociais e estudantis no país, com assistencialismo e menos política juntamente com o capitalismo, foi um atraso para o país, um retrocesso na educação.

A preocupação da universidade goiana era formar mão de obra qualificada e barata para as indústrias, o jovem se afastava cada vez mais da vida política e demonstrava desinteresse com problemas nacionais do país. De acordo com Cícero Araújo, no depoimento de Marco Aurélio Nogueira (2006, p. 217-8);

Quanto mais caminhamos para o século XXI, mais a sociedade despolitizou-se, entregou-se ao econômico, buscou refúgio no mercado e virou As costas para o Estado. Por essa via, os cidadãos passaram a desconfiar de seus políticos e de suas instituições, afastaram-se da política e viram a mesma ser reduzida a um amontoado de formas pragmáticas e incolores de gestão sistêmica. Permaneceu ativa, porém, uma expectativa social de “proteção” e cobertura estatal, sobretudo por parte dos setores mais marginalizados e de uma classe média que, desvalorizada e confundida, proclama seus direitos perante o Estado. Aumentou também a disposição societal de criar uma “zona de ação política” menos institucionalizada e mais subjetiva (individualista), de ação e movimentação contínua, de pressões difusas, erráticas, viabilizadas pelas maiores facilidades de comunicação e contato. Constituiu-se, assim, um impulso favorável a formas alternativas de politização, cujo teor ainda está por se explicitar. Ao longo dos anos, os governos foram se dando conta de que não poderiam mais agir de modo unilateral e desicionista. De que teriam de “ouvir mais”, negociar e assimilar a disposição societal que se anunciava, algumas vezes, pondo-se a serviço dela e, outras vezes, dialogando com ela e incorporando-a a suas políticas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a inclusão da participação no plano da gestão de políticas sociais, que repercute a aspiração por “democracia participativa” entranhada em muitos setores da sociedade civil e na própria cultura da época.

Em 1979, outros partidos políticos foram criados com pluripartidarismo, como o Partido dos Trabalhadores PT, Partido Democrático Trabalhista PDT, de esquerda, Partido Popular PP e o Partido Trabalhista Brasileiro PTB, de centro-direita.

A criação dos novos partidos políticos provocou várias discussões em relação aos rumos que o país deveria tomar. De acordo com Cícero Araujo, com o professor Marco Aurélio Nogueira (2006, p.198):

O grande objetivo a que se propôs o pensamento democrático de esquerda, entre os anos 1970 e 1980, e depois, foi o de valorizar e qualificar, no plano teórico, aquilo que no plano da sociedade já se anunciava como novidade, qual seja, o crescente protagonismo social, fazendo isso sem perder de vista que o eixo da democratização seria determinado pelo político. Em decorrência, aquele pensamento irá contrapor-se, em nome da Democracia como valor universal, tanto ao tecnicismo institucional, quanto ao voluntarismo e ao dogmatismo, que recusavam cada um a seu modo, as razões da política e as difíceis opções impostas por elas.

Após o pluripartidarismo e a criação de novos partidos, cria-se o movimento para a aprovação da emenda constitucional, proposta pelo Deputado Federal mato-grossense Dante de Oliveira, que restabelecia a eleição direta para a Presidência da República, a qual deu início à “A campanha das Diretas Já” que se espalhou pelo país e ganhou como palco os grandes comícios, passeatas e manifestações em Goiás.

2.3 Contribuições do Movimento Estudantil para o fim da Ditadura em Goiânia

O Movimento Estudantil Goiano contribuiu para o fim da Ditadura e não deixou de acreditar na mudança, manifestando-se, mesmo sob repressão e violência, quanto à imposição que os militares impuseram aos estudantes e às organizações de esquerda, em Goiás.

As ações dos estudantes goianos no campo cultural foram fundamentais para conscientizar a população mais humilde sobre as mudanças que o Brasil precisava fazer e romper com a pobreza e a miséria.

Este capítulo propôs analisar as contribuições e as formas de resistência que o Movimento Estudantil Goiano, sob orientação da UNE, efetivou contra a Ditadura, no contexto da repressão de 1964 – 1979.

Esse Movimento atraiu muitos olhares pela dinâmica arrojada que empreendeu contra os militares no campo da cultura, educação e política e nas relações de poder e conseguiram levantar muitas vozes contra a Ditadura.

Várias situações revelam essa atuação de rebelião contra a situação humilhante, a qual os militares impuseram aos estudantes, rotulando-os como baderneiros e comunistas.

Em Goiás, diante deste surrealismo, os estudantes ganhavam força para denunciarem as leis que impunham a submissão do estado brasileiro às forças internacionais. De acordo com Álvaro Fernandes de Oliveira “Nas passeatas, os estudantes universitários eram os primeiros que estavam conduzindo as manifestações, boa parte das palavras de ordem eram gritadas e colocadas pelos estudantes universitários na época”.

Os jovens goianos militantes dos movimentos estudantis criaram uma nova cultura de pensamento politizado e marcaram, nas universidades, seus espaços, propondo mudar um sistema político opressor. De acordo com Forracchi (1972, p.91) “A noção de contracultura abrange, pois, o impulso criador da reformulação da personalidade, orientado pela política da consciência como compromisso social”.

As atividades culturais eram realizadas por pessoas de grande amadurecimento intelectual, politizadas, e tinham acesso aos meios de comunicação e usavam os palcos para discussões políticas, expressando suas angústias, inquietações e aspirações.

De acordo com Henrique:

Em Goiânia, o jornalista Brasigóis Felício acabou sendo processado e seu livro Diários de André foi apreendido, alegando-se que era uma narrativa cáustica e atrevida, que expunha as mazelas e a podridão das grandes cidades, ao mesmo tempo em que debochava das leis vigentes (HENRIQUE, 2012, p.74).

Muitas ações violentas de repressão explodiram em vários momentos de contestação por parte dos estudantes e organizações de esquerda em Goiás. O Jornal “Cinco de Março” foi um importante instrumento de imprensa dos estudantes para protestarem contra a Ditadura. A grande imprensa não noticiava as ações dos movimentos sociais contrários aos militares e nem a violência dos policiais. Na visão de Álvaro Fernandes de Oliveira, entrevistado em 06 de fevereiro de 2015:

Eu vejo a mídia da época muito mesquinha e sem criatividade, havia um medo do fechamento de jornais e revistas de circulação na época e obviamente eles não divulgavam abertamente para não entrar em confronto com os militares. Aqui em Goiás, boa parte de verbas publicitárias vinham do estado, tanto da estrutura administrativa do estado de Goiás, como do governo federal. Então, vejo a participação da mídia tímida para os fatos

que estavam em andamento, tanto que boa parte do contexto da tortura e do que feito em termos de repressão, às escuras, às escondidas pelos militares, somente recentemente vieram aparecer (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015).

Para Álvaro, a grande imprensa goiana se beneficiou com a ditadura, com o medo de perder suas concessões de funcionamento e a garantia de financiamentos, muitos órgãos de imprensa não noticiavam nada em Goiás que não fosse de acordo com interesse do regime.

Este trabalho pretende demonstrar a relevância do Movimento Estudantil Goiano em um período conturbado (1964-1979) com opressão e violência nas mais variadas formas contra o povo goiano.

Nesse cenário político instável de disputa, os estudantes têm destaque na história de Goiás, na defesa da Democracia. De acordo com Maria Zeneide, entrevistada em 03 de fevereiro de 2015:

Para realizar as reuniões era complicado tanto aos estudantes quanto a nós, trabalhadores na educação, não foi fácil articular com os estudantes e os professores. Para fundar o Sindicato dos professores foi preciso reunir na casa das pessoas, às escondidas, e nos cine clube a gente discutia os filmes, também reunia os DCE, mas não era tranquilo não, éramos vigiados a gente sabia que havia muitos “dedos duros”. Muitas vezes na universidade, por exemplo, iam até nas reuniões do centro acadêmico que tínhamos no interior da faculdade. Aqui na católica nós tínhamos. Colegas foram presos, não era uma coisa muito simples se reunir, muitas vezes a reunião era nas casas de outras pessoas. A coisa ficava feia e muito complicada! (Entrevista com Maria Zeneide em 03 de fevereiro de 2015).

Após 1964, as organizações estudantis goianas se mobilizaram contra a Ditadura e protestaram contra o regime. O ano de 1968 ficou conhecido como ano da rebelião estudantil, porque em quase todo o país os estudantes foram às ruas e entraram em confronto com a política, reivindicando o retorno do estado de direito. Para o entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015:

A violência policial contra os estudantes encorajava outros estudantes a tomar atitude mais agressivas na época, em relação ao que estava ocorrendo, então estes fatos revelaram algumas lideranças que também sofreram repressão pelos militares na época. (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015).

Para Álvaro, a violência e as injustiças cometidas contra os estudantes universitários goianos fez aparecer outras lideranças contrárias à Ditadura.

Os estudantes realizaram greves e levantaram bandeiras de diferentes matizes, tornando o Movimento Estudantil Goiano uma espécie de “alavanca” para o levante popular contra as arbitrariedades cometidas pelos militares.

Durante os protestos e com apoio popular, os estudantes tiveram importante papel no aprofundamento das denúncias e na mobilização social contra o regime.

As manifestações contrárias à ditadura se espalharam por muitas capitais, cidades do interior de Goiás e do país. A cada protesto conseguiam maior participação popular e muitos estudantes deixavam a sala de aula para protestar e com essas ações chamarem a atenção de muitas pessoas e organizações sociais que não concordavam com a Ditadura.

Em defesa ao nacionalismo e contra as políticas educacionais do acordo MEC-USAID que propunha um conjunto de medidas para privatizar e desmontar o ensino público universitário no país.

Os estudantes goianos levantaram bandeiras de luta em defesa do ensino público, organizando uma série de mobilizações contra a Ditadura, em defesa do patrimônio nacional, e da universidade pública para que se convertesse em um espaço democrático que abrangesse todas as classes sociais e encontrar solução aos problemas nacionais.

O Cartunista Francisco Carlos Fróes se destacou em Goiás, na época, criando várias charges criticando a ditadura; mesmo sendo perseguido, não desistiu das críticas por meio do humor, que facilmente era interpretado pelo povo.

O Jornal “Cinco de Março”, em Goiás, era o principal espaço que alguns artistas encontravam para manifestarem-se. Vários cartunistas e jornalistas fizeram história, como: Jorge Braga, Paulo Gonçalves e Francisco Carlos com suas charges humorísticas e críticas.

Nem tudo era conformismo na imprensa goiana, durante a ditadura, muitos jornais oposicionistas circulavam sob o olhar dos censores e da polícia e um exemplo disso foi o Jornal “Cinco de Março” que resistiu por 23 anos, deixando um legado importante, desde a sua criação em 1959.

O jornal recebeu o nome de “Cinco de Março,” após uma forte repressão da polícia a uma manifestação de estudantes secundaristas – que protestavam contra o aumento das passagens no transporte coletivo e das mensalidades escolares – ocorrida no dia cinco de março, por isso o jornal foi assim batizado.

Os líderes do Jornal Cinco de Março eram os estudantes Telmo Faria, Batista Custódio e Javier Godinho da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES). Os três lideraram a criação do jornal, e contavam com a participação de outros estudantes ligados à UGES, como Consuelo Nasser, Valterli Guedes e Zoroastro Artiaga.

Para imprimir o jornal, os estudantes goianos conseguiram uma tipografia doada pelo Jornal de Notícias, de Alfredo Nasser e vendiam o jornal a um preço barato que caiu na simpatia do povo. Apresentavam várias críticas em forma de charge.

Apesar da censura e do enfraquecimento da vida democrática durante a ditadura advinda do golpe em 1964, o Jornal Cinco de Março continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e a violência policial.

Os militares perseguiram e reprimiram muitos artistas goianos, que sofreram na mão da ditadura vendo suas obras serem censuradas.

O espaço de maior produção artística de Goiás passou a ser monitorado pela polícia, sendo os principais alvos o movimento estudantil nas universidades e o Colégio Lyceu de Goiânia.

Em Goiás, nos anos de 1970, foram criadas várias peças que contestavam os militares e denunciavam as injustiças. Neste momento, surgiu, na UFG, o teatro de Galpão que não era aceito pela universidade e funcionava no DCE, com espetáculos vigorosos e violentos em uma linguagem cênica. De acordo com Henrique (2012, p. 82) “O espaço físico do DCE era uma espécie de salão de festas, onde eram realizados famosos bailes à época e outras apresentações culturais. Um palco de ideias, luta artística e intelectual”.

Outros espetáculos contestadores aconteceram, como o “O Jogo dos Reis”, de Carlos Fernando Magalhães. O goiano dramaturgo Hugo Zorzetti criou várias peças teatrais e reunia muitos jovens idealistas com o “Teatro de Exercício”, que deu grande impulso nas atividades culturais goianienses na época.

O “Teatro de Emergência” criado no Jôquei Clube de Goiás despertou o interesse de muito outros artistas a criarem outros espetáculos de cunho político e social no estado de contestação ao regime.

De Acordo com Henrique:

No que se refere a uma linha mais engajada dentro do Teatro de Emergência podemos citar a encenação da peça “Mutirão em Novo Sol”, uma coletânea de textos de Nelson Xavier, Augusto Boal, Hamilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito Araújo. Esta peça denunciava a exploração do homem do campo pelos coronéis, donos das terras. Incentivado pelo CPC (Centro Popular de Cultura) de Goiás e com o apoio do Governador Mauro Borges no que se referia, dentre outras atividades, a disponibilizar caminhões da frota oficial para buscar lavradores para assistir às apresentações, a direção do espetáculo coube a Lázaro Silva, que arregimentou vários jovens militantes de esquerda ligados ao CPC. Além destes integraram, também, vários operários e pessoas simples do povo dando um peso que se somava às vozes dos atores. [...] Após a prisão de Bênio, o Teatro de Emergência foi totalmente destruído pelos militares que acabaram com todos os equipamentos e demais instalações. (HENRIQUE, 2012, p. 80-1-2).

Os militares reprimiram e fecharam muitos locais usados pelos artistas na produção das peças teatrais.

Conforme Henrique:

No Lyceu, nos idos de 1973, o Grupo TESE foi impedido de ensaiar, dadas algumas acusações infundadas de festas regradas a sexo e drogas por atores, no auditório do estabelecimento de ensino durante os ensaios. Esse contexto já deixam claras as perseguições ideológicas que o grupo sofreria adiante. Diante dessa situação, transferiram-se para uma oficina mecânica de propriedade do pai de uma das atrizes do grupo e chegaram, posteriormente, a se reunir debaixo de uma mangueira, no quintal da atriz Terezinha Fernandes. (HENRIQUE, 2012, p. 82-3).

O teatro goiano sofreu as imposições, restrições e censura por parte da ditadura, mas de acordo com Henrique (2012) não deixou se abater e continuou a produzir peças teatrais cada vez mais críticas sob o regime, conscientizando o povo e defendendo o estado de direito.

O Teatro Universitário da UFG, vinculado ao Departamento de Educação e Cultura, todo o texto das peças teatrais era submetido ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) do Departamento da Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça que liberava ou não o espetáculo. De acordo com Henrique (2012), o escritor Miguel Jorge foi um dos grandes escritores goianos com várias peças e ganhou fama, prestígio e suas peças retratam em grande parte, a liberdade de expressão e denunciavam as injustiças sociais.

O Teatro da UFG, que antes era palco de grandes debates políticos, era censurado e os textos tinham que passar pela aprovação do SCDP, como a obra de Miguel Jorgiana “O Visitante, Os Angélicos” que teve vários trechos censurados pelos militares, um prejuízo para a cultura goiana. Para Henrique (2012, p. 59-60):

Os documentos administrativos deste período evidenciam pelo menos três fases da censura na ditadura militar, assim constituídas: a primeira de reformulação administrativa da estrutura censória, entre os anos de 1964 e 1972; a segunda, de centralização da censura teatral, a partir de 1967; e a terceira entre 1975 e 1978. Podemos perceber a sua forma ostensiva pelo aumento significativo de peças proibidas a partir do golpe militar. No ano de 1968, quando o Ministério da Justiça intensificou o plano de centralização da censura teatral, houve, por exemplo, como no espetáculo I Feira Paulista de Opinião, oito análises de peças identificando supostas transgressões, como o descrédito nas instituições nacionais, desmoralização das forças Armadas, prejuízo nas relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Bolívia e apologia ao regime cubano, exaltação das ações das guerrilhas, dentre outros. [...] Entre 1968 e 1969, em torno de 27 peças teatrais sofreram interdições censórias porque apresentavam conteúdo político e 13 porque evidenciavam aspectos morais. (HENRIQUE, 2012, p. 59-60).

Para Henrique (2012), as ações do regime militar não desanimaram os artistas goianos como no restante do país; eles encontraram formas de driblar a polícia e dar o recado denunciando a opressão do poder, e as injustiças sociais nas entrelinhas das peças teatrais, em uma linguagem simbólica, deixavam a mensagem ao povo e, mesmo com a restrição da censura e o decreto AI-5, tiveram uma participação importante nas ações contra a ditadura em Goiás.

Na visão dos militares, os artistas criticavam o imperialismo americano e exaltavam o comunismo. Por isso, tinham suas peças teatrais censuradas e aquele que insistia era preso e torturado. Para Henrique (2012) era fácil perceber a influência dos militares nas escolas oficiais de teatro, a exemplo da Escolinha de Arte Veiga Valle, em Goiânia.

2.4 Anistia Política em Goiás

Em nossa história há inúmeros fatos que elucidam a luta do povo goiano contra a Ditadura e pela Lei da Anistia. Várias pessoas, que saíram do país deixando seus familiares para não serem presas ou mortas, pelo simples ato de reivindicarem o retorno do estado de direito, tinham agora a oportunidade de retornarem ao país. Para o entrevistado Álvaro Fernandes de Oliveira, em 06 de fevereiro de 2015:

A lei de Anistia buscava o apaziguamento de um confronto político social, então essa lei beneficiou um grande número de pessoas que foram simplesmente lançadas para fora do nosso país. Foram viver no estrangeiro por estarem filiadas a uma corrente política ou uma determinada ideologia,

a simples manifestação dessas pessoas, como professores, escritores políticos e lideranças de uma forma geral, implicava na sua exclusão, da proteção constitucional que todo cidadão deve ter. Então veja bem, foram anistiadas as pessoas que tiveram o exílio por questões de ordem político – ideológico; agora com relação aos torturadores, na medida que era uma pessoa que estava submetida só a um grupo policial ou político que tinha vínculos com o estado na época, ele representava o estado reprimindo a pessoa, independente da sua crença. Esse tipo de repressão tem que ser coibido. Não é justo que o estado, que tem sua legitimação via constituição federal, tenha seus agentes livres de uma atitude que era contra a própria lei, os princípios aos quais o Brasil aderiu quando da criação da ONU, era com relação aos direitos humanos fundamentais e todos eles foram respeitados por agentes por uma simples questão de divergência político ideológico. No meu entender, os torturadores jamais poderiam ter sido anistiados, é obvio que se quem detém o poder no caso: a Ditadura, os militares é que vão homologar a Anistia. Obviamente, eles colocariam a Anistia como uma abrangência ampla e restrita, mas nada que posteriormente os representantes estatais possam rediscutir essa situação. Os torturadores, aqueles que mataram várias pessoas sem qualquer capacidade de defesa, eles ofenderam a integridade física dessas pessoas, as atitudes que ele tomava em relação àquela pessoa o torna o mesmo que um assaltante, um bandido comum. Por essas razões eles deveriam e devem ainda responder pelos seus crimes (Entrevista com Álvaro Fernandes de Oliveira em 06 de fevereiro de 2015).

Para Álvaro Fernandes, a lei da Anistia permitiu que os exilados voltassem ao país, porém, os militares também se anistiarão dos crimes que cometeram contra a nação, crimes que jamais poderiam ser esquecidos ou deixados sem punição. Eles sancionaram a lei da Anistia, e milhares de pessoas puderam voltar para casa, mas anistiarão também seus crimes frente a população brasileira, e nenhum Presidente até o presente momento, revogou a lei ou alterou o seu teor, para que esses torturadores corruptos fossem punidos pelos seus crimes.

A Lei da Anistia é um símbolo da negligência do Estado brasileiro com seus cidadãos, é um trauma deixado pelo regime, na história do povo brasileiro.

Nós temos em nossa recente história de Goiás e do Brasil a prisão e saída de muitos brasileiros, como; Caetano Veloso indo para a cadeia, Chico Buarque indo pra Itália, no exílio; João Ubaldo e Rubem Fonseca tendo seus livros censurados. Plínio Marcos caindo no ostracismo, professores universitários como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes deixando o país.

A companhia de aviação PanAir sendo fechada e seus voos internacionais sendo cancelados para dar lugar à empresa Varig. A Rede Globo crescendo em detrimento da TV Excelsior, porque apoiava a Ditadura. Enfim, era uma transferência econômica de um grupo para o outro para beneficiar àqueles que os apoiaram no golpe de 1964.

A ditadura não era só um combate de uma ou outra organização social de esquerda, sindical ou estudantil, era o país inteiro que estava sofrendo com o regime.

Na época da ditadura, o brasileiro era considerado inimigo, um criminoso, um combatente, o estado sempre estava preocupado em não ser manipulado pelo povo, quando devia ser o contrário, pois ele existe para garantir a vontade do povo e não para escravizá-lo.

A necessidade de sair do país para não ser torturado e poupar sua vida e de sua família, fez muitos goianos, como o restante do país, se mudar, sair de forma clandestina ou se esconder no interior do Brasil, mudar de nome para não serem presos.

Os goianos, diante desse novo despertar, buscavam trazer de volta os companheiros exilados e libertar os presos políticos.

Para isso, fortaleciam essa luta, sensibilizando e mobilizando as famílias de forma pacífica, tendo como apoio o MDB, único partido de oposição permitido na época. Fortalecer o MDB era uma estratégia para conseguir a Anistia.

No decorrer deste capítulo são abordadas algumas entidades que protagonizaram acaloradas discussões na luta pela Anistia e as organizações políticas para que a lei fosse aprovada em 1979.

Os instrumentos das relações entre as organizações políticas de esquerda com os militares caracterizaram-se em uma relação violenta, lutaram muito nos anos da ditadura. Para Álvaro Fernandes de Oliveira (2015); “Os militares não queriam sair do poder, porque eles se sentiam donos do Brasil, do país e a população seria escrava do governo”.

Os Direitos Humanos são o resultado de uma longa discussão entre filósofos e juristas acerca da sua abrangência e alcance dos direitos inerentes à pessoa humana que emana da condição de indivíduo nas suas relações entre indivíduos. De acordo com Gonçalves (2013, p. 35) “A ideia de igualdade entre os homens, independentemente de cor, raça, etnia padece diante de contextos axiológicos, pois a igualdade ostentada, atualmente, no campo do direito, se apresenta absoluta, apenas no campo teórico”.

Para Gonçalves (2013) as noções de direito humano e liberdade acabam por influenciar uma nação inteira, as quais com sentimento de liberdade física e de pensamento lutaram para aprovar a Lei da Anistia, em 1979.

A luta pela anistia política no Brasil foi protagonizada pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), Partidos de Esquerda e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), militantes dos Direitos Humanos, estudantes, jornalistas, ex-presos políticos, exilados, cassados, familiares de mortos e desaparecidos políticos até resultar na Lei nº 6.683, em 28 de agosto de 1979, quando foi promulgada pelo Presidente João Batista Figueiredo. Ficou conhecida como Lei da Anistia. Segundo Gaspari (2014, p. 314) “Na conta de Therezinha Zerbine, havia 5 mil brasileiros exilados e trezentos presos. Nas contas do governo, cerca de 7 mil pessoas haviam sido cassadas, banidas, aposentadas ou atingidas por outra modalidade de arbítrio”.

A Ditadura foi violenta e custou a vida de muitos goianos e brasileiros que não se calaram diante das atrocidades cometidas pelos militares. A prática de tortura deixou doentes psicologicamente e com sequelas. Muitos foram obrigados a confessarem crimes que não tinham praticado e que nem sabiam, para não morrerem ou para não serem torturados mais. A tortura é uma das piores práticas contra o ser humano.

O retorno do estado de direito produziu reações da sociedade goiana com a possibilidade da aprovação da Lei da Anistia, alguns jornais censurados divulgaram os sentimentos da sociedade com a possibilidade do retorno de vários exilados. Para Gonçalves (2013, p. 40) “A expressão “Direitos Humanos”, assim como outros ramos do Direito, passou por gradativas transformações ao longo dos anos, seja quanto à dominação, abrangência, efetividade e dimensão política”.

A Ditadura no Brasil legitimou-se através de ações que beneficiaram as classes econômicas dominantes e tinha que desarticular e manter os sindicatos, organizações sociais e estudantis sob controle do estado. Para Gonçalves (2013, p. 66) “A pretensão de legitimidade da Ditadura vai além da tentativa de implantar um regime de obediência para um sistema de poder”.

Para Gaspari (2014) a abertura política gradual anunciada por Geisel refluía a capacidade de desmobilizar a sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade mobilizava-se, de forma lenta e segura para mudar os rumos da política no país e trazer os exilados de volta para sua casa. No depoimento de Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva, segundo Alves:

A Anistia foi um processo de luta, foi um processo que saiu às ruas, começou com essa distensão do Golbery e Geisel. Na realidade ela começou do lado da direita, do lado da Ditadura. Porque tinham que se distender; o modelo já estava se esgotando, as forças econômicas do país estavam exigindo a mentalidade política. As grandes massas foram para as ruas; o MDB e a OAB tiveram um papel importantíssimo, todos eles somados. Os estudantes, principalmente os universitários, capitanearam uma grande frente dessa luta (ALVES, 2013, p.85).

O MDB tornou-se uma alternativa de poder para oposição aos militares nas eleições, em 1974. Os militantes da esquerda e de várias organizações sociais e estudantis aguardavam a aprovação da lei da Anistia para retornarem de maneira triunfal.

Os estudantes goianos participaram dos movimentos políticos das disputas e configuravam-se nos espaços das relações de poder entre oposição e os dominantes. Um sistema simbólico de poder que expressam as relações próprias de uma comunidade até organizar-se em ações integradas comuns. Para Cruz (2013, p.52) “Essas reflexões possibilitam compreender que em cada determinada sociedade, em cada momento histórico, organiza-se um conjunto das representações sociais, segundo um sistema institucional de classificação que lhe é próprio”.

Em 1970, o partido comunista perdeu sua hegemonia e parte da juventude estudantil, militantes da esquerda universitária aproximaram-se do MDB para fazer o partidão e derrotar os militares nas eleições. De acordo com Gaspari (2014, p.328) “Os estudantes voltaram à vida política nacional logo depois do início do ano letivo de 1977”.

A lei nº 6.683/79 concedia anistia desde 1961 - 1979 aos brasileiros que cometeram crimes políticos e tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, e aos Servidores dos Poderes Legislativos e Judiciários, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais.

De acordo com Araújo:

Mesmo quando a entidade foi fechada pela ditadura militar, os estudantes saíram às ruas declarando que, enquanto estivessem lutando, a UNE estaria viva; porque a UNE era nada menos do que eles próprios atuando politicamente. Este era o sentido da palavra de ordem dos anos 1970 e 1980: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz” (ARAÚJO, 2007, p. 18).

No Brasil e no exterior foram formados comitês que reuniam filhos, mães, esposas e amigos de presos políticos para defenderem uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados no período da repressão política. Para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 28):

No âmbito político, 1979 é o ano da Anistia, que foi aprovada em 28 de agosto, envolvendo questões polêmicas a serem abordadas logo adiante neste livro-relatório. Mesmo incorporando o conceito de crimes conexos para beneficiar, em tese, os agentes do Estado envolvidos na prática de torturas e assassinatos, a Lei de Anistia possibilitou o retorno de lideranças políticas que estavam exiladas, o que trouxe novo impulso ao processo de redemocratização. Nesse mesmo ano, foi aprovada a reformulação política que deu origem ao sistema partidário em vigência até os dias de hoje. Desde 1978, no entanto, vinham se repetindo atentados a bomba, invasões ou depredações de entidades de caráter oposicionista, jornais e mesmo bancas de revista, cuja autoria sempre foi interpretada como só podendo caber aos integrantes do aparelho de repressão. Naquele ano, registraram-se 24 atentados desse tipo, somente em Minas Gerais. Praticamente coincidindo com o primeiro aniversário da Lei de Anistia, em 27 de agosto de 1980, uma bomba explodiu na sede da OAB do Rio de Janeiro, causando a morte da secretária Lyda Monteiro da Silva.

O movimento pela Anistia foi iniciado pelo movimento feminino e o Comitê Brasileiro pela Anistia, com várias unidades estaduais, impulsionados por lideranças como Therezinha Zerbini, Mila Cauduro, Luiz Eduardo Greenhalgh, Eny Raymundo Moreira, Madre Cristina Sodré Dória, Iramaya Benjamin, Helena Greco, Lícia Peres, Teotônio Vilela, Paulo Fonteles junto aos familiares das vítimas abriram caminho para a promulgação da Lei em 1979.

De acordo com Rodeghero:

Apesar de uma nova geração ter despontado para o debate político na segunda metade dos anos 1970, boa parte daquelas pessoas que passaram a defender a causa da Anistia tinha relações com os grupos derrotados em 1964, com aqueles calados em 1968 ou, ainda, com os grupos armados que tiveram sua atuação mais forte após o AI-5 (RODEGHERO, 2011, p. 14).

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) começou no final do ano de 1975, e tinha como proposta denunciar as repressões que o governo militar havia imposto aos brasileiros. Em 15 de maio de 1975, foi publicado o Manifesto da mulher brasileira e de acordo com Rodeghero (2011, p. 29)

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos

antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a ideia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação. (RODEGHERO, 2011, p. 29).

Muitas mulheres viram seus cônjuges, filhos e amigos serem torturados e assassinados pelos militares. Esse movimento foi bem recebido por vários movimentos sociais e conquistou a simpatia de inúmeras organizações políticas no país. De acordo com Redeghero (2011, p. 29) “[...] teve apoio do Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que vinha se destacando na defesa dos Direitos Humanos e que havia manifestado a respeito da Anistia durante a páscoa, em 1975”.

O movimento MFPA foi fundado por Therezinha Zerbini e espalhou-se pelo Brasil, dando legitimidade à luta pela Anistia, e conseguiu um grande número de novas adeptas e de acordo com Redeghero (2011, p.29) “Os passos iniciais da organização foram a busca de contatos com o MDB, com a Igreja Católica, com a OAB e com mulheres de outros Estados brasileiros”. Estratégia essa que fortaleceu o movimento pela Anistia.

Em 1976, foi um momento importante para a contraposição à política autoritária dos militares. Esse ano era de eleições para vereador e a maioria dos candidatos era do MDB; deu-se início a mobilização e a conscientização do povo transformando em propostas a luta pela Anistia, que ganhou destaque entre os jovens que desejavam mudanças políticas, econômicas e lutavam por mais igualdade e justiça social. De acordo com Redeghero (2011, p. 58 – 9) “Propunha-se, neste sentido, a organização de “concentrações, atos públicos, debates, visando a um maior esclarecimento da população”. [...] “nós precisamos trazer nossos companheiros de volta”.

Em 1972, nasceu o Instituto de Educação Profissional e Ensino Superior (IEPES), que passou a incorporar indivíduos provenientes do meio universitário e de várias organizações sociais perseguidos pelos militares, tais como militantes de esquerda, dos meios sindicais, ex-militantes da luta armada, secundaristas, trabalhistas e da UNE.

De acordo com Redeghero:

O IEPES e o Setor Jovem, especialmente o Setor Jovem Metropolitano, são caracterizados pela Cientista política Eliana Tavares dos Reis como “instancias de engajamento da ‘juventude de esquerda’ do MDB. O IEPES “possuía o objetivo explícito de debate político/intelectual e de formação política”. Apesar da forte presença de jovens, era composto por membros de diferentes gerações, com diferentes bagagens de formação e engajamento político, e os cortes etários e ideológicos eram bem definidos. (RODEGHERO, 2011, p. 55-6).

Para Redeghero (2011), os IEPES lutaram lado a lado com MFPA na luta pela Anistia e fortaleceram o movimento jovem dentro do MDB, partido político que nasceu com bipartidarismo em 1966, sendo oposição oficial aos militares.

O trabalho político do MFPA e do MDB foram fundamentais para pressionar o regime na abertura política, pois faziam um trabalho de conscientização de suas bases.

Era preciso romper com as velhas políticas e anunciar novas mudanças, porque as novas gerações precisavam de formação e mais engajamento político. Redeghero (2011, p. 67) “O MFPA agradecia a políticos que se manifestaram publicamente em favor da Anistia nos parlamentos ou em campanha eleitoral”.

O movimento MFPA usou a imagem da família para sensibilizar e buscar apoio à campanha, era conveniente para o início da luta pela Anistia, e trazer de volta os exilados; muitas mães e esposas foram para as ruas reforçar o movimento.

Conforme Redeghero:

Reunir a família dilacerada é um esforço intimamente ligado a outro: o de voltar para casa. E, se o Brasil foi entendido como uma família dilacerada pelas diferenças políticas, ele também foi visto como a casa, a terra para onde os excluídos do seu convívio ansiavam em voltar. O episódio da morte de João Goulart no exílio, seu funeral e as homenagens póstumas mobilizaram intensamente essas representações (RODEGHERO, 2011, p. 73).

Em 1977, a luta pela anistia e o MFPA sentiu a repressão dos militares na missa de 30 dias da morte de Jango e perceberam que ainda não havia espaço para manifestações de ruas e nem palavras de ordem, como Anistia e Liberdade.

O engajamento de mulheres na política e nos movimentos sociais despertou o desejo de várias em ocupar espaços públicos, principalmente aquelas que tinham o ensino superior, pois viam suas potencialidades sendo desperdiçadas.

Em 1977, também retornaram às ruas do país os movimentos estudantis. Em Goiás não foi diferente na reconquista das ruas, marcaram o retorno dos

movimentos sociais e a meta era reestruturar as entidades desmontadas com o golpe na luta pelo fim da ditadura.

De acordo com Gaspari:

Depois do “Pacote de Abril”, o ronco dos estudantes fez-se ouvir novamente. Pediam a libertação dos presos políticos, o restabelecimento das liberdades democráticas, e distribuíram uma carta aberta à população: “Hoje, consente quem cala”. Na primeira semana de maio, a Universidade de São Paulo iniciou uma greve que tirou 60 mil jovens das salas de aula, levando 10 mil às ruas, onde se viram aplaudidos pela população. Quando começou a chuva de papel picado, os jovens se abraçavam. Alguns choravam. A movimentação irradiou-se, com graus variáveis de mobilização, por Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Um silêncio mostrava que aquela garotada era mais esperta do que se pensava e estava mais organizada do que se supunha. Ninguém gritava “Abaixo a ditadura”. De maneira geral, a imprensa respeitava um código de cumplicidade: não se fotografavam rostos e não se identificavam líderes. (GASPARI, 2014, p.403).

Para Gaspari (2014) os movimentos estudantis estavam de volta e as organizações de esquerda que seguiam as orientações do PCB participaram da reconquista das ruas com os estudantes.

O regime enfrentou com cautela as manifestações pelo país. Que para Le Goff (1996, p.13) “A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo”.

Na visão dos autores da lei da Anistia em 1979, houve um ganho extraordinário para a Democracia no País, mesmo com as divergências em que a lei protege os torturadores. De acordo com a comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 36) “Lei de Anistia que oferecia cobertura aos que violaram Direitos Humanos no exercício da repressão política nunca houve consenso ou maioria no Congresso para introduzir mudanças desse teor”.

Em 1980, o MFPA mudou de nome, passando a chamar-se movimento para Anistia e Liberdades Democráticas, marcado pelo vigor nacionalista do ano anterior, em que foram grandes as conquistas em consequência de todos os anos de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou as principais lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil e investigou as formas de resistência à ditadura militar entre os anos de 1964 e 1979. O Movimento Estudantil Goiano, nesse período, desempenhou um papel fundamental na vida social e política dos Goianos. A ênfase trabalhada nesta dissertação privilegiou a construção do sujeito político: os estudantes goianos, em um processo complexo, que implica em um movimento social e político.

A pesquisa contribui para explicitar a natureza complexa e contraditória do período e estimula a reflexão sobre os estudantes universitários e a ditadura militar. As entrevistas concedidas nos norteiam em como os estudantes goianos se articularam politicamente contra o regime militar.

As entrevistas com ex- militantes do Movimento Estudantil Goiano foram processadas no campo da memória. A memória desses militantes tende a ser esquecida com o tempo, as imagens que dela derivam denotam o caráter da ação dos estudantes goianos em defesa da sociedade com uma consciência política; reconhecem como inimigos, os militares, que através de um golpe tomaram o poder em 1964.

Nesta perspectiva, foram entrevistados ex-militantes que atuaram no movimento contra a Ditadura, tais como: Euler Ivo Vieira, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, Álvaro Fernandes de Oliveira e Laurenice Noletto Alves.

O critério utilizado na escolha dos entrevistados foi a atuação de cada um no movimento contra Ditadura. Além das entrevistas, foram utilizados fontes bibliográficas, arquivos, documentos, jornais e revistas da época que referenciaram a participação dos jovens goianos universitários no Movimento Estudantil em tempos de Ditadura.

Com base nas memórias dos entrevistados, eles se encontravam em posição privilegiada em relação à maioria dos brasileiros que era analfabeta na época, defendiam a educação pública e gratuita e a bandeira do nacionalismo. Os depoimentos dos ex-militantes do movimento contra a ditadura foram fundamentais para entendermos a atuação dos mesmos contra o regime.

No plano das reivindicações, a principal pauta na agenda do ME era a luta pela reforma universitária e o retorno do estado de direito. O conhecimento e a

consciência construída pelos movimentos estudantis ao longo das diferentes fases da ditadura representaram uma contribuição valiosa para o retorno do estado de direito.

O Movimento Estudantil e as organizações de esquerda, em Goiás, em tempos de ditadura, passaram uma fase complexa e significativas lutas políticas contra o regime.

As narrativas construídas pelos ex-militantes evidenciam o caráter político do movimento e as influências de esquerda são justificadas pela atuação política partidária.

As lutas dos estudantes e da sociedade civil organizada goiana avançaram na conquista de espaços contra o regime, fortalecendo o diálogo político entre os movimentos sociais e as organizações de esquerda, para garantir um projeto sustentável de luta contra o regime.

A deposição do Governador Mauro Borges, em Goiás, foi o estopim que levou milhares de estudantes à Praça Cívica, em defesa do governador contra a ditadura. Essa imagem dos estudantes demonstra que os mesmos estavam organizados e não aceitavam os militares no poder.

O envolvimento dos estudantes com a política partidária de esquerda constituiu um importante canal de acesso nas relações de poder e na construção de uma identidade.

Nesta condição processual e política reconhecemos os aspectos individuais e coletivos dos ex- militantes em Goiás, nas relações de disputa de poder.

Os estudantes goianos decidiam suas ações neste contexto de incerteza em tempos de Ditadura, sob repressão e violência; porém, na clandestinidade, os estudantes organizaram múltiplas ações que envolveram vários aspectos simbólicos e materiais que seriam usados nas ações contra a ordem vigente na época.

O regime militar iniciou sua escalada, aterrorizando, praticando terror físico e mental contra os brasileiros para implementar um modelo de governo.

Os militares precisavam eliminar de cena todos aqueles que podiam propagar circulação de ideias contrárias ao regime e atrapalhar os seus planos de governo. É neste contexto que o Movimento Estudantil Goiano passa a sofrer perseguições.

Os jovens goianos estudantes foram protagonistas na história de Goiás, de um movimento organizado contra políticas autoritárias, em defesa do Nacionalismo, Universidade Pública e Democracia.

O Movimento Estudantil Goiano tem uma identidade política ligada à esquerda e fez várias manifestações radicalizando contra o regime no período de (1964 – 1979).

Esse movimento tão importante, com tendências específicas, procurou transformar as relações de poder e de dominação exercidas, com recursos culturais, na produção de peças teatrais e músicas contrárias às forças políticas na época, conscientizando a sociedade brasileira de que o Brasil é dos brasileiros e não dos militares.

A politização dos estudantes nas universidades foi uma experiência única na formação de diversas lideranças que visaram destituir os militares do poder, com uma articulação coletiva que influenciou o cenário político em Goiás.

Por fim, convém salientar que a Ditadura criticou, perseguiu e reprimiu o Movimento Estudantil Goiano, sobre a alegação das influências políticas que os militantes exerciam na sociedade contra o regime Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Jose Augusto Guilhon. *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina: Teoria e Método Sociológico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. *A Extensão Universitária: Uma Terceira Função. Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Goiânia, 1991.
- ALVES, Célia Maria. CÔRTEZ, Vera. *Memórias Transcritas Depoimentos*. Ed. CEGRAF/UFG, Goiânia, 2013.
- ALVES, Laurenice Noletto. *Flores no quintal: memórias de sonhos e de lutas*. Ed. Kelps, Goiânia, 2013.
- ARANTES, Aldo. *Alma em Fogo: Memórias de um Militante Político*. São Paulo. Ed. Livraria Anita; Fundação Maurício Grabois. 2013.
- ARAUJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis. Da Fundação da UNE aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro. Ed. EDIOURO Publicações S.A. 2007.
- ARNS, D. Paulo Evaristo Cardeal. *Brasil Nunca Mais*. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás. História de uma Grande Traição*. 2. ed. Goiânia: Ed. UCG; Ed. Vieira, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico. Memória e Sociedade*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Trad. Paula, Sergio Goes de. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2008.
- BRUNEAU, Thomás C. *O Catolicismo Brasileiro em época de Transição*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 1974.
- CARDOSO. Maria Divina Costa. *Movimento Estudantil em Goiânia 1960 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações. Memória e Sociedade*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. DIFEL S.A, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil*. São Paulo: 2006
- CHIAVENATO, Júlio Jose. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

CRUZ, Fabíola Peres. *Jovens Estudantes do IEG: Memórias do Movimento Estudantil (1964 a 1968)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia, 2013.

CUNHA, Bruno Domingues. *História da Esquerda em Goiás (1960-1979)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. *Comissão Especial Sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: 2007.

DUARTE, Terezinha. *Se as Paredes da Catedral Falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985)*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

FÁVERO, M. L. A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, 2006.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

GASPARI, Élio. *O Sacerdote e o Feiticeiro. A Ditadura Encurralada*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

GONÇALVES, Priscila Madruga Ribeiro. *Operação Condor: Lei de Anistia nº 6.683/79X Tratados de Direitos Humanos*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Goiânia, 2013.

GROPPO, Luís Antônio. *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil*. Campinas – SP: Ed. Autores Associados, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*: Trad. Benoir. Laís Teles. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HENRIQUE, José Carlos. *O Teatro Goiano no Contexto da Ditadura Militar: A Dramaturgia De Miguel Jorge*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia, 2012.

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Jornal Folha de Goiás, 8 de abril 1964. Intervenção. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Cinco de Março, 29 de março de 1965. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 15 de setembro de 1965. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 22 de setembro de 1966. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 23 de setembro de 1966. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 7 de março de 1967. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 2 de abril de 1968. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 21 de junho de 1968. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 5 de dezembro de 1968. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Folha de Goiás, 16 de Janeiro de 1970. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

Jornal Classe Operaria, setembro de 1977. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [ET. AL] 4. ed. Campinas - SP. Ed. UNICAMP, 1996.

MELO, Carolina Abbadia. *Resistência em Pauta: Movimento Estudantil nas Páginas de o Popular em 1968*. Estudos, Goiânia, v.38, n. 4, p 707 -730. Out/dez. 2011.

MENDES JUNIOR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1982.

PAULA, Gil César Costa de. *A Atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)*. Goiânia: Ed. Vieira, 2009.

PEREIRA, Antony W. *O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História& História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

POERNER, José Artur. *O poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Ed. CMJ, 1995.

Política - anos do golpe militar. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/em-nota-cnbb-afirma-que-golpe-militar-foi-erro-historico.html>. Acesso em 02/04/2014, 12h42.

RÉMON, René. (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. Elaboração OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Volume 8, Número 1, Publicação Semestral. ISSN 1516-7658. Janeiro-Junho de 2005.

REVISTA ISTO É. O Golpe de 1964 Destruíu Minha Família. Especial 50 Anos do Golpe: Os 20 dias que mudaram o Brasil. 02 de abril de 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. DIENSTMANN, Gabriel. TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2011.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique. Gonçalves, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1979.

SALLES. Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar Em Goiás: Depoimentos Para a História*. Ed. Poligráfica OFF - Set e Digital, Goiânia, 2008.

SANTOS, D. Fernando Gomes dos. *Mensagem de Páscoa – 1968*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia – pasta 1. Mimeografado.

SANTOS, Nilton. *História da UNE: Depoimento de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, vol. 4, 1980.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 12. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.

SOUZA. Dalva Borges de. *Goiás & Sociedade Estado*. 2. ed. Goiânia. Ed. Cânone LTDA, 2009.

VICENTE, Keides Batista. *RETRATOS DE GOIÁS: Memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960*. Instituto de História. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. Goiânia, 03 de fevereiro de 2015. Ex- militante estudantil, aluno do curso de pedagogia, fez parte da associação dos educadores, ajudou na formação do sindicato dos professores, escrevia para o Jornal do DCE, participou diretamente do movimento contra a ditadura.

ALVES, Laurenice Noletto, Goiânia, 06 de fevereiro de 2015. Aluno do curso de Jornalismo na UFG, Simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuava no DCE da UFG, grupo de teatro da UFG, Teatro Universitário de Galpão, ajudou a Fundar Cooperativa de Jornalismo, fundou o Jornal Pelego, fazia jornalismo contra a ditadura e participou diretamente do movimento contra a ditadura.

OLIVEIRA, Álvaro Fernandes. Goiânia, 06 de fevereiro de 2015. Ex-aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo, e do Curso de Direito da PUC. Fez parte grupo Anarquista do curso de arquitetura em tempos da ditadura e participou diretamente do movimento contra a ditadura.

VIEIRA, Euler Ivo. Entrevista. Goiânia, 11 de fevereiro de 2015. Ex-militante estudantil, ex-presidente da União Goiana de estudantes Secundaristas (UGES), Filiado ao PC do B em Goiás e participou ativamente contra a ditadura.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÁS EM TEMPOS DE DITADURA (1964-1979)**. Meu nome é **GEZIEL ALVES PEREIRA**, sou o pesquisador responsável, mestrando em História Cultural, com área de concentração em Cultura Poder. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **GEZIEL ALVES PEREIRA**, ou com a orientadora da pesquisa Prof^a. Dr^a **MARIA DO ESPIRITO SANTO ROSA CAVALCANTE RIBEIRO PUC-Goiás**, nos telefones (62) 3546-9607 (62) 3946-1675 ou através dos e-mail alvesgeziel@hotmail.com e mariarosacavalcante@gmail.com . Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, telefone (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N^o1069, Setor Universitário, Goiânia-Goiás. A data, local e horário para efetuar o esclarecimento a respeito da pesquisa serão acordados com você. A realização desta pesquisa está em busca de: reconstruir historicamente a luta do movimento estudantil goiano, no período de 1964 a 1979 e suas contribuições para a democracia em Goiás. A pesquisa tem como objetivos: entender o comportamento político dos estudantes como protagonistas do movimento estudantil e registrar as ações do movimento estudantil universitário no período de (1964- 1979) em Goiás. Essa pesquisa utilizará a metodologia de pesquisa bibliográfica, de campo (entrevistas) e documental (jornais e *sites*, contemporâneos ou retrospectivos) de ex-militantes do movimento estudantil universitário. A metodologia de abordagem junto aos voluntários será estruturada de forma a não ocorrer nenhum constrangimento. A qualquer momento da realização desse estudo você poderá receber todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento. Pela sua participação no estudo, você não terá nenhum custo e não receberá qualquer

vantagem financeira, e todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa serão de responsabilidade do pesquisador. A pesquisa não causará a você danos físicos nem mentais. Você terá também garantia de indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. O material com as suas informações (gravações das entrevistas) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador, e será destruído após a pesquisa. Os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins acadêmico-científicos e apresentados na forma de Dissertação, podendo também serem usados para apresentação de trabalhos ou eventos acadêmicos. Declaro para os devidos fins que cumprirei com legitimidade os itens IV. 3 da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/12. Eu _____, RG _____, abaixo assinado discuti com o mestrando (**GEZIEL ALVES PEREIRA**) sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, a garantia de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que não receberei nenhuma recompensa financeira e que terei a garantia de indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço.

Aparecida de Goiânia, ____ de _____ de 2014.

_____/_____/2014

Assinatura do participante

_____/_____/2014

Assinatura da testemunha

_____/_____/2014

Assinatura do responsável pelo estudo

**MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÁS EM TEMPOS DE DITADURA (1964-1979)
PROJETO DE MESTRADO (PUC Goiás) GEZIEL ALVES PEREIRA.**

Dados do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Formação: _____

Local da entrevista: _____

Data da entrevista: _____ Horário: _____ h _____ min.

PERGUNTAS

1. De qual organização social foi militante?
2. Foi militante de alguma organização política partidária durante a ditadura? Você participou do movimento contra a ditadura em Goiânia? Em que ano?
3. A criação da UNE foi uma conquista dos estudantes. Qual sua ligação com o movimento estudantil goiano na luta pela reforma universitária contra a ditadura?
4. A UNE sempre esteve ligada a um partido político? Você foi militante de alguma organização política partidária durante a ditadura?
5. Qual a ideologia desse partido e o que ela influenciou na sua formação política na luta contra a ditadura?
6. O acordo MEC-USAID e a Lei Suplicy tinham como princípio desmontar as organizações estudantis e promover a reforma universitária, implantando o modelo de ensino capitalista americano no Brasil. Em sua opinião, o que esses acordos representaram para o Movimento Estudantil Goiano?

7. A repressão dos militares foi dura e intensa contra os movimentos sociais, estudantil e organizações políticas de esquerda em Goiás. De que maneira os estudantes organizavam suas reuniões e conseguiam fugir dos cercos policiais para planejar e promover ações contra a ditadura em Goiânia?

8. Você pode citar algum episódio de resistência estudantil que marcou sua experiência como militante?

9. Em sua opinião, o que motivava os estudantes a participarem de uma organização revolucionária na luta contra a ditadura?

10. Até que ponto podemos considerar que a sociedade goiana via nos estudantes a solução para os problemas nacionais? A sociedade valorizava os estudantes como liderança e força política? Se de fato esta valorização aconteceu, de que maneira os estudantes goianos usaram esse empoderamento na luta contra o regime ditatorial em Goiás?

11. A grande imprensa no país apoiou os militares no golpe em 1964. Como se comportou a imprensa goiana diante do golpe e das atrocidades cometidas pelos militares contra as organizações sociais e estudantis goianos?

12. Com o bipartidarismo implantado pelos militares em 1966, decretou oficialmente apenas um partido de oposição, o MDB. Como os estudantes goianos viam o MDB sendo o único partido de oposição oficial nos anos de 1970?

13. A morte do estudante carioca Edson Luiz, no Rio de Janeiro, desencadeou uma série de protestos pelo país. Em Goiânia os estudantes também protestaram, só que nesta manifestação o goiano Ornalino Cândido da Silva foi morto pela polícia ao ser confundido com outro estudante. A morte deste estudante transformou-o em símbolo de luta contra a Ditadura em Goiás. Este episódio radicalizou o Movimento Estudantil em Goiás? Em sua opinião, o que mudou após a morte de Ornalino? Este episódio radicalizou o movimento estudantil em Goiás? Em que sentido? Tem exemplos?

14. Nos anos de 1969 – 1974, após a edição do AI-5, muitos estudantes goianos foram perseguidos, presos, torturados e alguns procuraram o exílio. O que aconteceu com você neste período; sofreu alguma perseguição, foi preso, torturado?

15. No início dos anos de 1970 em Goiânia, muitas organizações tinham sido desmontadas pelos militares e vários líderes, presos. O silêncio era algo comum entre os militantes, mas o movimento continuou na clandestinidade sem manifestações públicas, porque temiam por suas vidas e familiares. Relate sua atuação nesses anos, na universidade, e sua experiência de luta contra a ditadura.

16. Em 1972, o movimento estudantil goiano encontrava-se abalado em suas estruturas pelos constantes golpes e perseguições. Os estudantes estavam preocupados em tirar os companheiros da cadeia e trazer de volta os exilados. De que maneira os estudantes goianos se articulavam para realizar esta ação?

17. Em 1974, quando Geisel assumiu o controle do país, a ditadura apresentava os primeiros sinais de enfraquecimento, o mesmo sinalizou para uma lento e gradual retorno ao estado de direito, que representou um afrouxamento da repressão e um diálogo com a oposição. Como foi recebida essa abertura proposta por Geisel, pelos estudantes?

18 O Sr(a) gostaria de pontuar alguma questão que não foi arrolada nesta entrevista?

Obrigado por dedicar parte do seu tempo e colaborar com esta pesquisa.